



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

GOVERNADORES DO CEARÁ

REGISTROS BIOGRÁFICOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE

DEPUTADO PONTES NETO

Osmar Maia Diógenes

Organizador

(Pesquisa e Contextualização)

GOVERNADORES DO CEARÁ

REGISTROS BIOGRÁFICOS



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza
2017

Copyright: © 2017 by INESP

Coordenação editorial: George Valentim

Organização, pesquisa e texto: Osmar Maia Diógenes

Pesquisa, digitação, diagramação, projeto gráfico, edição de texto e revisão:
Ma. Teresa Diógenes

Assessoria de pesquisa, de texto e digitação: Diego Morais, John Alves e
Paulo Roberto Fernandes

Assessoria de revisão: Rubens Airton Rocha e Thadeu Nobre

Revisão final: Osmar Diógenes

Projeto Gráfico de Capa: Gotardo Freire

Impressão e Acabamento: INESP

Fotografias cedidas pelos parlamentares e/ou familiares; Coordenadoria de
Comunicação Social da Assembleia Legislativa

Nossos agradecimentos ao Museu do Ceará pela cessão de imagens de
presidentes, interventores e governadores, na pessoa da diretora Carla
Vieira; e ao memorialista Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), membro do
Instituto do Ceará.

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C387g Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes
Neto.

Governadores do Ceará: registros biográficos / organiza-
dor, Osmar Maia Diógenes. – Fortaleza: INESP, 2017.

224p. ; 30cm.

ISBN: 978-85-7973-087-0

1. Políticos, biografia. I. Diógenes, Osmar Maia. II. Cea-
rá. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado. III. Título

CDD 923.28131

Permitida a divulgação dos textos e fotografias contidos neste livro, desde
que citados autor e fontes.

VENDA PROIBIDA

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 – Ed. Senador César Cals, 1º andar

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3701 – Fax: (85)3277 3707

www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 115

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3727 – 3277 3700

e-mail: memorial@al.ce.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

29ª Legislatura

**Mesa Diretora
2017–2018**

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-presidente

Deputado Manoel Duca
2º Vice-presidente

Deputado Audic Mota
1º Secretário

Deputado João Jaime
2º Secretário

Deputado Júlio César Filho
3º Secretário

Deputada Augusta Brito
4ª Secretária



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**
Malce

Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará – Malce

Presidência: Osmar Maia Diógenes

Curadoria: Marinez Alves

Administração: Martha Abreu

Secretaria: Venússia Ribeiro

Parlamento e sua História

Coordenadoria: Socorro Medeiros e Cléa Menezes

Carlos Pontes

Edna Camarço

Edna Pontes

Eveline Freitas

Gerderlânia Holanda

Germana Pontes

Ivana Costa

Lígia Farias

Marcela Loiola

Rubens Rocha

Thadeu Nobre

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Eveline Freitas

Juliane Moraes

Luiz Otávio Maia

Rodolfo Farias

Programa Editorial

Coordenadoria: Maria Teresa Diógenes

Carlos Pontes

Diego Moraes

Edna Pontes

Fernanda Maciel

John Alves

Thadeu Nobre

Construção Compartilhada da Cidadania

Coordenadoria: Thadeu Nobre

Carlos Pontes

Diego Alves

Fernanda Maciel

John Alves

Martha Abreu

Teresa Diógenes

Conservação, restauro e manutenção: Edwriges Ximenes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
COMENTÁRIOS	13
PREFÁCIO.....	29
LUÍS ANTÔNIO FERRAZ	33
JOÃO CORDEIRO	35
BENJAMIN BARROSO	38
CLARINDO DE QUEIROZ.....	41
NOGUEIRA ACIÓLI	44
JOSÉ BEZERRIL	47
PEDRO BORGES	50
JOSÉ POMPEU PINTO ACIÓLI.....	53
BELISÁRIO CÍCERO ALEXANDRINO.....	56
FREDERICO DE CARVALHO MOTA	58
FRANCO RABELO	60
FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO.....	63
JOÃO TOMÉ	67
JUSTINIANO DE SERPA.....	70
ILDEFONSO ALBANO.....	74
JOSÉ MOREIRA DA ROCHA	76
EDUARDO GIRÃO.....	78
CARLOS MATOS PEIXOTO.....	81
MANUEL FERNANDES TÁVORA	84
JOÃO DA SILVA LEAL.....	93
CARNEIRO DE MENDONÇA.....	96
FILIPE MOREIRA LIMA	102
MENEZES PIMENTEL.....	106
BENEDITO AUGUSTO DOS SANTOS.....	113
ACRÍSIO MOREIRA DA ROCHA	116
PEDRO FIRMEZA	118
MACHADO LOPES	121

JOSÉ FELICIANO ATAÍDE	123
FAUSTINO DE ALBUQUERQUE.....	129
RAUL BARBOSA.....	132
STÊNIO GOMES DA SILVA.....	135
PAULO SARASATE	138
FLÁVIO MARCÍLIO.....	141
PARSIFAL BARROSO.....	144
VIRGÍLIO TÁVORA.....	151
FRANKLIN CHAVES.....	157
PLÁCIDO CASTELO	159
CÉSAR CALS.....	162
ADAUTO BEZERRA	166
WALDEMAR ALCÂNTARA	169
MANOEL DE CASTRO	173
GONZAGA MOTA.....	179
TASSO JEREISSATI	185
CIRO GOMES.....	191
ADALBERTO BARROS LEAL.....	195
FRANCISCO AGUIAR	197
BENI VERAS.....	201
LÚCIO ALCÂNTARA	204
CID GOMES.....	210
CAMILO SANTANA	213
REFERÊNCIAS.....	221

APRESENTAÇÃO

A redemocratização, restabelecida em 1946, reanimava a vida política do país depois de um longo período de exceção.

No Ceará, organizados os partidos, voltaram as disputas eleitorais com todos os episódios característicos, caravanas, comícios, cartazes e cantigas, numa verdadeira festa democrática.

Com o fim da interventoria do dr. Menezes Pimentel, houve uma fase de ocupantes eventuais do governo até a eleição de Faustino de Albuquerque, em 1947.

Dessa primeira etapa de pleno exercício democrático até a vinda do Regime Militar, em 1964, tivemos cinco governadores eleitos, quando se verificou uma equilibrada alternância do poder, comandada pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Social Democrático (PSD), com suas respectivas coligações.

A partir de 1966, com Plácido Aderaldo Castelo, a eleição de governador passou a ser feita pela Assembleia Legislativa, por indicação dos presidentes militares.

Quatro governadores chegaram ao poder por via indireta, escolhidos pelos deputados: Plácido Castelo, César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora.

A restauração da escolha de governadores, pelo voto popular, aconteceu em 1982 e se mantém até os nossos dias, acrescida, desde os anos 90, do instituto da reeleição.

Este livro tem o objetivo de resguardar a memória de um extrato importante da história contemporânea do Ceará, retratando cerca de 70 anos de ações do Poder Executivo estadual.

O desenvolvimento econômico, cultural e humano da Terra do Sol – como é romanticamente denominado o Ceará por seus poetas – tem muito das atitudes administrativas de seus governantes. Embora seja a história uma obra coletiva, o desempenho das lideranças, pautado no equilíbrio e na lucidez, pode fazer a diferença em favor do avanço.

Por isso, a presidência da Assembleia Legislativa louva e apoia mais esta iniciativa do Malce, desejando que o seu conteúdo chegue ao maior número possível de leitores.

Deputado José Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMENTÁRIOS

O presente livro prende-se a registros cronológicos e biográficos de administradores do estado do Ceará, desde o início da República, com biografias sucintas, enquanto aos governantes anteriores – do Período Colonial ao final do Império – referimos nomes, datas e períodos representativos.¹

Capitães-mores e governadores da Capitania

A efetiva colonização do Ceará pelos portugueses só ocorreu a partir da segunda metade do século XVII, apesar das incursões lusas nas terras ditas do “Siará Grande”, desde o começo do século.

Entre os séculos XVII e XVIII, o Ceará não mereceu destaque no processo de colonização das terras do Brasil. Esse fato pode ser explicado levando em conta da Capitania do Ceará somente ter se tornado autônoma em 1799. Entre 1621 e 1656, o Ceará esteve vinculado ao chamado estado do Maranhão e do Grão-Pará, separado do estado do Brasil. De 1656 a 1799, encontrou-se vinculado a Pernambuco, como capitania subalterna.

Enquanto capitania secundária, o Ceará foi governado por um administrador subordinado a Pernambuco, designado, por Carta Régia, para um período de três anos: o capitão-mor governador.

1 Além dos governadores eleitos, registramos os vice-governadores que assumiram o governo em caráter definitivo, por vacância do cargo.

Após a autonomia, em 1799, a Capitania do Ceará passou a ser administrada por governadores, em substituição aos capitães-mores do período anterior.

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, alterou as estruturas administrativas da antiga Colônia, inclusive no que concerne ao âmbito das Capitânias. Nesse contexto de mudanças,

“os capitães e governadores foram extintos em decorrência dos acontecimentos iniciados com a Revolução do Porto em 1820, quando, após a instituição das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, uma série de medidas foi tomada no sentido de limitar a autonomia adquirida pela Colônia a partir de 1808. Além do regresso do rei e a determinação de extinção de vários tribunais instalados no Brasil, as Cortes ordenaram que se constituíssem Juntas Provisórias de Governo e governadores das Armas, subordinados diretamente a Portugal com o fim de controlar o governo das Capitânias, que, naquele momento passaram a ser chamadas de Províncias. A primeira junta instituída no lugar do capitão e governador foi a de Pernambuco, em 1º de setembro de 1821. Um mês depois, o decreto de 1º de outubro determinou a constituição de juntas em todas as outras províncias.”²

Presidentes da Província

Em 28 de fevereiro de 1821, as Capitânias tornaram-se províncias, e assim permaneceram durante todo o Período Imperial brasileiro. Seus administradores – denominados "presidentes de província", cuja Lei de cri-

²CAMARGO, Angélica Ricci. Capitão e governador de Capitania. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4861>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ação do cargo data de 20 de outubro de 1823 – eram nomeados diretamente pelo imperador do Brasil, de acordo com a Constituição do Império do Brasil de 1824, artigo 165.

O presidente da província não tinha um mandato, podendo ser exonerado ou pedir afastamento, à revelia. Principalmente devido a essa possibilidade concreta de falta do dirigente diretamente subordinado ao imperador e seu ministério, eram escolhidos, pela Assembleia Provincial, vice-presidentes de província, teoricamente aptos a exercer interinamente o cargo vago, isto até que um novo presidente fosse nomeado por Carta Imperial e, assim, assumisse o cargo.

Presidentes, interventores e governadores do Estado

Às seis horas da noite, o jornal Diário da Tarde, editado no Rio de Janeiro, publicava a seguinte matéria: “A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode se considerar finda a Monarquia”.³ Estava, assim, proclamada a República e o fim da Monarquia no Brasil.

A primeira comunicação no Ceará sobre o fato foi trazida pelo fio (telégrafo) para importante casa comercial de Fortaleza, cujo chefe, em pessoa, a levava ao presidente da Província, coronel Moraes Jardim, o qual, como medida acauteladora, convocou uma reunião, em palácio, para comunicar às autoridades o teor da notícia recebida.

³COSTA, Cruz. Pequena História da República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

No dia seguinte, 16 de novembro, às duas horas da tarde, teve lugar no Passeio Público um grande encontro reunindo defensores e simpatizantes da causa republicana. No ato, foi designado o sr. Manuel Bezerra de Albuquerque para levar ao presidente da Província, coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, a aclamação do novo governador do estado do Ceará, tenente-coronel Luiz Antônio Ferraz, então comandante do 11º Batalhão de Infantaria.

Logo em seguida, o coronel Ferraz, em passeata, foi conduzido à sede do governo ao som festivo da banda de música do batalhão sob seu comando. Assim, instalou-se, sem qualquer reação, a República no Ceará.

Após a Proclamação da República, em 1889, seguindo as normativas das primeiras leis republicanas, os administradores dos estados (antes províncias) passaram a ser denominados presidentes de estado, até a Revolução de 1930. O termo “governador” aparece na primeira Constituição Estadual do Ceará, de 16 de junho de 1891, substituído no ano seguinte na nova Constituição, de 12 de julho de 1892, por “presidente”. As constituições estaduais posteriores, de 1921 e 1925, mantiveram a denominação “presidente de estado”. Somente com a Constituição Estadual de 1935, o termo governador de estado foi estabelecido definitivamente, vigorando até hoje.

Apesar da perspectiva constitucional e da designação das leis, as práticas políticas adiaram por um tempo a administração dos estados pelos governadores. Durante o primeiro Governo Vargas, da Revolução de 1930 ao fim do Estado Novo, em 1945, o Governo central designou interventores federais de sua confiança, para administrar os estados. Não houve, portanto, governadores

nesse período. Somente após 1945, com o processo de redemocratização, os estados passaram de fato a serem administrados por governadores, pela via eleitoral.

CRONOLOGIA⁴

COLÔNIA

Capitães-mores do Ceará colonial

- Pero Coelho de Sousa (1603–1605)
- Martim Soares Moreno (1611–1613)
- Estevão de Campos Moreno (1613–1614)
- Manuel Brito de Freire (1614–1617)
- Domingos Lopes Lobo (1617–1619)
- Domingos da Veiga Cabral (1631)

Capitães-mores do Ceará colonial – Ceará subordinado ao Maranhão e Grão-Pará

- Martins Soares Moreno (1619–1631)
- Domingos da Veiga Cabral (1631)
- Bartolomeu de Brito Freire (1637)
- Estevão de Campos Moreno (1644)
- Diogo Coelho de Albuquerque (1645–1654)
- Álvaro de Azevedo Barreto (1654–1655)
- Domingos de Sá Barbosa (1655–1659)

⁴Alguns nomes e datas de governantes do Ceará apresentam variações em diferentes referências. Optamos, nesta publicação, por adotar uma junção, com algumas alterações, das listas de governantes apresentadas no Anuário do Ceará (2016-2017), disponível em: <<http://www.anuariodoceara.com.br/donatarios-capitães-mores-presidentes-interventores-e-governadores/>>; no *site* do Gabinete do governador do Ceará, disponível em: <<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/>>; e em GOMES, 2009. p. 278-279, disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Jose_Eudes_Arrais_%20Barroso_Gomes-S.pdf>.

Capitães-mores do Ceará colonial – Ceará subordinado a Pernambuco

- Antônio Fernandes Mouxica (1659–1660)
- Diogo Coelho de Albuquerque (1660–1663)
- João de Mello de Gusmão (1663–1666)
- Jorge Correia da Silva (1666–1673)
- João Tavares de Almeida (1673–1677)
- Manuel Pereira da Silva (1677–1678)
- Sebastião de Sá (1678–1682)
- Luiz da Fonseca (1678)
- Bento de Macedo de Farias (1681–1684)
- Sebastião de Sá (1684–1687)
- Tomás Cabral de Olival (1688–1693)
- Fernão Carrilho (1693–1694)
- Pedro Lelou (1694–1695)
- Fernão Carrilho (1695–1696)
- João de Freitas da Cunha (1696–1699)
- Fernão Carrilho (1699)
- Francisco Gil Ribeiro (1699–1702)
- Jorge de Barros Leite (1702–1704)
- João da Mota (1704–1705)
- Gabriel da Silva Lago (1705–1708)
- Governo interino da Câmara de Fortaleza (1708–1710)
- Francisco Duarte de Vasconcelos (1710–1713)
- Plácido de Azevedo Falcão (1713–1715)
- Manuel da Fonseca Jaime (1715–1718)
- Salvador Álvares da Silva (1718–1721)
- Manuel Francês (1721–1727)
- João Baptista Furtado (1727–1731)
- Leonel de Abreu e Lima (1731–1735)
- Domingos Simões Jordão (1735–1739)

- Francisco Ximenes de Aragão (1739–1743)
- João de Teive Barreto e Menezes (1743–1746)
- Francisco de Miranda da Costa (1746–1748)
- Pedro de Morais Magalhães (1748–1751)
- Luís Quaresma Dourado (1751–1755)
- Francisco Xavier de Miranda Henriques (1755–1759)
- João Baltasar de Quevedo Homem de Magalhães (1759–1765)
- Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1765–1781)
- João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray (1782–1789)
- Luiz da Motta Féo e Torres (1789–1799)

Governadores do Ceará autônomo

- Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799–1802)
- João Carlos Augusto d'Oeynhausén e Gravenburg (1803–1807)
- Luiz Barba Alardo de Menezes (1808–1812)
- Manuel Inácio de Sampaio (1812–1820)
- Francisco Alberto Rubim (1820–1821)
- Governo provisório: Francisco Xavier Torres, Adriano José Leal e Henrique José Leal (1821–1822)

IMPÉRIO

- Junta provisional: Ouvidor José Raimundo Passos de Porbém Barbosa, José de Castro e Silva e outros (1822–1823)
- Governo provisório: José Pereira Filgueiras (1823)
- Junta governativa: Francisco Pinheiro Landim (1823–1824)

Presidentes da Província

- Pedro José da Costa Barros (1824)
- Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1824)
- José Felix de Azevedo e Sá (1824)
- Pedro José da Costa Barros (1824–1825)
- José Felix de Azevedo e Sá (1825–1826)
- Antônio Salles Nunes Belfort (1826–1829)
- Manuel Joaquim Pereira da Silva (1829–1830)
- José de Castro e Silva (1830–1831)
- José Mariano de Albuquerque Cavalcante (1831–1833)
- Ignácio Correia de Vasconcelos (1833–1834)
- José Martiniano de Alencar (1834–1837)
- Manuel Felizardo de Sousa e Mello (1837–1839)
- João Antônio de Miranda (1839–1840)
- Francisco de Sousa Martins (1840)
- José Martiniano de Alencar (1840–1841)
- José Joaquim Coelho (1841–1843)
- José Maria da Silva Bitencourt (1843–1844)
- Ignácio Corrêa Vasconcelos (1844–1847)
- Casimiro José de Moraes Sarmiento (1847–1848)
- Fausto de Augusto de Aguiar (1848–1850)
- Ignácio Francisco Silveira da Motta (1850–1851)
- Joaquim Marcos de Almeida Rego (1851–1853)
- Joaquim Vilela de Castro Tavares (1853–1854)
- Padre Vicente Pires da Mota (1854–1855)
- Francisco Xavier Paes Barreto (1855–1857)
- João Silveira de Sousa (1857–1859)
- Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1859–1861)
- Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1861–1862)
- José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1862–1864)
- Lafayette Rodrigues Pereira (1864–1865)

- Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello (1865–1866)
- João de Sousa Melo e Alvim (1866–1867)
- Pedro Leão Velloso (1867–1868)
- Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque (1868–1869)
- João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1869–1870)
- José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1871)
- Conselheiro José Antônio Calazans Rodrigues (1871–1872)
- Comendador João Wilkens de Mattos (1872)
- Francisco de Assis Oliveira Maciel (1872–1873)
- Francisco Teixeira de Sá (1873–1874)
- Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1874–1876)
- Francisco de Farias Lemos (1876–1877)
- Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (1877)
- João José Ferreira Aguiar (1877–1878)
- José Júlio de Albuquerque Barros (1878–1880)
- André Augusto de Pádua Fleury (1880–1881)
- Pedro Leão Velloso (1881–1882)
- Sancho de Barros Pimentel (1882)
- Domingos Antônio Raiol (1882–1883)
- Sátiro de Oliveira Dias (1883–1884)
- Carlos Honório Benedito Ottoni (1884–1885)
- Conselheiro Sinval Odorico de Moura (1885)
- Miguel Calmon du Pin e Almeida (1885–1886)
- Joaquim da Costa Barradas (1886)
- Enéas de Araújo Torreão (1886–1888)
- Antônio Caio da Silva Prado (1888–1889)
- Henrique Francisco d' Ávila (1889)
- Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim (1889)

REPÚBLICA

- Luiz Antônio Ferraz. Coronel do Exército. De 16 de novembro de 1889 a 09 de janeiro de 1891
- João Cordeiro. Comerciante. 1º Vice-governador. Assumiu de 09 a 21 de janeiro de 1891.
- Benjamin Liberato Barroso. Capitão de Engenharia. 2º Vice-governador. 22 de janeiro a 06 de abril de 1891
- Feliciano Antônio Benjamin. 1º Vice-governador. Tenente-coronel de Engenharia. De 06 de abril a 07 de maio de 1891.
- José Clarindo de Queiroz. General de Divisão. De 29 de maio de 1891 a 17 de janeiro de 1892.
- José Freire Bezerril Fontenele. Tenente-coronel de Engenharia. Comandante da Guarnição Federal. Assumiu “manu-militari” pela deposição de Clarindo de Queiroz.
- Benjamin Liberato Barroso. Major de Engenharia. 1º vice-governador. De 18 de fevereiro a 12 de julho de 1892.

Presidentes do Estado

- Antonio Pinto Nogueira Acióli. Magistrado. 1º Vice-presidente, eleito pelo 2º Congresso Constituinte. De 12 de julho a 27 de agosto de 1892.
- José Freire Bezerril Fontenele. Coronel do Exército. De 27 de agosto de 1892 a 12 de julho de 1896.
- Senador Antonio Pinto Nogueira Acióli. De 12 de julho de 1896 a 12 de julho de 1900.
- Pedro Augusto Borges. Médico militar. De 12 de julho de 1900 a 12 de julho de 1904.

- Antonio Pinto Nogueira Acióli. De 12 de julho de 1904 a 10 de março de 1908.
- José Pompeu Pinto Acióli. 1º Vice-presidente. De 07 de novembro de 1907 a 28 de fevereiro de 1908
- Tibúrcio Gonçalves de Paula. Agricultor e Criador. Vice-presidente. De 10 de março a 12 de julho de 1908.
- Antônio Pinto Nogueira Acióli. De 12 de julho de 1908 a 24 de janeiro de 1912, quando foi deposto.
- Belisário Cícero Alexandrino. Presidente da Assembleia. Funcionário Público. De 18 de março a 17 de julho de 1910.
- Antônio Frederico de Carvalho Mota. Comerciante. De 24 de janeiro a 12 de julho de 1912.
- Marcos Franco Rabelo. Tenente-coronel de Engenharia. De 14 de julho de 1912 a 14 de março de 1914, quando deposto.
- Fernando Setembrino de Carvalho (Interventor). Coronel de Engenharia. De 15 de março a 24 de julho de 1914.
- Benjamin Liberato Barroso. Coronel. De 24 de junho de 1914 a 12 de julho de 1916.
- João Tomé de Sabóia e Silva. De 12 de julho de 1916 a 12 de julho de 1920
- Justiniano de Serpa. Bacharel em Direito. De 12 de junho de 1920 a 12 de julho de 1923.
- Ildefonso Albano. Comerciante. De 12 de junho de 1923 a 12 de julho de 1924.
- José Moreira da Rocha. Desembargador. De 12 de julho de 1924 a 19 de maio de 1928.

- Eduardo Henrique Girão. Bacharel em Direito. Presidente da Assembleia. De 19 de maio a 12 de julho de 1928.
- José Carlos de Matos Peixoto. Bacharel em Direito. De 12 de julho 1928 a 08 de outubro 1930, deposto pela Revolução de 1930.

Interventores federais

- Manuel do Nascimento Fernandes Távora. Médico. De 02 de outubro de 1930 a 13 de junho de 1931.
- João da Silva Leal. Major engenheiro militar. De 13 de junho a 21 de setembro 1931.
- Roberto Carneiro de Mendonça. Militar. Capitão. De 22 de setembro de 1931 a 15 de julho de 1934.
- Olívio Dorneles Câmara. Desembargador. Substituto eventual. De 15 de novembro de 1932 a 23 de fevereiro de 1933 e de 26 de junho a 28 de agosto e 12 a 17 de dezembro de 1933.
- George Cavalcante Siqueira. Substituição eventual. De 16 de julho a 05 de setembro de 1934.
- Filipe Moreira Lima. Militar. Coronel. De 05 de setembro de 1934 a 10 de maio de 1935.
- Franklin Monteiro Gondim. Industrial. Substituição eventual. De 10 a 26 de maio de 1935.
- Francisco de Menezes Pimentel. Bacharel em Direito. Governador entre 1935 e 1937; interventor de 1937 a 1945. Demitido por Getúlio Vargas em 27 de outubro de 1945.
- José Martins Rodrigues. Bacharel em Direito. Substituição eventual. De 16 de abril a 18 de julho de 1938.

- Manuel Antônio de Andrade Furtado. Bacharel em Direito. Substituição eventual. De 31 de outubro a 15 de dezembro de 1939, 31 de outubro a 07 de dezembro de 1942, 17 de janeiro a 17 de março de 1944, 08 de janeiro a 16 de fevereiro de 1945 e 14 de junho a 25 de julho de 1945.
- Benedito Augusto Carvalho dos Santos. Doutor em Direito. De 03 de novembro de 1945 a 10 de janeiro de 1946. Candidato a Deputado Federal, afastou-se do governo de 24 de novembro a 06 de dezembro de 1945.
- Daniel Augusto Lopes. Desembargador. Presidente do Tribunal de Apelação. Substituição eventual. De 24 de novembro a 06 de dezembro de 1945.
- Tomaz Pompeu de Souza Brasil Filho. Médico. De 10 a 21 de janeiro de 1946.
- Acrísio Moreira da Rocha. Odontólogo. De 21 de janeiro a 16 de fevereiro de 1946.
- Pedro Firmeza. Bacharel em Direito. De 16 de fevereiro a 02 de outubro de 1946.
- Luiz Cavalcante Sampaio. Substituição eventual. De 07 a 28 de abril de 1946.
- Carlos Livino de Carvalho. Desembargador. De 22 de março a 04 de abril e 22 de junho a 01 de julho de 1946.
- José Machado Lopes. Militar. Coronel. De 28 de outubro de 1946 a 28 de janeiro de 1947.
- Luiz Cavalcante Sucupira. Professor. Substituição eventual. De 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 1947.
- Feliciano Augusto de Ataíde. Desembargador. Tomou posse a 03 de fevereiro de 1947.

Governadores

- Faustino de Albuquerque e Sousa. Desembargador. De 1947 a 1951.
- Raul Barbosa. Bacharel em Direito. De 1951 a 1954.
- Stênio Gomes da Silva. Bacharel em Direito. De 1954 a 1955.
- Paulo Sarasate Ferreira Lopes. Jornalista. De 1955 a 1958.
- Flávio Portela Marcílio. Bacharel em Direito. De 1958 a 1959.
- José Parsifal Barroso. Bacharel em Direito. De 1959 a 1963.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. Militar. De 1963 a 1966.
- Franklin Gondim Chaves. Proprietário rural. 1966.
- Plácido Aderaldo Castelo. Bacharel em Direito e professor. De 1966 a 1971.
- César Cals de Oliveira Filho. Militar. Coronel de Engenharia. De 1971 a 1975.
- José Aduino Bezerra. Militar. De 1975 a 1978.
- José Waldemar de Alcântara e Silva. Médico. De 1978 a 1979.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. De 1979 a 1982.
- Manuel de Castro Filho. Bacharel em Direito. De 1982 a 1983.
- Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Economista e professor. De 1983 a 1987.
- Tasso Ribeiro Jereissati. Empresário. De 1987 a 1991, 1995 a 1998 e 1999 a 2002.
- Ciro Ferreira Gomes. Bacharel em Direito. De 1991 a 1994.

- Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal. Desembargador. 1994.
- Francisco de Paula Rocha Aguiar. Ministro do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM. 1994.
- Benedito Clayton Veras Alcântara. Empresário. 1994.
- Lúcio Gonçalo de Alcântara. Médico. De 2003 a 2006.
- Cid Ferreira Gomes. Engenheiro Civil. De 2007 a 2010 e 2011 a 2014.
- Camilo Sobreira Santana. Agrônomo. De 2015 a 2018.
- Izolda Cela, na ausência temporária do Governador Camilo Santana. Primeira mulher a assumir o governo do Ceará, de 14 a 20 de agosto de 2015.

Osmar Maia Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará

1º Vice-presidente do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANUÁRIO do Ceará. 2016-2017. Fortaleza: Grupo de Comunicação O Povo, 2016. p. 297-299.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Capitão e governador de Capitania**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4861>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COSTA, Cruz. **Pequena história da República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FILHO, Cruz. **História do Ceará** (resumo didático). 1931.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d'El Rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Jose_Eudes_Arrais_%20Barroso_Gomes-S.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2016.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (Orgs.). **Leis Provinciais**: Estado e cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Tomo III. Fortaleza: INESP, 2009. p. 747.

Sites:

- *Site do Anuário do Ceará (2016-2017):*
<http://www.anuarioceara.com.br/donatarios-capitães-mores-presidentes-interventores-e-governadores/>
- *Site do Gabinete do governador:*
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/53-ex-governadores-2>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/54-ex-governadores-3>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/55-ex-governadores-4>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/56-ex-governadores-5>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/57-ex-governadores-6>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/58-ex-governadores-7>
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/ex-governadores/59-ex-governadores-8>

PREFÁCIO

É com grande expectativa de boa aceitação e utilidade para os que se dedicam aos estudos histórico-políticos alencarinos que mais uma vez a Assembleia Legislativa do Ceará lança uma obra resgatando a memória política do Ceará, desta feita editando uma pequena biografia dos governadores do nosso Estado, de 1889 a 2016, ajudando-nos a compreender um pouco das personalidades desses gestores públicos.

O livro fruto do espírito irrequieto e curioso do nosso memorialista, Osmar Diógenes, além de descortinar dados sobre nossos líderes cearense, destaca seus papéis no contexto social e político em que executaram suas atribuições.

A singular obra representa, também, uma singela e justa homenagem àqueles que exerceram a direção superior da administração estadual, contribuindo para o bem-estar das famílias cearenses e o engrandecimento do nosso Ceará.

Parabéns aos que fazem o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará - Malce e aos dedicados integrantes do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, que editou a presente obra.

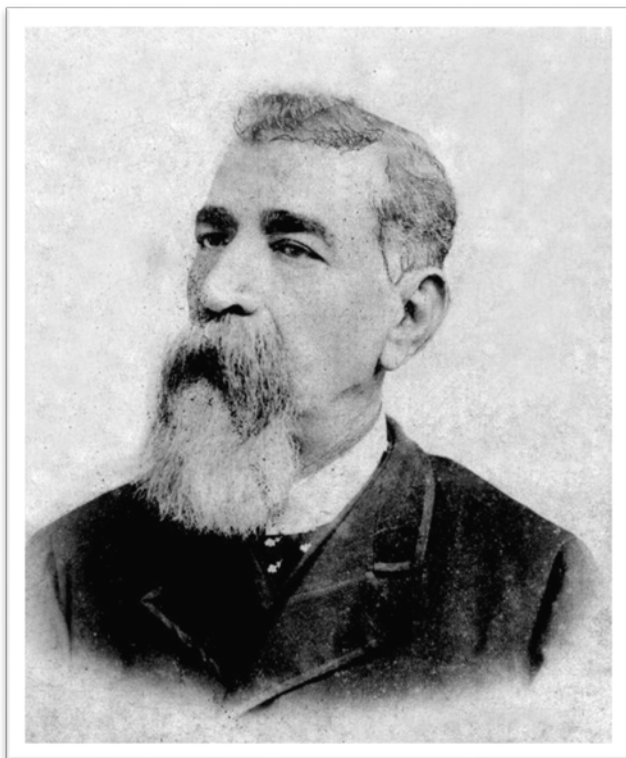
Convido-os, então, a percorrerem com olhos e mentes bem abertas, esses registros documentais que perpetuam a trajetória de vida de tão nobilitantes personagens.

Roberto Cesar de Albuquerque Mendonça

Chefe de Gabinete da Presidência
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Presidentes e Interventores do Ceará

1889–1946



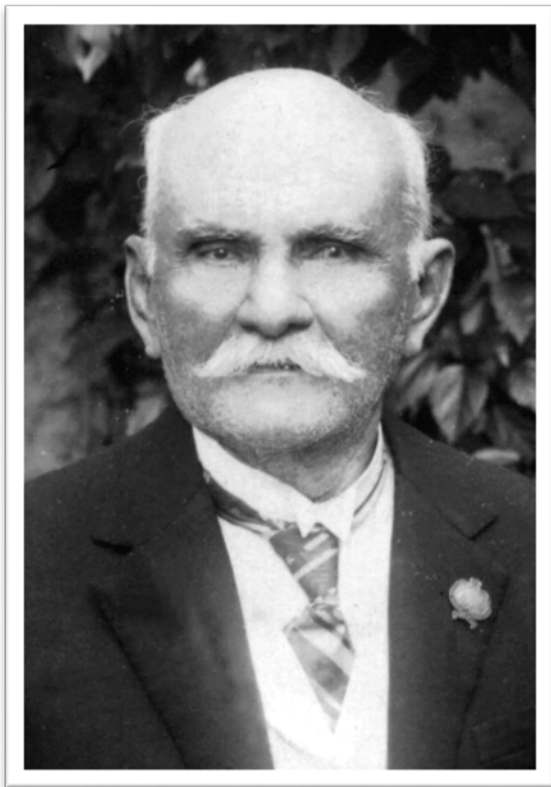
Luís Antônio Ferraz
Governador do Ceará (1889–1891)

LUÍS ANTÔNIO FERRAZ

Nasceu no Rio de Janeiro, capital do Império, em 1833. Iniciou a carreira militar em 1849 e tomou parte na Guerra do Prata (1851–1852), disputa entre Argentina, Brasil e Uruguai, combatendo em Toneleros e Monte Caseros.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, era tenente-coronel e comandava o 11º Batalhão de Infantaria, sediado em Fortaleza. Um dos mais ativos na conspiração republicana, logo no dia seguinte ao da proclamação, foi aclamado governador do Ceará pelos oficiais que depuseram o então presidente da província, coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. Pouco depois, em 1º de dezembro de 1889, foi efetivado no cargo pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca. Em seu governo, foi realizado um recenseamento da população do estado. Em 22 de janeiro de 1891, adoentado, licenciou-se e viajou para Recife, onde veio a falecer em 11 de fevereiro seguinte.

Participou do movimento pela proclamação da República e declarou a deposição do então presidente da Província, coronel Moraes Jardim, e aclamou o tenente-coronel Luís Antônio Ferraz como primeiro Governador do Ceará no novo regime.



João Cordeiro
Governador do Ceará (1891)

JOÃO CORDEIRO

João Cordeiro nasceu em Santana do Acaraú (CE), no dia 31 de agosto de 1842, filho de João Cordeiro da Costa e de Floriana Angélica de Vera Cruz Cordeiro.

Trabalhou em Fortaleza (CE) e em Mossoró (RN) como empregado na firma Severino Ribeiro da Cunha & Irmão. Posteriormente, montou sua própria empresa, denominada J. Cordeiro & Cia. Respeitado nos meios comerciais, foi diretor (1872–1877) e presidente (1877–1878) da Associação Comercial do Ceará e presidente da Junta Comercial do Ceará, em 1884.

Diretor da Caixa Econômica no Ceará em 1875 e, durante a seca que devastou o estado, em 1877, foi nomeado secretário geral de Socorro Público. Abolicionista convicto, fundou e presidiu a Sociedade Cearense Libertadora, que contava com a ajuda de homens como Joaquim Catunda e Antônio Sales e tinha como portavoz o jornal *Libertador*.

Engajado no Centro Republicano, participou ativamente da instalação da República no Ceará como membro da comissão executiva que se formou para trabalhar ao lado do governador Luís Antônio Ferraz (1889–1891), cabendo-lhe os negócios da Fazenda.

Eleito senador pelo Ceará em 1892, a fim de assumir na vacância, por falecimento, do senador Manoel Bezerra de Albuquerque Junior, exercendo assim o mandato em 1892 e 1893. Eleito, posteriormente, nas quatro legislaturas seguintes, de 1894 a 1905. Integrou no Senado as comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e Arte, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Em seguida, foi eleito deputado federal à legislatura

1906–1908. Renunciou em 1908 por ter sido indicado para a presidência do Acre, mas, como as elites locais foram contrárias à sua indicação, voltou à Câmara dos Deputados e foi reeleito à legislatura 1909–1911.

Faleceu em Fortaleza no dia 12 de maio de 1931.



Benjamin Liberato Barroso
Governador do Ceará (1891)

BENJAMIN BARROSO

Nasceu em Quixeramobim (CE) no dia 31 de março de 1859, filho de Joaquim Liberato Barroso e de Antônia Barroso.

Ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1877, e aí fez o curso de engenharia, bem como o de Matemática e Ciências Físicas. Foi promovido a segundo-tenente em 1886, a primeiro-tenente em 1890, a major em 1900, a tenente-coronel em 1910 e a coronel em 1912, reformando-se como general.

Paralelamente à carreira militar, fez carreira política. Governou o Ceará, por nomeação, a partir de 22 de janeiro de 1891, substituindo Luís Antônio Ferraz, que se afastou por motivo de doença. Em 4 de abril, foi, por sua vez, substituído por Feliciano Antônio Benjamim. Em maio, enquanto José Clarindo de Queiroz era eleito presidente do estado, foi eleito vice-presidente. Com a deposição de Clarindo de Queiroz em 16 de fevereiro de 1892, voltou a assumir interinamente o governo do estado, recebendo-o das mãos do general João Nepomuceño de Medeiros Mallet em 18 de fevereiro. Governou o Ceará até 12 de julho de 1892, quando foi substituído por Antônio Pinto Nogueira Acióli. Teve uma breve passagem pela Câmara dos Deputados, de 2 de julho a 31 de dezembro de 1893.

Em 24 de junho de 1914, assumiu novamente o governo do Ceará na qualidade de vice-presidente, para encerrar o mandato de Franco Rabelo, deposto pelo movimento conhecido como “Sedição de Juazeiro”. Recebendo o governo do interventor federal, coronel Fernando Setembrino de Carvalho, enfrentou uma crise econômica que se agravou com o advento da seca de 1915.

Encerrou seu governo em 12 de julho de 1916, quando tomou posse o novo presidente eleito, João Tomé de Sabóia e Silva. Eleito senador, assumiu o mandato em maio de 1918 e foi membro da Comissão da Marinha e Guerra. Só deixou o Senado Federal em janeiro de 1927.

Foi também professor da Escola Militar de Fortaleza e subcomandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Faleceu em 17 de outubro de 1933.



José Clarindo de Queiroz
Presidente do Ceará (1891–1892)

CLARINDO DE QUEIROZ

Nasceu em Fortaleza (CE) a 22 de janeiro de 1841, filho de Inácio Lopes de Queiroz e de Ana Lopes de Queiroz.

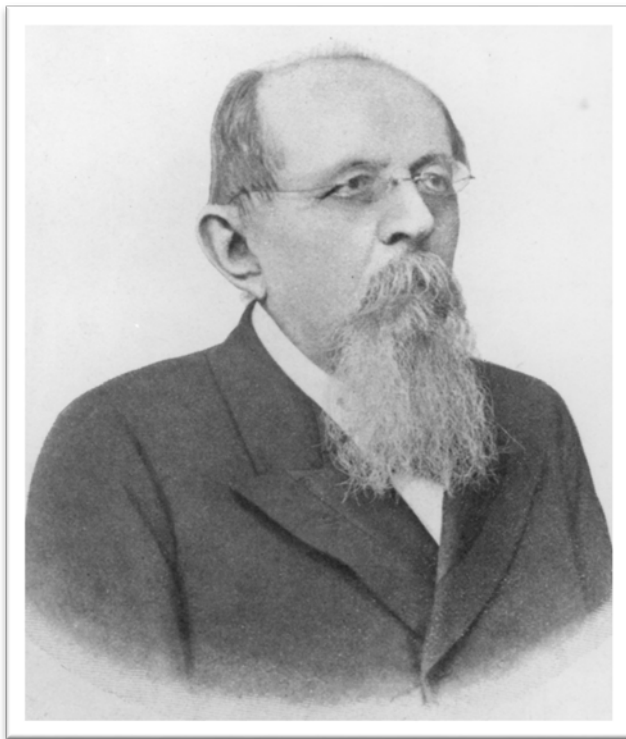
Desde cedo inclinado à vida militar, assentou praça em janeiro de 1856, aos 15 anos de idade, e em 1865 partiu para a Guerra do Paraguai, da qual voltou com a patente de tenente-coronel. Servindo na província do Amazonas, em 1874 recebeu dos cearenses ali residentes a “Espada de Honra”, por serviços prestados na fortificação das fronteiras brasileiras na região. Em novembro de 1879, foi efetivado como presidente e comandante de armas da província, cargos que exerceu até o ano seguinte. Ainda em 1880, foi promovido a coronel, em 1883 a brigadeiro, e em 1890, após o advento da República, a general de divisão.

Em 28 de abril de 1891 recebeu o governo do Ceará das mãos do coronel Feliciano Benjamin, governador interino, e em 7 de maio seguinte foi eleito pelo Congresso Constituinte presidente do estado. Exerceu o cargo até 16 de fevereiro de 1892, quando foi deposto pelas forças federais e pelos cadetes do Colégio Militar do Ceará. Sua deposição foi apoiada pelo marechal Floriano Peixoto, que havia substituído Deodoro da Fonseca na presidência da República, em 23 de novembro de 1891 e a quem convinha o afastamento dos governantes estaduais ligados ao antecessor. Assumiu então o poder no Ceará, por dois dias, o general João Nepomuceno Medeiros Mallet, que logo passou o governo a Benjamin Liberato Barroso.

No Rio de Janeiro, foi um dos 13 generais que em 6 de abril de 1892 lançaram um manifesto dirigido a

Floriano Peixoto criticando a ação do governo nos estados e defendendo a realização de novas eleições para a presidência da República como o único caminho para superar a crise. Em consequência, foi desterrado em Cucuí, no Amazonas, onde se agravaram os problemas de saúde que causariam sua morte em 28 de dezembro de 1893, no Rio de Janeiro.

Foi também comandante do batalhão de engenheiros da Escola Militar e comandante geral da Artilharia. Recebeu, por serviços prestados como soldado, o hábito de Cristo e as grã-cruzes de Avis e Cruzeiro.



Antônio Pinto Nogueira Acióli

Presidente do Ceará (1892, 1896–1900, 1904–1908, 1908–1912)

NOGUEIRA ACIÓLI

Nasceu em Icó (CE) no dia 11 de outubro de 1840, filho do coronel José Pinto Nogueira e de Antônia Pinto Nogueira.

Oriundo de uma família de grande influência na província do Ceará, ainda jovem seguiu para Pernambuco e aí se bacharelou em 1864 pela Faculdade de Direito do Recife. De volta ao Ceará, foi nomeado promotor público em Icó e Saboeiro e posteriormente juiz municipal em Baturité e Fortaleza. Casou-se com Maria Teresa de Sousa, filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que ficou conhecido como Senador Pompeu, e com a morte do sogro, em 1877, assumiu a gerência dos negócios da família.

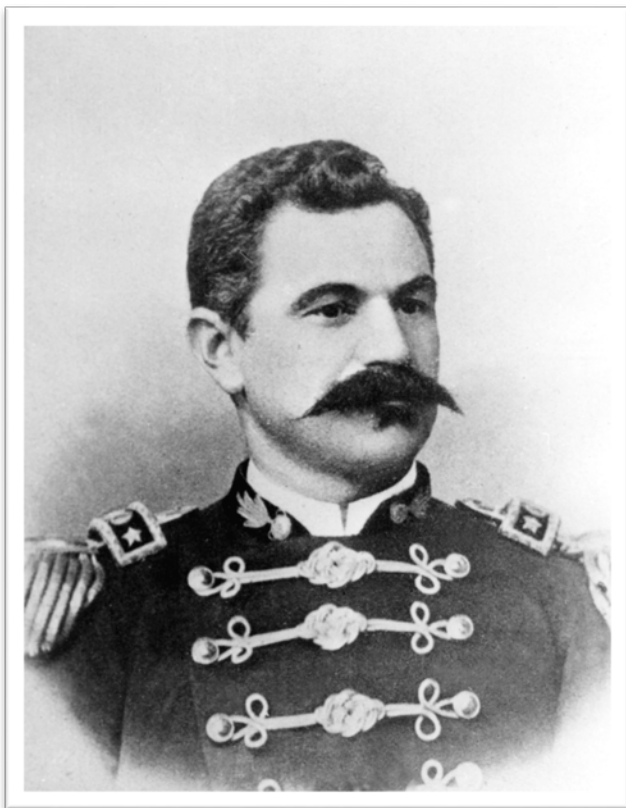
Em 1884, como vice-presidente da província do Ceará, foi nomeado presidente da província do Espírito Santo, cargo que não aceitou. Em 1889, foi eleito para o Senado, mas também não assumiu o mandato devido à proclamação da República em 15 de novembro. Embora fosse monarquista, valeu-se da fraca recepção das ideias republicanas no Ceará para tomar a frente dos rumos políticos do estado no início da República. Em 1892, após a deposição do presidente estadual Clarindo de Queiroz, o tenente-coronel Bezerril Fontenelle foi eleito presidente do Ceará, tornou-se vice-presidente. Assumiu temporariamente o governo de 12 de julho a 27 de agosto, até entregá-lo ao titular. Entretanto, foi progressivamente monopolizando a política cearense, a ponto de Bezerril Fontenelle declarar: “Eu aqui sou apenas o vaqueiro, o dono da fazenda é o Acióli”.

Em 1896, na sucessão de Bezerril Fontenelle, foi ele próprio eleito presidente do Ceará. Em 1900, transfe-

riu o governo ao sucessor Pedro Borges. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados e a seguir no Senado. Ainda voltou ao governo do estado nos dois quadriênios seguintes, 1904–1908 e 1908–1912. No poder – que exerceu afinal por 16 anos –, liderou uma das oligarquias mais bem-sucedidas do país na Primeira República. Entregou os principais cargos públicos nas mãos de familiares e amigos da família, e expurgou os adversários de seu Partido Conservador das principais funções públicas, afastando qualquer tipo de oposição à sua administração e ganhando com isso o epíteto de “Babaquara”, termo que designava “homem todo poderoso”. No plano federal, aliou-se ao grupo oligárquico comandado pelo gaúcho Pinheiro Machado. Foi em sua passagem pela presidência do Ceará que foi criado o Teatro José de Alencar, em 1910, e foram instalados alguns teleféricos pelo interior.

Em janeiro de 1912, pouco antes do fim de seu mandato, foi deposto do governo do Ceará por uma sublevação popular apoiada pelo governo federal, então sob o comando do presidente Hermes da Fonseca (1910–1914), sendo substituído por Antônio Frederico de Carvalho Mota. Embarcou com a família para o Rio de Janeiro, e daí continuou influenciando a política cearense por algum tempo, tendo sido, inclusive, um dos articuladores da “Sedição de Juazeiro”, que em 1914 derrubou o presidente estadual Franco Rabelo.

Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de abril de 1921.



José Freire Bezerril Fontenele
Presidente do Ceará (1892–1896)

JOSÉ BEZERRIL

Nasceu em Viçosa (CE) a 9 de março de 1850, filho de Veríssimo Bezerril e de Maria Fontenelle Bezerril.

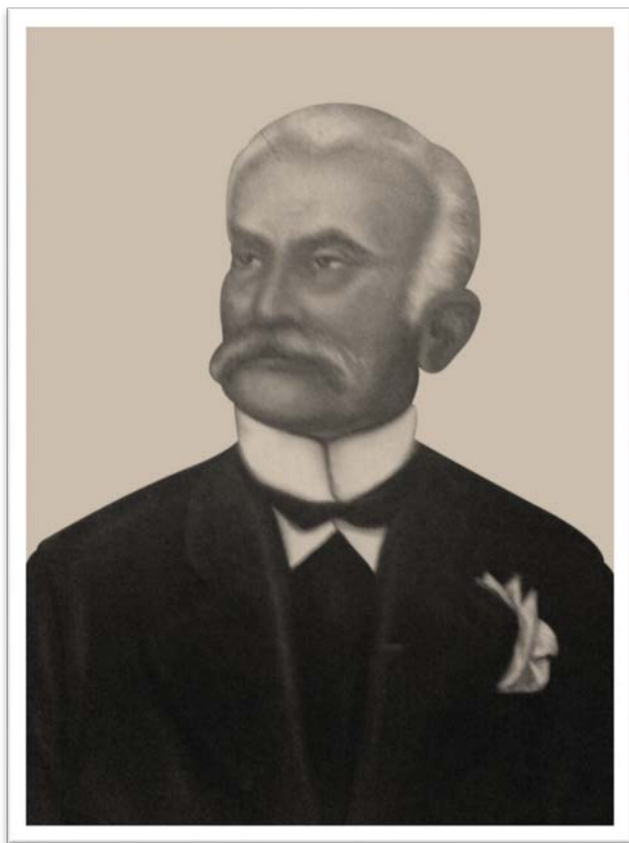
Ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1871, fez o curso de engenharia e bacharelou-se em matemáticas e ciências físicas. Foi promovido a tenente em 1877 e a capitão em 1879.

Personagem ativo na instalação da República no Ceará, foi secretário de Agricultura do primeiro governo republicano no estado, chefiado pelo tenente-coronel Luís Antônio Ferraz (16.11.1889–16.01.1891). Em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro seguinte, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e o início, em junho, da legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até 1893. Já em 1892, porém, tornou-se membro da intendência municipal de Fortaleza e foi eleito para o Congresso estadual. Sua carreira militar prosseguiu nesse período: promovido a major em 1890, a tenente-coronel graduado em 1891 e efetivo em 1892.

Ainda em 1892, após o episódio da deposição de José Clarindo de Queiroz, foi eleito presidente do Ceará, tendo como vice-presidente Nogueira Acióli. Este tomou posse em seu lugar em 12 de julho e transmitiu-lhe o cargo a 27 de agosto. Governou até o fim do quadriênio, em 12 de julho de 1896, quando transferiu o governo novamente a Nogueira Acióli, agora eleito presidente do estado. Em 1894, foi promovido a coronel. Em sua administração, além de terem sido criados o Liceu do Ceará e a Repartição da Alfândega, foi instalada a Caixa Filial do Banco de Pernambuco no Ceará.

Eleito deputado federal em 1897, exerceu o mandato até o ano seguinte, quando passou a ocupar uma cadeira no Senado. Voltou à Câmara dos Deputados entre 1903 e 1908, ao Senado de 1908 a 1909, e novamente à Câmara entre 1909 e 1914. Nesse último período, foi promovido a general de brigada em 1911 e reformou-se em março de 1912 como marechal graduado.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de março de 1926.



Pedro Augusto Borges
Presidente do Ceará (1900–1904)

PEDRO BORGES

Nasceu em Fortaleza (CE) a 29 de abril de 1851, filho de Vitorino Augusto Borges e de Umbelina Rocha Moreira.

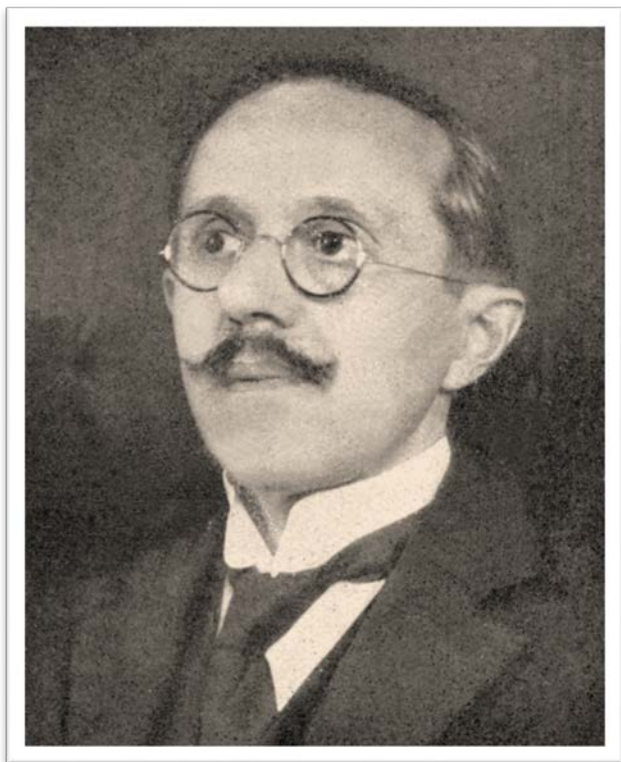
Fez os estudos preparatórios sob a direção de Abílio César Borges, conhecido mais tarde como Barão de Macaúbas. Matriculou-se a seguir na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se doutorou, em 1873, com a tese *Os obstáculos ao parto provenientes do colo do útero e suas indicações*. Médico cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, onde ingressou em 1874 como segundo-tenente, chefiava o Hospital de Jacarepaguá durante o período da seca de 1877–1879, e prestou socorro à população flagelada. Promovido a capitão em 1885, participou também da campanha abolicionista no Ceará, razão pela qual foi desterrado para a colônia Chopin, no extremo norte do país.

Já após a proclamação da República, foi promovido a major em 1890 e a tenente-coronel em 1892. Eleito e reeleito deputado federal, exerceu o mandato de 1894 a 1900. Nesse, foi escolhido presidente do estado do Ceará para o quadriênio 1900–1904, sucedendo a Nogueira Acióli. Inicialmente, tentou sair do raio de influência do antecessor, mas acabou sendo cooptado por este. Em seu governo, aconteceu a primeira grande greve no Ceará, a dos estivadores do porto de Fortaleza. O movimento foi brutalmente reprimido, o que fez com que Pedro Borges perdesse grande parte do apoio da população. Ainda na sua passagem pelo governo criou a Faculdade Livre de Direito do Ceará em 1903 e solucionou a questão de limites do estado com o vizinho Rio Grande

do Norte. Em 12 de julho de 1904, passou o governo ao sucessor, mais uma vez Nogueira Acióli.

Ao deixar o governo, foi eleito senador. Renovando o mandato, ocupou uma cadeira no Senado durante 13 anos, de 1904 a 1917. Em 1908, foi escolhido quarto-secretário da Casa, de 1909 a 1913 foi terceiro-secretário, em 1914 segundo-secretário, e de 1915 a 1917 primeiro-secretário. Ao longo desses anos recebeu suas últimas promoções na carreira militar: foi promovido a coronel em 1908 e a general de divisão em 1912, quando se reformou.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 11 de setembro de 1922.



José Pompeu Pinto Acióli
Presidente do Ceará (novembro 1907-fevereiro 1908)

JOSÉ POMPEU PINTO ACIÓLI

Nasceu em Fortaleza (CE) no dia 11 de maio de 1873. Terceiro filho de Antônio Pinto Nogueira Acióli e de Maria Teresa de Sousa Acióli. Seu pai, Nogueira Acióli, foi presidente do Ceará de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912. Sua mãe era filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu). Seu irmão, Tomás Pompeu Pinto Acióli, foi deputado federal pelo Ceará de 1897 a 1908, de 1918 a 1920 e de 1924 a 1926, e senador de 1909 a 1918.

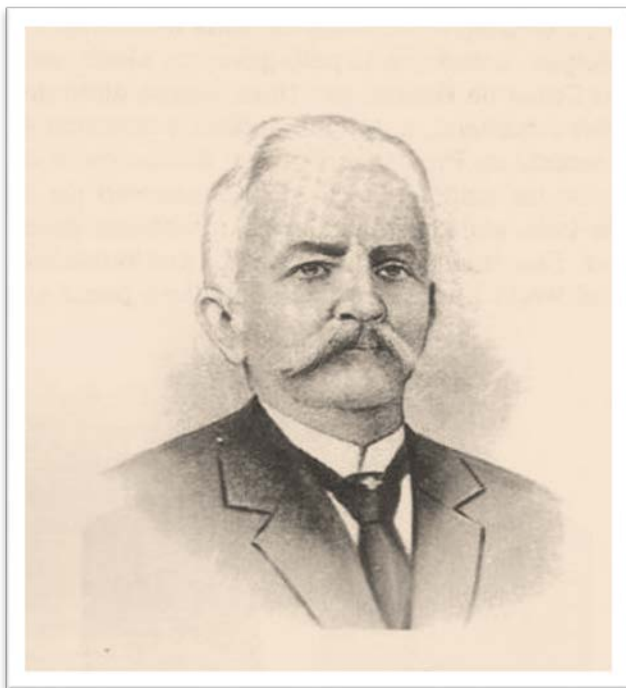
Inicialmente, José Acióli tentou a carreira militar, ingressando na Escola Militar do Ceará em 1889, mas, por problemas de saúde, abandonou-a em 1893. Retornou à escola em 1895, concluiu os preparatórios e daí seguiu para a Escola de Porto Alegre, da qual foi desligado por ter sido julgado incapaz para servir ao Exército. Foi professor de francês do Liceu do Ceará e de geometria na Escola Normal.

Oriundo de um clã familiar poderosa no Ceará, logo ingressou no Partido Republicano, sendo eleito deputado estadual em 1896. Nesse mesmo ano, foi nomeado por seu pai, então presidente do estado, secretário do Interior e Justiça, cargo que exerceu até o fim do governo, em 1900. Retornou então à Assembleia e foi reeleito deputado estadual com mandato até 1902, tornando-se o líder da maioria aciolina na casa. Em 1904, com a volta de seu pai à chefia do Executivo do Ceará, foi novamente nomeado secretário do Interior, cargo que acumularia com o de vice-presidente do estado. Assumiu o governo, na ausência de seu pai, de 7 de novembro de 1907 a 28 de fevereiro de 1908. Neste ano, bacharelou-

se pela Faculdade de Direito do Ceará, criada por seu pai em 1903.

Depois da deposição de Nogueira Acióli em 1912, tornou-se o chefe do Partido Conservador Cearense, em cuja legenda foi mais uma vez eleito deputado estadual, para a legislatura 1917–1920. Em 1921, foi eleito deputado federal pelo Ceará, para a legislatura 1921–1923. Exerceu o mandato até maio desse último ano, pois, diante da renúncia do senador Francisco Sá – seu cunhado –, assumiu no mês seguinte uma cadeira no Senado Federal. Aí permaneceu até setembro de 1924, quando renunciou para evitar choques políticos entre as facções que se digladiavam no Ceará. Tendo sido reeleito deputado federal, ainda em setembro retornou à Câmara dos Deputados. Foi novamente reeleito em 1927 e 1930, mas nesse último ano teve o mandato interrompido quando o governo provisório de Getúlio Vargas, levado ao poder pela Revolução de 1930, dissolveu em dezembro todos os órgãos legislativos do país. Em 1934, com a reconstitucionalização, novamente candidatou-se a deputado federal pelo Ceará, mas foi derrotado.

Faleceu no Rio de Janeiro a 9 de setembro de 1950.



Belisário Cícero Alexandrino
Presidente do Ceará (1910)

BELISÁRIO CÍCERO ALEXANDRINO

Nasceu em Icó (CE), a 20 de abril de 1845. Filho de Francisco José Alexandrino e de Rita Alexandrino.

Fixou residência na então Vila da Telha, hoje Iguatu (CE), em 1856, com a família, dedicando-se à profissão de advogado (1865), provisionando-se em 1872 pela Relação de Pernambuco. Foi Promotor de Justiça; Delegado de Higiene; Inspetor Escolar; Vereador; Presidente da Câmara; Intendente; Tenente-coronel do 44º Batalhão de Infantaria de Iguatu (CE), da Guarda Nacional. Posteriormente, foi nomeado Coronel Comandante da 8ª Brigada. Presidiu a Assembleia estadual do Ceará de 1902 a 1912. Administrou por duas vezes o estado: de 18 de março a 17 de julho de 1910, na ausência do presidente Nogueira Acioli, e de 12 a 14 de julho de 1912, onde passou o governo para as mãos de Franco Rabelo.

Por ocasião da seca de 1877–1879, prestou relevantes serviços à população iguatense e dos municípios vizinhos, com a abertura de uma farmácia, em 1878, para o que obteve a necessária licença da Junta de Higiene do Rio de Janeiro. Como intendente de Iguatu (CE), foi deposto por um movimento popular, no Governo Franco Rabelo, vindo, então, a residir em Fortaleza (CE).

Quando da passagem de seu centenário de nascimento, foi inaugurado o seu retrato a óleo no Palácio do Governo do Estado, dando o jornal “Correio do Ceará”, uma edição especial, comemorativa, onde se encontram dados completos sobre sua vida.

Faleceu em Fortaleza, a 10 de outubro de 1929.



Antônio Frederico de Carvalho Mota
Presidente do Ceará (1912)

FREDERICO DE CARVALHO MOTA

Nasceu em Granja (CE) em 1856, filho do coronel Francisco de Carvalho Mota. Seu pai foi agente dos Correios em Sobral, quando da instalação do serviço postal no Ceará.

Estabeleceu-se no comércio como sócio da firma Carvalho Mota & Irmão, sediada em Granja. Foi também nomeado tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da cidade. Transferindo-se para Fortaleza, foi diretor do Banco do Ceará e posteriormente seu presidente. Associou-se ainda a várias empresas comerciais.

Em 1908, foi eleito vice-presidente do estado do Ceará, ao lado de Nogueira Acióli. Quando da deposição deste, em 24 de janeiro de 1912, assumiu o governo do estado a fim de completar o quadriênio. Em 12 de julho, passou o governo ao presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, que dois dias depois o transferiria ao novo presidente eleito, Franco Rabelo. Grande empresário, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu em 2 de fevereiro de 1927, vítima de atropelamento de automóvel em Botafogo.



Marcos Franco Rabelo
Presidente do Ceará (1912–1914)

FRANCO RABELO

Nasceu em Fortaleza (CE) no dia 25 de abril de 1861, filho de Antônio Franco Alves de Melo e de Ana Franco Rabelo.

Sentou praça como segundo-cadete no 15º Batalhão de Infantaria da Escola Militar do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1879. Em 1880, matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar e dois anos depois concluiu os cursos de infantaria e cavalaria. Ficou adido ao 2º Regimento de Artilharia até seguir, em princípios de 1887, para o 4º Batalhão de Artilharia em Belém do Pará. Seguiu depois para Manaus, transferido para o 3º Batalhão de Artilharia.

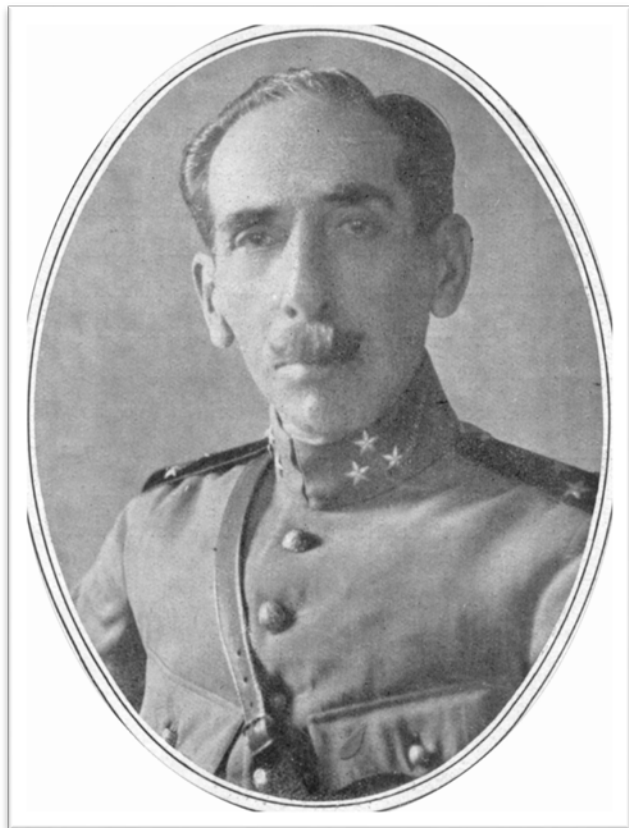
Por ter adoecido em Manaus, voltou para o Ceará e pediu transferência para a arma de infantaria. Foi então enviado para o Batalhão de Engenheiros estacionado na Corte, e nomeado auxiliar do ensino teórico da Escola Militar. Em 1888, foi nomeado adjunto interino da 3ª Seção do curso preparatório da Escola, sendo efetivado no ano seguinte. Em janeiro de 1890, foi promovido a tenente e em maio foi nomeado professor do primeiro ano do curso de engenharia da Escola Superior de Guerra. Em junho, foi transferido para a Escola Militar do Ceará, onde serviria até 1897. Ainda em 1890, casou-se com Maria Adelaide de Queiroz, filha de Clarindo de Queiroz, também militar, presidente da província do Amazonas de 1879 a 1880 e presidente do estado do Ceará de 1891 a 1892. Em 1891, foi promovido a capitão, posteriormente foi promovido a major, e ingressou na Academia Cearense de Letras, fundada em 15 de agosto de 1894.

Em 1898, foi nomeado professor de geografia geral da Escola Preparatória de Tática do Realengo, no

Rio de Janeiro. Foi também nomeado lente da cadeira de geografia militar e estatística da Escola de Estado-Maior do Exército, cargo que exerceu até 1910, quando foi posto em disponibilidade, a pedido. Ainda em 1910 tornou-se chefe do serviço de estatística da Estrada de Ferro Central do Brasil, cargo do qual foi dispensado em 1911, com a extinção do serviço. Foi então nomeado chefe do serviço do Estado-Maior da 5ª Região Militar, e mais uma vez foi dispensado, um ano depois, para candidatar-se à presidência do Ceará.

Desde janeiro de 1912 uma revolta havia derrubado o presidente do estado, o oligarca Nogueira Acióli, e o governo vinha sendo exercido interinamente pelo vice-presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota. Após vencer as eleições, em 14 de julho de 1912, assumiu a presidência do estado, recebida das mãos do presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, e em dezembro foi promovido a tenente-coronel. Embora tentasse desconstruir a força das oligarquias no Ceará, viu-se inevitavelmente preso em seu raio de ação para poder governar. Em 14 de março de 1914, acabou deposto por uma rebelião, conhecida como “Sedição de Juazeiro”, liderada pelos coronéis insatisfeitos por terem sido aliados do governo pela política “salvacionista” do presidente da República Hermes da Fonseca (1910–1914), que corporificava no estado. Assumiu então o poder, como interventor, o coronel Fernando Setembrino de Carvalho. Depois de deixar o estado do Ceará, assumiu o lugar de professor da Escola Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de outubro 1928.



Fernando Setembrino de Carvalho
Presidente do Ceará (1914)

FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO

Nasceu em Uruguaiana (RS) a 13 de setembro de 1861, filho de Fernando Vieira de Carvalho, professor, funcionário público e comerciante, e de Felicidade Ferreira de Carvalho.

Destinado pela mãe à advocacia e pelo pai à medicina, pretendia ser engenheiro. Começou os estudos com o pai, primeiro em casa e depois num colégio por ele fundado. Acometido por febres intermitentes, foi aconselhado a mudar-se, partindo em 1875 para Pelotas (RS), onde se matriculou no Colégio Reis. No ano seguinte, transferiu-se para Porto Alegre para prestar exame na Instrução Pública, como era de lei. Matriculou-se então no Colégio Sousa Lobo, onde estudava também Antônio Augusto Borges de Medeiros (futuro presidente do estado do Rio Grande do Sul, de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928).

Em 1877, assentou praça no 12º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. No ano seguinte, matriculou-se na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS), de onde saiu alferes-aluno em 1882 com o curso das três armas. No início de 1883, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, sendo promovido a segundo-tenente em setembro do mesmo ano. Em 1884, concluiu o curso de engenharia militar, recebendo ao mesmo tempo o grau de bacharel em matemática e ciências físicas.

Foram frequentes no governo do marechal Hermes as chamadas “salvações nacionais”, intervenções federais em conflitos políticos nos estados, geralmente provocados pela disputa entre grupos locais pelo poder. No Ceará, o chefe político Nogueira Acióli, que presidiu o

estado de 1896 a 1900 e novamente a partir de 1904, foi deposto em janeiro de 1912, sendo substituído interinamente pelo vice-presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota enquanto era eleito presidente do estado Marcos Franco Rabelo, militar e candidato da oposição. Inconformado com o alijamento do poder de seu líder, o “aciolista” Floro Bartolomeu, “coronel” e chefe político de Juazeiro, no interior do estado, aliou-se ao líder religioso padre Cícero Romão Batista e, em dezembro de 1913, iniciou um movimento armado contra Franco Rabelo que seria chamado de “Sedição de Juazeiro”. Reunindo “coronéis” da região do vale do Cariri e uma multidão faminta, as forças rebeldes avançaram sobre Fortaleza, ocupando boa parte do estado.

A fim de restabelecer a ordem no Ceará, o governo federal para lá enviou o general Carlos Frederico de Mesquita e, depois, o general Lino de Oliveira Ramos. Entretanto, as duas missões fracassaram. Em março de 1914, diante do extremo agravamento da crise, o coronel Setembrino foi mandado ao estado, na qualidade de comandante da 4ª Região Militar. Franco Rabelo praticamente não mais governava o Ceará quando Setembrino chegou a Fortaleza.

Nomeado interventor federal com plenos poderes, o coronel Setembrino governou o estado de 15 de março a 24 de junho de 1914. Manteve encontros com o padre Cícero, conseguindo apaziguá-lo e fazer com que voltasse para Juazeiro, e encerrou sua missão passando o governo ao coronel de engenharia Benjamin Liberato Barroso.

Promovido a general de brigada desde abril, seu êxito valeu-lhe vários convites para cargos e comissões,

inclusive a oferta de uma cadeira de senador pelo Ceará, mas recusou todas as propostas.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 24 de maio de 1947.



João Tomé de Sabóia e Silva
Presidente do Ceará (1916–1920)

JOÃO TOMÉ

Nasceu em Sobral (CE) em 4 de agosto de 1870, filho do juiz de direito José Tomé da Silva e de Ana Benvenida Figueira de Sabóia e Silva.

Estudou no Recife e em 1886 seguiu para o Rio de Janeiro a fim de ingressar na Escola Politécnica, ao mesmo tempo em que servia na Administração Geral dos Correios. Formando-se engenheiro civil na turma de 1891, passou a trabalhar na Estrada de Ferro de São Paulo. Voltou ao Ceará em 1893 e trabalhou como chefe do tráfico na Estrada de Ferro de Sobral, da qual seria arrendatário a partir de 1897, dirigindo-a por 12 anos. Nesse período começou a se interessar por política e entrou para os quadros do Partido Democrata, chegando à liderança do partido na região norte do estado.

Em 1916 foi eleito presidente do estado do Ceará, graças um breve acordo entre o Partido Democrata e o Partido Conservador selado no Rio de Janeiro. Recebeu o governo das mãos de Benjamin Liberato Barroso em 12 de julho, herdando a ressaca política dos governos anteriores, cheios de golpes e intervenções, e um estado em que a seca havia solapado a economia. Tentando assegurar a base política que o levara ao governo, restabeleceu a ordem constitucional no estado, a fim de acalmar os ânimos dos políticos, e procurou investir maciçamente na rede rodoviária e no combate às secas.

Preocupou-se também com as questões culturais do estado, remodelando a Biblioteca Pública e criando o Arquivo Público. Entre seus auxiliares na passagem pelo governo do Ceará encontrava-se o intelectual Gustavo Barroso, que foi seu secretário do Interior. Após transferir o governo para o sucessor Justiniano de Serpa em 12 de

julho de 1920, foi eleito senador pelo Ceará e exerceu o mandato de junho de 1921 a 1923.

No Senado, foi membro da Comissão de Finanças e da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1945.



Justiniano de Serpa
Presidente do Ceará (1920–1923)

JUSTINIANO DE SERPA

Nasceu na vila de Aquiraz (CE) a 6 de janeiro de 1852, filho de Manuel da Costa Marçal.

De origem humilde, trabalhou como caixeiro em uma loja de sua cidade, aproveitando o tempo de folga para ler e estudar. Conseguiu ingressar na política cearense ainda no Império, quando foi deputado provincial entre 1884 e 1889. Também nesse período cursou a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em novembro de 1888. Foi um dos mais fervorosos adeptos da abolição da escravatura no Ceará, seja como político, seja como jornalista. Nessa atividade, chegou a redator do jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador Cearense.

Após a proclamação da República, foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro de 1890 e promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, a partir de junho passou exercer o mandato ordinário até dezembro de 1893. Continuou, durante todo o período, sua atividade jornalística: em 1889 colaborava no jornal *O Norte*, juntamente com Martinho Rodrigues, Gonçalo de Lagos, Alves Lima e Drummond da Costa, e de 1891 a 1893 colaborou no *Diário do Ceará*. Foi também redator, juntamente com Barbosa Lima, do periódico *A Pátria*, e colaborou, ao lado de Guilherme Studart e Rodrigues Carvalho, na redação de *Iracema*, jornal do Centro Literário de Fortaleza.

Desligando-se da política após a conclusão do mandato, seguiu em 1896 para Manaus, onde trabalhou como redator-chefe de *Federação e Rio Negro*, periódicos importantes da cidade. Ainda em Manaus foi supe-

rintendente do governo do município, professor do Liceu Amazonense, diretor da Biblioteca do Estado, delegado da Intendência, procurador seccional da República e delegado do governo federal junto ao Ginásio Amazonense. De Manaus foi para Belém em 1898, onde foi professor e vice-diretor da Faculdade de Direito e advogado de nota. Permaneceu no Pará até 1919, e foi várias vezes eleito deputado federal por esse estado, tendo exercido o mandato de 1906 a 1911 e de 1915 a 1920.

De volta ao Ceará, foi eleito presidente do estado em 1920, na sucessão de João Tomé de Sabóia e Silva, e tomou posse em 12 de julho do mesmo ano. O ato mais importante de sua administração foi a reforma da Constituição estadual em 1921, revogando o artigo que permitia a reeleição do presidente do estado. Foi também revogado o artigo que permitia a alteração da Constituição pelas leis ordinárias. Além disso, proibiu a demissão de funcionários sem prévio processo administrativo, vedou acumulações remuneradas e extinguiu os cargos de segundo e terceiro vice-presidentes do estado.

Doente, afastou-se do governo em 12 de julho de 1923, sendo substituído pelo vice Ildefonso Albano, que um ano depois passaria o cargo a José Moreira da Rocha. Seguiu então para o Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1º de agosto na Casa de Saúde do Dr. Poggi.

Foi membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, em cuja revista encontram-se alguns de seus escritos. Deixou os seguintes trabalhos: O poeta e a virgem (s/d); Oscilações (poesias, 1883); Três líras (poesias de Antônio Bezerra, Serpa e Antônio Martins, os três poetas do abolicionismo, 1883); Sombras e clarões (versos, 1885); Sob os ciprestes

(1887); A educação brasileira, seus efeitos sobre o nosso meio literário (1896); Reforma da legislação cambial (1907) e Questões de direito e legislação (1920).



Ildefonso Albano
Presidente do Ceará (1923–1924)

ILDEFONSO ALBANO

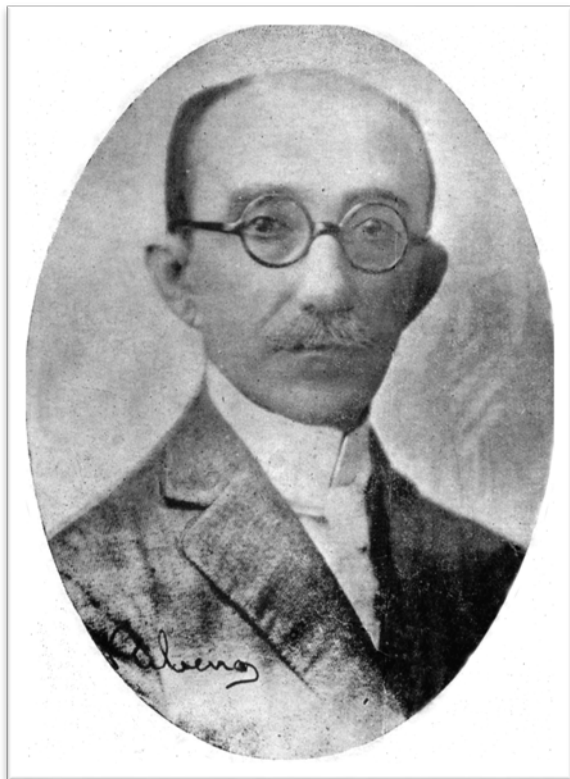
Nasceu em Fortaleza (CE), no dia 12 de fevereiro de 1885, filho de José Albano Filho e de Maria de Abreu Albano. Descendente pelo lado paterno do barão de Aratanha, José Francisco da Silva Albano.

Estudou no Seminário de Fortaleza, tendo completado sua formação escolar na Inglaterra e na Áustria. Ao voltar da Europa, onde se dedicara ao estudo do algodão e da tecelagem, assumiu o cargo de gerente da firma Albano & Irmão. Coursou até o terceiro ano da Faculdade de Direito do Ceará, não concluindo o bacharelado.

Casado com uma filha do coronel Franco Rabelo, foi por ele nomeado intendente (prefeito) de Fortaleza, cargo que exerceu de 1912 a 1914. Após deixar a prefeitura, representou o Ceará na Câmara dos Deputados nas legislaturas 1915–1917 e 1918–1920, destacando-se por defender firmemente o combate às secas. Em 1921 foi novamente empossado como intendente de Fortaleza, mas deixou o cargo para assumir a presidência do estado do Ceará, de 1923 a 1924, em substituição a Justiniano de Serpa, falecido no meio do mandato.

Após deixar a presidência do estado, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a viver como caixeiro e depois guarda-livros. Foi adido comercial do Brasil em Cuba, lecionou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Foi presidente do Conselho Nacional do Trabalho e membro correspondente da Academia Cearense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 1956.



José Moreira da Rocha
Presidente do Ceará (1924–1928)

JOSÉ MOREIRA DA ROCHA

Nasceu em Sobral (CE) em 24 de março de 1871, filho de José Antônio Moreira da Rocha e de Ermelinda Carolina da Silva Rocha.

Fez os preparatórios no Ginásio Baiano, em Salvador, e em 1890 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor público nos municípios cearenses de Pacatuba, Canindé e Maranguape. Neste último foi também juiz de direito e secretário da Fazenda. Nomeado desembargador do Tribunal da Relação, foi chamado a ocupar a Secretaria do Interior e da Justiça do Ceará no governo do presidente estadual João Tomé de Saboia e Silva em 1916.

Foi eleito presidente do estado do Ceará em 1924, ao fim do quadriênio de Justiniano de Serpa, que faleceu antes de encerrá-lo e foi substituído pelo vice Ildefonso Albano. Tomou posse em 12 de julho de 1924, mas renunciou antes do fim do mandato, em 19 de maio de 1928, e viajou para a Europa em tratamento de saúde. Completou o quadriênio Eduardo Henrique Girão.

Eleito deputado federal, exerceu o mandato de dezembro de 1928 a dezembro de 1929.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 22 de agosto de 1934.



Eduardo Henrique Girão
Presidente do Ceará (maio–julho 1928)

EDUARDO GIRÃO

Nasceu na fazenda Paraíso, em Morada Nova (CE), no dia 12 de abril de 1882, filho mais novo de Eduardo Henrique Girão e de Benvenuta Pessoa da Cunha Girão.

Fez seus estudos iniciais no Liceu do Ceará e exerceu a advocacia como provisionado a partir de 1900. Coursou a Faculdade de Direito do Ceará até o quarto ano, de 1908 a 1911, e transferiu-se então para a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1912.

Como advogado, defendeu os interesses de importantes empresas comerciais, industriais e bancárias do estado do Ceará, tais como a Casa Boris Filomeno Gomes Filho e o Banco Frota Gentil. Quando da revolta que depôs o presidente estadual Nogueira Acióli, em 1912, defendeu os interesses da família do oligarca em ações contra o estado. Foi professor da Escola da Fênix Caxeiral e da Faculdade de Direito do Ceará, onde lecionou a disciplina de direito civil entre 1916 e 1952. Em 1921 foi designado pelo então presidente do Ceará, João Tomé Saboia, para rever a legislação estadual e elaborou um Código de Processo Civil e Comercial que, com pequenas alterações, foi adotado.

Eleito deputado estadual em 1923, chegou à presidência da Assembleia Legislativa e foi nessa posição que assumiu a presidência do estado, por conta da renúncia de Moreira da Rocha, em 19 de maio de 1928. Após transmitir o governo ao presidente eleito José Carlos de Matos Peixoto, em 12 de julho do mesmo ano, foi eleito deputado federal em março de 1930, mas teve o mandato interrompido pela Revolução de outubro daque-

le ano, que fechou os órgãos legislativos do país. A partir daí abandonou a carreira política, dedicando-se exclusivamente ao magistério e à advocacia. Representou o Ceará no Congresso de Direito Judiciário do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, e recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Ceará.

Faleceu em 25 de dezembro de 1961.



José Carlos de Matos Peixoto
Presidente do Ceará (1928–1930)

CARLOS MATOS PEIXOTO

Nasceu em Iguatu (CE) no dia 12 de março de 1884, filho de Miguel da Silva Peixoto e de Isabel de Matos Peixoto. Era ligado por laços sanguíneos às famílias jaguaribanas Saldanha e Távora, de grande influência política no Ceará.

Concluiu o curso da Faculdade de Direito do Ceará em 1908 e dedicou-se ao magistério, lecionando no Ginásio Cearense, do professor Anacleto de Queiroz, em companhia do qual seguiu para Manaus, onde fundou o Instituto Amazonense. De volta ao Ceará, tornou-se catedrático de história natural do Liceu do Ceará, em 1911, e lente de direito civil da Faculdade de Direito do Ceará, em 1914.

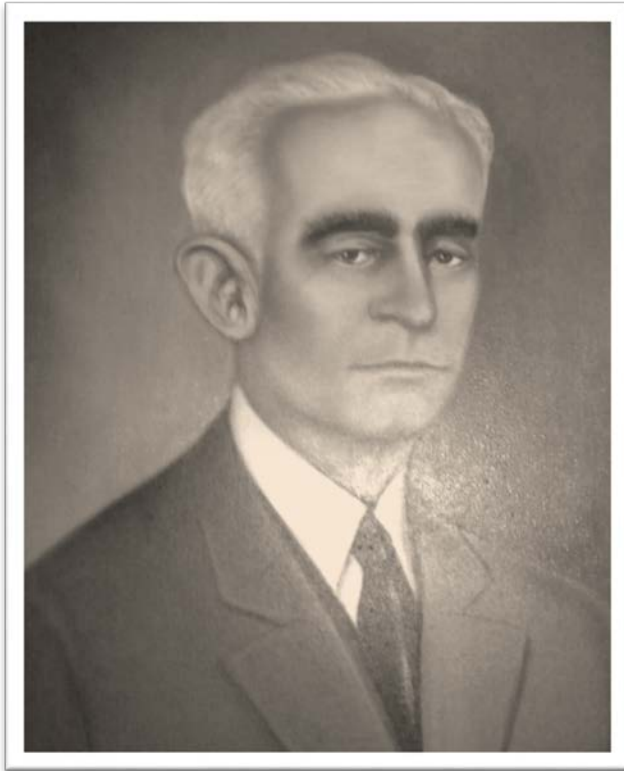
Ingressando na carreira política, foi secretário do Interior e Justiça no governo do desembargador Moreira da Rocha (1924–1928), a quem ajudou na reforma da Constituição cearense e na organização de projetos de leis processuais do estado. Eleito deputado federal pelo Ceará em 1927, chegando a exercer a liderança da bancada cearense na Câmara. Por consenso de todos os partidos políticos do estado, foi escolhido para governar o Ceará no período 1928-1932. Renunciando à cadeira na Câmara dos Deputados, tomou posse no governo do estado em 12 de julho de 1928, mas foi deposto pela Revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas. Em seu lugar, no dia 8 de outubro, assumiu o governo provisório do estado Manuel Fernandes Távora.

Mudou-se então para o Rio de Janeiro, montou banca de advogado e conquistou a cátedra de direito romano nas Faculdades de Direito de Niterói e do Rio de Janeiro. Professor emérito da Universidade do Brasil,

ocupou a cadeira nº 31 da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes.

Foi casado duas vezes: a primeira com Noeme Câmara Peixoto, e a segunda com Violeta Rodrigues de Matos Peixoto.

Faleceu no Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1976.



Manuel do Nascimento Fernandes Távora
Interventor do Ceará (1930–1931)

MANUEL FERNANDES TÁVORA

Nasceu na fazenda Embargo, em Jaguaribe (CE), no dia 21 de março de 1877, filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento. Segundo os biógrafos da família, sua mãe estaria ligada à nobreza de Portugal. Seu antepassado mais ilustre teria sido o marquês de Távora, que, perseguido por Pombal em 1759, se refugiou no sertão do Ceará. Sua família consolidou grande tradição na política interiorana do estado graças à oposição que moveram seus representantes à oligarquia dos Acíoli, dominante na República Velha. Seu tio por linha materna, Belisário Távora, foi chefe de polícia do Distrito Federal no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910–1914). Seu irmão Juarez Távora participou da Revolta de 1924, em São Paulo, integrou a Coluna Prestes e teve atuação fundamental na Revolução de 1930, tornando-se a partir de então ministro da Viação (1930) e da Agricultura (1932–1934), e candidato à presidência da República (1955). Deputado federal pela Guanabara (1963–1964) e novamente ministro da Viação (1964–1967). Seu outro irmão, Joaquim Távora, participou do levante tenentista de Mato Grosso em 1922, e morreu em combate na Revolução de 1924, em São Paulo.

Fernandes Távora iniciou os estudos primários em sua terra natal em 1884, concluindo-os no Seminário Menor em Crato (CE), no ano de 1889. Coursou o secundário entre 1889 e 1896 no Ginásio Benjamim Constant, nesta última cidade, no Instituto de Humanidades, em Fortaleza, e no Ginásio Pernambucano, em Recife. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1897, viajando depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Fe-

deral, a fim de continuar o curso. Diplomou-se em março de 1903, três anos depois de graduar-se também em Farmácia, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Sua tese de doutoramento levou o título de Telepatia e, em seus primeiros anos de atividade profissional, clinicou na região amazônica e no Ceará.

Viajou para a Europa em 1908 e, quando de seu regresso ao país, participou ativamente no Ceará da Campanha Civilista, movimento que promoveu, em 1909-1910, a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca. A campanha assumiu um caráter antimilitarista, mas, ao fim, o candidato militar foi eleito em março de 1910.

Em março de 1913, Fernandes Távora foi eleito deputado estadual no Ceará, exercendo o mandato até julho de 1914, ano em que retornou à Europa. Em 1918, elegeu-se novamente deputado estadual para mandato que foi até julho de 1920, e, de 1919 a 1921. Lecionou línguas no Colégio Militar do Ceará. Liderou em seu estado a Reação Republicana, movimento que promoveu de 1921 a 1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922.

De 1920 a 1925, foi diretor e redator-chefe do jornal *A Tribuna*, que combatia Artur Bernardes e era acusado de “usar linguagem insultuosa ao governo federal e pregar a revolução, encarregando-se seus redatores de transmitir para os estados do Norte as notícias tendenciosas que vão publicando diariamente”. Quando, em dezembro de 1925, a Coluna Prestes invadiu o Piauí, ameaçando o Ceará, foi decretado o estado de sítio na região e o jornal foi fechado. Segundo conta Fernandes

Távora no livro Algo de minha vida, o jornal fechou porque não aceitava a censura do governo. Com o fechamento de A Tribuna, Fernandes Távora foi obrigado a exilar-se na Europa.

Em 1928, de volta ao Ceará, Fernandes Távora recebeu no mês de julho a caravana do Partido Democrático Nacional (PDN), liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, que visitou os estados do norte do país e constituiu em quase todos eles grupos incumbidos de organizar localmente o PDN. Fernandes Távora foi o fundador do Partido Democrático do Ceará.

Em janeiro de 1930, Fernandes Távora recebeu também a caravana da Aliança Liberal, frente única formada em junho de 1929 pelas forças de oposição — que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República para concorrer com o candidato governista Júlio Prestes. A caravana, liderada por João Batista Luzardo, Agamenon Magalhães, Paulo Duarte, Menezes Barreto, Augusto de Lima e outros, tinha como lema de seus comícios dois itens fundamentais: o voto secreto e a anistia. Fernandes Távora foi o fundador da Aliança Liberal no Ceará. Em março de 1930, realizaram-se as eleições presidenciais, saindo vencedor Júlio Prestes.

No dia 3 de outubro de 1930, eclodiu no Rio Grande do Sul a revolução que iria depor Washington Luís. Em 8 de outubro, caiu o governo do Ceará, tendo o presidente estadual José Matos Peixoto abandonado seu posto ante a aproximação do 23º Batalhão de Caçadores, procedente de Sousa (PB). Fernandes Távora, que se achava preso, foi libertado e assumiu o governo do estado, à frente do qual permaneceu provisoriamente. Em 24 de outubro, Washington Luís foi deposto no Rio

de Janeiro e, em 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da República.

Em 14 de novembro, Fernandes Távora foi nomeado interventor federal no Ceará. Seu irmão Juarez Távora, que liderava a revolução no Norte e no Nordeste, tornou-se conhecido nesse período inicial do novo regime como o “vice-rei do Norte”. Os Aciólis e demais grupos oligárquicos cearenses perderam sua hegemonia política, que passou às mãos da família Távora. O novo interventor pretendia implantar uma política tenentista contrária aos grupos dominantes do passado, baixando, para tanto, decretos como o que reduziu os aluguéis e incentivando a Legião Revolucionária. Acabou, entretanto, por entrar em choque com a guarnição do Exército sediada em Fortaleza, sendo por isso exonerado do governo em setembro de 1931, quando foi substituído pelo capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

Segundo Juarez Távora, em seu livro *Uma vida e muitas lutas*, a divergência entre a corrente tenentista e Fernandes Távora remontava à data da posse deste, pois, desde a preparação da revolução no Ceará, ficara acertada a designação do major João Silva Leal, do Colégio Militar de Fortaleza, para assumir o governo do estado após a vitória do movimento.

Para resolver a questão, em setembro de 1931 foi constituída uma comissão especial integrada por Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Pedro Ernesto Batista, interventor no Distrito Federal, a qual, embora isentando de culpa Fernandes Távora, julgou mais acertado que o Governo Provisório aceitasse sua exoneração.

Em 1932, Fernandes Távora foi médico inspetor das caixas de aposentadoria e pensões.

Por sua vez, o capitão Carneiro de Mendonça procurou desde o início manter uma equidistância das forças políticas do Ceará. Esses grupos, no entanto, logo se dividiram: de um lado, os representantes locais do Clube 3 de Outubro, organização tenentista, fundaram o Partido Social Democrático (PSD) no Ceará, dirigido por Fernandes Távora, o major João Silva Leal, Demócrito Rocha e outros; e de outro, as oligarquias tradicionais uniram-se na Liga Eleitoral Católica (LEC) do Ceará, que se converteu em partido político. Enquanto isso, os Aciólis, líderes do antigo Partido Republicano Conservador, organizaram o Partido Republicano Nacionalista do Ceará.

Em maio de 1933, ao se realizarem as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, Fernandes Távora foi um dos deputados eleitos pelo Ceará na legenda do PSD. Foi também escolhido líder da bancada cearense e segundo-secretário da mesa da Constituinte durante a quarta sessão preparatória da Assembleia, realizada no dia 13 de novembro do mesmo ano, dois dias antes de sua instalação. Na mesma ocasião, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi eleito presidente da Assembleia e Osvaldo Aranha foi escolhido líder da maioria.

Já no final de dezembro, entretanto, Osvaldo Aranha renunciou à sua posição. Em 12 de janeiro de 1934, sob a presidência de Antônio Carlos, os líderes das diversas bancadas se reuniram para tratar da questão. Fernandes Távora, Cristóvão Barcelos, Alfredo de Arruda Câmara, Valdemar Falcão e Generoso Ponce Filho manifestaram-se favoravelmente a Antônio Garcia de Medeiros Neto, finalmente escolhido para ocupar o lugar de Osvaldo Aranha.

Em fevereiro, Medeiros Neto apresentou uma indicação propondo a inversão da ordem dos trabalhos na

Assembleia, ou seja, sugerindo que primeiro fosse eleito o presidente da República, votando-se depois a Constituição. A Comissão de Polícia da Assembleia aprovou em princípio a indicação por três votos contra dois. Votaram a favor Antônio Carlos, Clementino Lisboa e Fernandes Távora. Em março, contudo, a Comissão de Polícia apresentou seu parecer definitivo, rejeitando a indicação de Medeiros Neto, substituindo-a pela Fórmula Simões Lopes, que garantia a votação da Constituição antes da eleição do presidente. Em junho de 1934, Fernandes Távora participou da reunião no Gabinete de Antônio Carlos, juntamente com os líderes das principais correntes, quando ficou definitivamente afastada a hipótese da transformação da Assembleia em Câmara legislativa ordinária.

Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição e, no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República. No mês de outubro, realizaram-se as eleições à Câmara Federal e às assembleias constituintes estaduais. O PSD do Ceará fez 13 deputados estaduais e quatro federais — entre os quais Fernandes Távora, ficando em minoria na Assembleia estadual. Em junho do ano seguinte, o PSD rompeu com o governo federal porque este passou a apoiar seus adversários políticos. Estremecido com os governos estadual e federal, Fernandes Távora, a pedido de Juarez, iria apoiar a candidatura Armando Sales, lançada para disputar as eleições presidenciais previstas para 1938. Armando Sales disputava o mandato presidencial com o candidato oficioso, José Américo de Almeida, e com o líder integralista Plínio Salgado.

Fernandes Távora exerceu seu mandato de deputado federal até 10 de novembro de 1937, quando o

golpe do Estado Novo fechou o Congresso e cancelou as eleições presidenciais.

Em princípios de 1945, as correntes de oposição a Vargas iniciaram uma série de contatos visando uma articulação política mais ampla e efetiva. Em abril, foi organizado o diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), tendo Fernandes Távora participado de sua primeira reunião, quando foram nomeadas as comissões para a elaboração do primeiro projeto de estatutos do partido. Foi então escolhido membro da comissão de estudos de saúde pública. Távora era partidário da candidatura de Eduardo Gomes, que disputaria as eleições presidenciais com Eurico Dutra, candidato do PSD.

Em outubro de 1945, Vargas foi deposto por um golpe militar que determinou a extinção do Estado Novo. No dia 2 de dezembro, ao mesmo tempo em que Eurico Dutra era eleito presidente da República, Fernandes Távora elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Ceará na legenda da UDN. Com a promulgação da nova Carta (18.9.1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, permaneceu na Câmara dos Deputados até abril de 1947, quando se afastou por ter sido eleito em janeiro senador pelo Ceará na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para um mandato que se encerraria em janeiro de 1951.

Em outubro de 1947, Fernandes Távora defendeu o projeto do senador Ivo d'Aquino que determinava a extinção dos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo registro havia sido cassado em maio daquele ano. Dias depois, o projeto foi aprovado, sendo cassados em janeiro de 1948 os mandatos de todos os parlamentares comunistas.

Membro da Comissão de Trabalho e Previdência Social do Senado durante essa legislatura, Fernandes Távora elegeu-se novamente senador por seu estado em 1954, na legenda da coligação entre o PTB, a UDN e o Partido Republicano (PR). Em abril de 1955, realizou-se a Convenção Nacional da UDN, elegendo-se Milton Campos para a presidência e Juraci Magalhães, Adauto Lúcio Cardoso e Fernandes Távora para as vice-presidências do partido.

Em 11 de novembro de 1955, um movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, visando barrar uma conspiração em preparo no governo e assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, depôs o presidente em exercício Carlos Luz e entregou a chefia da nação a Nereu Ramos. Quando o presidente João Café Filho, licenciado por motivo de saúde, tentou recuperar seu posto, o Congresso votou seu impedimento. Fernandes Távora votou contra a medida, que acabou sendo aprovada.

Fernandes Távora exerceu o mandato de senador até o final da legislatura, em janeiro de 1963. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e da Academia de Letras do Ceará.

Faleceu em Fortaleza, em 23 de setembro de 1973.



João da Silva Leal
Interventor do Ceará (junho–setembro 1931)

JOÃO DA SILVA LEAL

Nasceu em São Mateus (CE) no dia 10 de setembro de 1879, filho de Manuel da Silva Costa Leal e de Delfina Carlota Pereira e Silva Leal.

Estudou no Liceu do Ceará, em Fortaleza, antes de ingressar na carreira militar, sentando praça no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1898. Participou da Revolta da Vacina irrompida na Escola Militar da Praia Vermelha em 1904. Aspirante a oficial apenas em 1906. Segundo-tenente em 1907, promovido a primeiro-tenente em 1915. No ano seguinte, iniciou-se no magistério lecionando português no Colégio Militar de Fortaleza. Promovido a capitão em 1920, reformou-se no posto de major, por ter optado pelo magistério militar. Durante sua carreira no Exército, cursou a Escola de Estado-Maior.

Em 1922, presidiu um comitê da Reação Republicana, movimento de apoio à candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República. Em 1929, elegeu-se deputado estadual do Ceará. Durante a Revolução de 1930, participou de uma coluna organizada por Landri Sales, e outros, reunindo civis e militares cearenses e paraibanos. A coluna partiu de Sousa (PB) e entrou no Ceará por Lavras, com a finalidade de depor o governo estadual. O sul do estado logo aderiu à revolução e o governo cearense caiu no dia 8 de outubro. No dia 13, ao se formar o governo revolucionário estadual, foi nomeado secretário da Fazenda do estado, cargo em que permaneceu até junho de 1931. Nesse mês, substituindo Manuel Fernandes Távora, foi nomeado interinamente interventor federal no Ceará, governando o estado até

setembro do mesmo ano, quando transferiu o cargo ao capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

Em fins de 1932, com a convocação de eleições à Assembleia Nacional Constituinte, marcadas para maio de 1933, colaborou na fundação do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, tendo integrado sua primeira comissão executiva. O PSD representava no estado os interesses da família Távora, apoiando também o governo federal. No pleito de maio, João da Silva Leal foi eleito deputado pelo Ceará à Constituinte, na legenda do PSD, assumindo o mandato em novembro. Participou dos trabalhos constituintes, e, com a promulgação da nova Carta (16.7.1934) teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Elegendo-se em outubro de 1934, deputado federal pelo Ceará na legenda do PSD, permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Com o fim do regime de exceção de 1945, elegeu-se em dezembro desse mesmo ano, suplente de deputado federal pelo Ceará, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), assumindo o mandato na Câmara em maio de 1947. Em 1948, integrou a Comissão Permanente de Segurança Nacional e substituiu Egberto Rodrigues na Comissão de Diplomacia da Câmara. Abandonou o mandato de deputado federal no dia 31 de janeiro de 1949.

Faleceu no dia 29 de janeiro de 1963.



Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça
Interventor do Ceará (1931–1934)

CARNEIRO DE MENDONÇA

Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 13 de dezembro de 1894, filho do médico Carlos Carneiro de Mendonça e de Francisca Araújo Carneiro de Mendonça.

Concluiu o curso primário no Colégio Cruzeiro do Sul, no Rio. O prestígio de seu pai fez com que, embora filho de civil, obtivesse preferência para ingressar no Colégio Militar. Coursou depois a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, onde foi chefe do corpo de alunos.

Aspirante em abril de 1918 e segundo-tenente em dezembro do mesmo ano, passou, então, a integrar a Comissão de Limites Brasil-Peru até 1920. Em setembro desse ano, foi promovido a primeiro-tenente.

Participou da Revolta de 5 de julho de 1922 juntamente com vários oficiais da Escola Militar do Realengo, sob a chefia do coronel João Maria Xavier de Brito Júnior. O movimento, que iniciou a série de revoltas tenentistas da década de 1920, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Epiácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Sufocada a revolta, Carneiro de Mendonça foi preso e deportado para a ilha de Fernando de Noronha, de onde seria transferido quatro anos depois para a ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Em abril de 1928, o juiz Sá e Albuquerque proferiu sentença condenando-o a um ano e quatro meses de reclusão, pena inferior ao tempo que já havia passado preso.

Beneficiado pela anistia decretada depois da Revolução de 1930, foi reincorporado às fileiras do Exército e promovido a capitão em novembro do mesmo ano. Filiou-se no ano seguinte ao Clube 3 de Outubro, que congregava as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela revolução e, de junho a agosto de 1931, exerceu a função de oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro.

Em 21 de agosto de 1931, um tribunal revolucionário presidido por Osvaldo Aranha (então ministro da Justiça) designou Carneiro de Mendonça para substituir Manuel do Nascimento Fernandes Távora no cargo de interventor no estado do Ceará, já que as divergências entre este e a guarnição federal de Fortaleza haviam chegado a um impasse. No exercício desse cargo, Carneiro de Mendonça começou a discordar da orientação que o governo federal estava imprimindo ao processo político nacional, polarizado em torno das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em julho de 1932, chegou a redigir uma carta de demissão a Getúlio Vargas, mas a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo fez com que retrocedesse, declarando seu apoio ao governo federal.

Superada a crise, em nova carta, datada de 2 de fevereiro, expôs a Vargas seu ponto de vista “em relação à organização de um partido político-revolucionário, por intermédio do qual a revolução defenderá nas urnas a ideologia implantada pelo movimento vitorioso em outubro de 1930”. Justificando sua posição, frisava: “Alistando-me nas fileiras revolucionárias desde o movimento de 5 de julho de 1922, do qual fui o mais humilde soldado, filiei-me à corrente que intransigentemente combateu e

combate a interferência dos governos na organização de partidos políticos, pois sempre considerei como dos maiores males a criação de partidos oficiais, geradores das chamadas, máquinas eleitorais, corrompido aparelho sobre o qual os chefes e chefetes assentam seu prestígio político.”

Embora reconhecesse que os revolucionários se empenhavam na rearticulação partidária com objetivos renovadores, Carneiro de Mendonça apontava semelhanças entre os processos que estavam sendo adotados e os do período anterior a 1930. Não discordava da formação de partidos, mas do modo de fazê-lo, pois entendia que “a organização e direção dos mesmos cabem a elementos revolucionários que não disponham, no momento, de cargos de mando, para que a liberdade se exercite em toda a sua plenitude”.

Declarava-se ainda convicto de que “a melhor propaganda para a revolução é agirem seus delegados — os interventores —, bem como as autoridades em geral, administrando alheados da política, para que o povo, livre da pressão fácil, constatando a justiça do atual regime, por um rápido exame, escolha entre o passado e o presente”. O governo federal, entretanto, encarregava os interventores de organizar as bases partidárias em seus estados. Em função dessa divergência, Carneiro de Mendonça deixou definitivamente a interventoria do Ceará no dia 28 de agosto de 1934.

Promovido a major em setembro do mesmo ano, serviu como oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, de outubro de 1934 a abril de 1935. Em seguida, foi encarregado por Vargas de solucionar a crise política no estado do Pará, substituindo o interventor, major Joaquim de Magalhães

Barata. Realizadas as eleições, situação e oposição proclamaram a vitória de seus candidatos. Diante do impasse criado, o Tribunal Superior Eleitoral requereu ao governo federal a indicação de um novo interventor. Carneiro de Mendonça tomou posse no cargo em 12 de abril de 1935, e oito dias depois enviou um telegrama urgente a Vargas informando que havia conseguido que o candidato da oposição, Mário Chermont, apoiasse José Carneiro da Gama Malcher, que pouco depois foi eleito governador com o apoio integral das forças oposicionistas, da Frente Única Paraense e das dissidências oligárquicas.

Carneiro de Mendonça deixou a interventoria do Pará em 4 de maio de 1935, assumindo em 14 de junho de 1936 o mesmo cargo no estado do Maranhão, que também vivia uma crise política que levava à queda do governador Aquiles de Faria Lisboa. A União Republicana, partido de oposição, conquistara a maioria na Assembleia Legislativa, promulgando unilateralmente a Constituição estadual em novembro de 1935. Depois de conseguir um acordo com os grupos dirigentes, Carneiro de Mendonça transmitiu em agosto de 1936 a chefia do Executivo estadual a Paulo Martins de Sousa Ramos, eleito pela Assembleia Legislativa maranhense naquele mesmo mês.

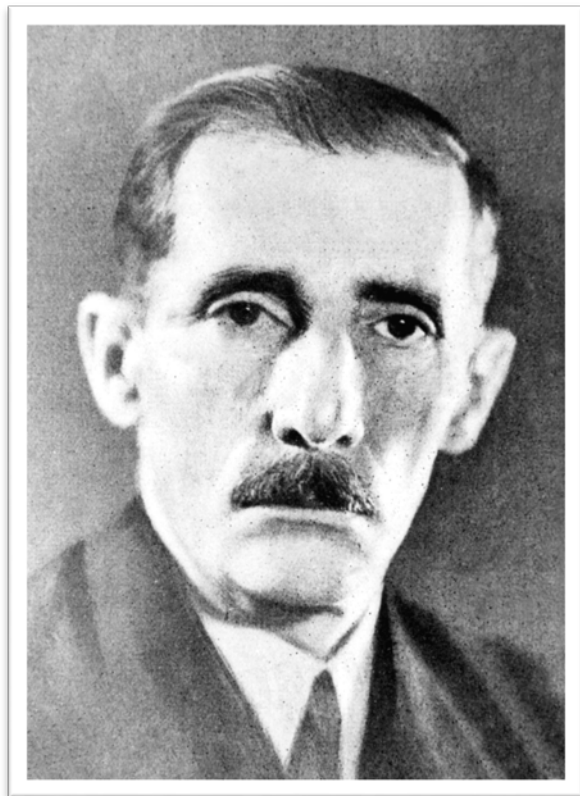
Reformado no posto de major em março de 1937, assumiu a direção da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, da qual exonerou-se em 1944, solidário com Osvaldo Aranha, vice-presidente da Sociedade Amigos da América, fechada nesse ano por Vargas. Durante esse período, assumiu interinamente a presidência do banco entre 5 de outubro e 27 de novembro de 1940.

Com a deposição de Vargas (29/10/1945) e a posse do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, à frente do Executivo, Carneiro de Mendonça foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante sua gestão, tomou várias iniciativas no sentido de transformar as leis trabalhistas: transformou a Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho em Conselho Superior de Previdência Social, converteu o Departamento de Previdência Social em Departamento Nacional de Previdência Social e reorganizou o Departamento Nacional de Propriedade Industrial.

Criou a Comissão Nacional de Sindicalização, englobando as comissões de enquadramento sindical, técnica de orientação sindical e do imposto sindical, e alterou dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à organização sindical, tentando inclusive, entre outras medidas, estabelecer o pluralismo sindical, o que não se concretizou devido à forte resistência dos setores trabalhistas.

Ainda em 1945, Carneiro de Mendonça apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República, o brigadeiro Eduardo Gomes, associando-se assim a antigetulistas de todos os matizes. Entretanto, o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado pelo marechal Eurico Dutra e, com a posse deste (31/1/1946), Carneiro de Mendonça deixou o ministério.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1946.



Filipe Moreira Lima
Interventor do Ceará (1934–1935)

FILIFE MOREIRA LIMA

Nasceu na localidade de Serrinha, no atual município de Cruz do Espírito Santo (PB), no dia 20 de maio de 1880, filho de Joaquim Moreira Lima e de Marcolina Etelvina Moreira Lima. Seu pai foi magistrado no Império e presidente do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. Seu irmão, Lourenço Moreira Lima, foi secretário da Coluna Prestes, sobre a qual escreveu “A Coluna Prestes - marchas e combates”.

Iniciou a carreira militar em 1897 e, em 1902, concluiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o curso da Escola Militar do Realengo, como aspirante-a-oficial. Promovido a segundo-tenente em 1904, serviu em Belém no ano seguinte e no Amazonas em 1906, quando ainda se desenrolava a Questão do Acre, longa fase de lutas e negociações ligadas à demarcação de fronteiras entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. Mais tarde, foi transferido para o Distrito Federal. Promovido a primeiro-tenente em agosto de 1908, serviu no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Em fevereiro de 1918 recebeu a patente de capitão, tendo servido no Ceará (1918) e, depois, no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro (1919–1921).

No início de outubro de 1930, quando se processava a campanha armada da revolução que depôs Washington Luís, foi detido mais uma vez, por haver participado de uma reunião no Clube Militar, tendo permanecido 15 dias na prisão. Vitoriosa a revolução em 24 de outubro de 1930, foi reintegrado em suas funções militares no dia seguinte, indo servir no 1º Regimento de Artilharia Montada, no Rio de Janeiro.

Com esse congresso, uma importante ala do tenentismo visava coordenar a ação e o pensamento revolucionário em torno de uma programação nacional. Surgiu, assim, o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O coronel Moreira Lima fez parte da comissão executiva do partido, presidida por Pedro Ernesto Batista, prefeito do Distrito Federal. Integram-na, ainda, o major Juarez Távora, os capitães Carlos Amoreti Osório e Luís Cordeiro de Castro Afilhado, Francisco Giraldes e Ilka Labarthe.

Em 1934, Moreira Lima foi convidado por Juarez Távora para assumir a interventoria no Ceará, em substituição a Carneiro de Mendonça, com a finalidade de presidir as eleições parlamentares federais e estaduais marcadas para outubro. Nomeado em 28 de agosto de 1934, deixou o cargo em 11 de maio de 1935.

A administração de Filipe Moreira Lima no Ceará deixou no estado um grande saldo financeiro. Além disso, e apesar da curta duração do seu governo, o interventor promoveu a construção de estradas de rodagem, de edifícios escolares e da primeira rede elétrica do Ceará, tendo ainda criado no estado a Faculdade de Agronomia. Entretanto, temendo sua manutenção no poder, a oposição política agiu com muita energia. Ao contrário dos propósitos com que fora criada, a Liga Eleitoral Católica (LEC) atuou no Ceará como verdadeiro partido. Durante a campanha de 1934, Francisco Menezes Pimentel, candidato a governador, para evitar a permanência de Moreira Lima na administração, mostrou-se disposto a retirar-se da disputa, em favor de qualquer outro nome indicado por Getúlio Vargas, desde que fosse escolhido na bancada federal eleita pela LEC. Efetuado o pleito, a LEC elegeu 17 deputados estaduais contra 13 do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, e sete

deputados federais contra quatro do PSD. Menezes Pimentel, eleito governador pela Assembleia Legislativa em 1935 foi devidamente empossado.

Em 1935, após deixar a interventoria, Filipe Moreira Lima esteve consideravelmente próximo da Aliança Nacional Libertadora (ANL), embora não tenha sido membro da organização. Propôs trocar o nome de ANL para Frente Popular Democrática, cujo programa, em sua opinião, deveria incluir o estabelecimento de um governo popular revolucionário, apoiado nas forças armadas e nas massas populares, e a restauração das liberdades democráticas.

Em 1945, com a reorganização partidária promovida na fase final do Estado Novo, Moreira Lima fez parte da comissão executiva nacional da União Democrática Nacional (UDN), ao lado de Juraci Magalhães, Valdemar Ferreira, Raul Fernandes, Odilon Braga, João Carlos Machado, Carlos de Lima Cavalcanti e José Augusto Bezerra de Medeiros. Os estatutos do partido foram aprovados em agosto desse ano, em reunião na qual também foi escolhido, por aclamação, o primeiro diretório, com Otávio Mangabeira na presidência e Virgílio de Melo Franco na secretaria geral.

Em 1946, Moreira Lima foi reintegrado no Exército, no posto de general. Em agosto do ano seguinte, fundou com outros companheiros o novo Partido Socialista Brasileiro, de sigla PSB igual à do anterior, e cuja presidência foi entregue a João Mangabeira.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1960.



Francisco de Menezes Pimentel
Governador do Ceará (1935–1937)
Interventor do Ceará (1937–1945)

MENEZES PIMENTEL

Nasceu em Santa Quitéria (CE) no dia 12 de outubro de 1887, filho do operário Balbino Ferreira Pimentel e de Clara Menezes Pimentel.

Estudou no Colégio São Luís, em sua cidade natal, e no Liceu do Ceará. Em 1907, com 20 anos, fundou na cidade de Pacoti (CE), juntamente com um sacerdote local, o Ginásio São Luís. Transferido para Fortaleza em 1916, esse estabelecimento alcançaria grande prestígio, formando várias gerações de alunos que viriam a ter influência no cenário estadual e nacional. Foram professores do Ginásio São Luís, além do próprio Menezes Pimentel, que o dirigiu até 1946, dom Hélder Câmara e o escritor Austregésilo de Ataíde, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, de 1959 a 1993.

Menezes Pimentel bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em dezembro de 1914, montando em seguida seu escritório de advocacia em Fortaleza. Em 1917, fez concurso para professor das cadeiras de direito romano e de filosofia do direito, na faculdade onde se formara, apresentando as teses *Fontes do direito romano* e *A liberdade humana e as teorias modernas*. Aprovado, ocupou as duas cadeiras, inicialmente como substituto, sendo nomeado em 1918 catedrático de direito romano. A partir de 1921, tornou-se diretor da Faculdade de Direito, permanecendo no cargo até 1935.

Menezes Pimentel ingressou na política em 1929, sendo eleito deputado à Assembleia Legislativa do Ceará. Exerceu seu mandato até o ano seguinte, quando a Revolução de 1930 dissolveu o Congresso Nacional e as assembleias estaduais. Voltou então às suas ativida-

des de professor e advogado. De 1932 a 1933, foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Em 1935, Menezes Pimentel candidatou-se a governador do Ceará na legenda da Liga Eleitoral Católica (LEC), partido que congregava os remanescentes dos grupos que até 1930 haviam detido o poder político no estado. Seu opositor deveria ser Juarez Távora, do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, agremiação que agrupava os revolucionários de 1930. No entanto, como a Assembleia Constituinte estadual eleita no ano anterior com a incumbência de escolher o governador era formada por 13 deputados do PSD e 17 representantes da LEC, Juarez retirou sua candidatura e José Pompeu Pinto Acióli apresentou-se em seu lugar.

Pouco antes da eleição, contudo, o deputado George Moreira Pequeno, da LEC, passou-se para o PSD, aumentando para 14 cadeiras a representação desse partido. Se o PSD conseguisse atrair mais um deputado, a votação terminaria empatada e seria considerado eleito o candidato mais velho, José Acióli. O esforço de atração do PSD concentrou-se no deputado da LEC, Carlos Eduardo Benevides, o qual recusou todas as propostas. Logo depois, o jornal *A Gazeta de Notícias*, favorável à LEC, sofreu um atentado. Temerosa, a LEC pediu garantias ao Exército, que abrigou todos os seus deputados e o candidato Menezes Pimentel no quartel do 23º Batalhão de Caçadores (BC) até a hora da eleição. No quartel, segundo Itamar Espíndola, ocorreu uma tentativa de envenenamento dos deputados e de Pimentel. Três dias antes das eleições, o presidente Getúlio Vargas chamou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o interventor federal no Ceará, coronel Filipe Moreira Lima, e o destituiu, nomeando para seu lugar o industrial Fran-

klin Monteiro Gondim, até então secretário do estado. Segundo Itamar Espíndola, Vargas temia as atividades de Moreira Lima, já que este ameaçara “virar a banca” se o candidato do PSD fosse derrotado. No dia da eleição, os deputados e Menezes Pimentel dirigiram-se à Assembleia protegidos por uma companhia do 23º Batalhão de Caçadores. Realizado o pleito, Pimentel venceu por 16 votos contra 14.

Menezes Pimentel foi empossado governador em maio de 1935. Em novembro desse ano, eclodiu em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro a Revolta Comunista. De Fortaleza, Menezes Pimentel enviou forças policiais para Mossoró (RN) a pedido do prefeito daquele município, Francisco Duarte Filho, que se dizia ameaçado pelo avanço de uma força de dois mil operários.

Como governador, entre outras obras, Menezes Pimentel procedeu à construção dos prédios da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, da Secretaria de Agricultura, do Liceu do Ceará, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), da Escola de Agronomia, do quartel da Força Pública, do Arquivo Público, do quartel da Guarda Civil e da Inspetoria de Trânsito.

Com a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado e todos os cargos efetivos foram abolidos. Extinto o cargo de governador, Menezes Pimentel foi nomeado interventor federal no Ceará.

No dia 11 de maio de 1938, Menezes Pimentel estava na capital da República quando ocorreu o ataque integralista ao palácio Guanabara, residência oficial do presidente Getúlio Vargas. Apesar da precária resistência, os assaltantes acabaram dominados em poucas ho-

ras e Pimentel foi o primeiro a entrar no palácio para solidariedade ao presidente.

Durante o período em que se manteve à frente da interventoria no Ceará, Menezes Pimentel voltou-se para os problemas da educação pública, da agricultura, da viação, do ensino profissional, da construção de açudes e do desenvolvimento econômico.

Em 27 de outubro de 1945, dois dias antes de Vargas ser deposto por um golpe militar, Menezes Pimentel exonerou-se para concorrer às eleições estaduais, antecipadas por decreto de Vargas para coincidir com o pleito federal de 02 de dezembro daquele ano. Os candidatos tinham 30 dias de prazo para a desincompatibilização e o decreto proporcionava aos interventores a possibilidade de se candidatarem. Com a deposição de Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu interinamente a presidência do país. Seu primeiro ato foi revogar o decreto que antecipava as eleições e nomear novos interventores, quase todos ligados ao Poder Judiciário.

Com a redemocratização do país, candidatou-se, no pleito de dezembro de 1945, a uma vaga no Senado Federal pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), mas não conseguiu eleger-se.

Em 1947, já constitucionalizado o país, Menezes Pimentel foi eleito, indiretamente, pela Assembleia Legislativa, vice-governador do Ceará, no dia 26 de junho do mesmo ano para figurar ao lado desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, eleito governador para a gestão 1947–1951.

Em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal pelo Ceará na legenda do PSD. Em 1954, juntamente

com Martim Rodrigues e Valter Sá Cavalcante, procurou renovar o PSD, conquistando a adesão de novos nomes para o partido. Em outubro desse mesmo ano, foi reeleito deputado federal.

Durante o governo provisório de Nereu Ramos (11/11/1955 a 31/01/1956), Menezes Pimentel ocupou o Ministério da Justiça, retomando em seguida seu mandato de deputado.

Em outubro de 1958, foi eleito senador com apoio da coligação entre o PSD, o PTB e o Partido de Representação Popular (PRP), deixando a Câmara em janeiro de 1959, ao final da legislatura, para representar o Ceará no Senado. Como senador, fez parte das comissões de Constituição e Justiça, dos Códigos Eleitoral e Partidário, de Legislação Social, de Finanças, do Código de Processo Civil, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Relações Exteriores, de Serviço Público Civil, de Redação e de Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, além da Comissão de Educação e Cultura, da qual foi presidente até o término de seu mandato.

Em 1962, ao lado de outros políticos, promoveu em plano estadual uma aliança entre a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD — a chamada União pelo Ceará — para enfrentar no pleito de outubro os candidatos ao governo do estado considerados esquerdistas. Virgílio Távora, da UDN, foi eleito governador.

Após o movimento político-militar de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Menezes Pimentel ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação política de apoio ao regime militar. Nessa legenda, candidatou-se,

em outubro de 1966, à renovação de 1/3 do Senado, sendo reeleito para um mandato de quatro anos. Em seu segundo mandato de senador, participou das comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, de Redação, do Polígono das Secas, de Serviço Público Civil e de Agricultura. Em janeiro de 1971, pouco antes do término do mandato, afastou-se do cargo por doença, sendo substituído pelo suplente Gentil Barreira.

Menezes Pimentel foi membro da Academia Cearense de Letras e escreveu para os jornais *O Nordeste* e *O Estado*, ambos de Fortaleza. Foi presidente da diretoria regional do PSD no Ceará e membro da diretoria nacional desse partido.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 1973.



Benedito Augusto Carvalho dos Santos
Interventor do Ceará (novembro 1945–janeiro 1946)

BENEDITO AUGUSTO DOS SANTOS

Nasceu em Aracati (CE), no dia 3 de janeiro de 1886, filho de Benedito Augusto dos Santos e de Maria Ermelinda Carvalho dos Santos.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e transferiu-se em 1903 para Fortaleza, onde cursou o secundário no Liceu do Ceará e no Colégio Colombo. Em 1907 ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, que frequentou até a quarta série, e em seguida transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1911.

No ano seguinte, passou a lecionar Legislação Comparada na Faculdade de Direito do Ceará, ao mesmo tempo em que se dedicava à advocacia e ao jornalismo em sua cidade natal. Em 1917, foi aprovado no concurso para professor catedrático de Direito Geral da Faculdade de Direito e, em 1921, foi admitido como professor do Colégio Militar do Ceará.

Em março de 1930, elegeu-se vice-presidente do Ceará e, ao mesmo tempo, deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara em maio do mesmo ano, mas, após a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual se opôs, teve o mandato interrompido. Retomou então às atividades no magistério. Em 1936, foi nomeado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, membro do Conselho Nacional de Educação, com sede no Rio de Janeiro e, no ano seguinte, foi transferido para o Colégio Militar, na mesma cidade.

Após a extinção do Estado Novo, em outubro de 1945, foi nomeado pelo presidente José Linhares inter-

ventor federal no Ceará, em substituição a Francisco de Menezes Pimentel (1937–1945). Durante sua gestão criou a Secretaria de Educação e Saúde do estado. Em dezembro de 1945, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Ceará, na legenda da União Democrática Nacional (UDN).

Em janeiro de 1946, transmitiu o cargo de interventor a Acrísio Moreira da Rocha e, no mês seguinte, assumiu uma cadeira na Constituinte. Após a promulgação da nova Carta (18/09/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Durante a legislatura, encerrada em janeiro de 1951, foi membro da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara.

Ao longo de sua vida, pertenceu à Academia Cearense de Letras, tendo sido seu representante no Rio de Janeiro junto à Federação das Academias de Letras do Brasil. Foi ainda membro do Instituto do Ceará, da Academia Brasileira de Filologia e do Instituto Brasileiro de Cultura, do qual foi também vice-presidente.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de janeiro de 1959.



Acrísio Moreira da Rocha
Interventor do Ceará (janeiro–fevereiro 1946)

ACRÍSIO MOREIRA DA ROCHA

Nasceu em Fortaleza (CE) no dia 25 de setembro de 1907. Filho do político Manuel Moreira da Rocha e de Amália Serôa Moreira da Rocha.

Em janeiro de 1946, assumiu a interventoria federal no Ceará, sucedendo a Benedito Augusto dos Santos. Permaneceu no cargo até o mês seguinte e foi substituído por Pedro Firmeza. Em 1947, ocupou a Secretaria da Fazenda do Ceará, no governo do interventor José Machado Lopes (1946–1947) e, ainda nesse ano, tornou-se prefeito de Fortaleza, função que desempenhou até 1951 e novamente a partir de 1955.

Filiado ao Partido Republicano (PR), apoiou a Frente Parlamentar Nacionalista, entidade interpartidária fundada em 1956, que tinha como metas o combate ao capital estrangeiro e à remessa de lucros e a defesa de uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional. Deixou a prefeitura de sua cidade em 1959.

Faleceu em Fortaleza a 21 de fevereiro de 2004.



Pedro Brito Firmeza
Interventor do Ceará (fevereiro–outubro 1946)

PEDRO FIRMEZA

Nasceu em Assaré (CE) no dia 17 de fevereiro de 1901, filho de Hermenegildo Brito Firmeza e de Bárbara de Brito.

Estudou no Instituto Miguel Borges e no Liceu Ceará, ambos em Fortaleza. Em 1919, iniciou suas atividades jornalísticas como redator da Folha do Povo, tornando-se no ano seguinte redator e diretor do Diário do Ceará, atividade exercida até 1930.

Em 1924, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Ceará, tornando-se nesse mesmo ano subauditor da Justiça Militar do estado. Ainda em 1924, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa do Ceará. Reeleito nos pleitos de 1927 e de 1930, permaneceu na Assembleia até outubro desse ano, quando, com a vitória da Revolução de 1930, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Durante o exercício de seus mandatos foi primeiro-secretário do Legislativo cearense. Em 1930, tornou-se redator-chefe do Correio do Ceará, atividade que exerceria até 1937.

Com a reconstitucionalização do país, elegeu-se no pleito de outubro de 1934 deputado federal pelo Ceará. Assumindo o mandato em maio do ano seguinte, foi, durante a legislatura, membro da Comissão de Finanças e relator de orçamentos e projetos referentes à educação, à saúde e à cultura.

Em 1937, renunciou ao mandato na Câmara dos Deputados para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. No dia 10 de novembro desse mesmo ano, com o advento do Estado Novo

(1937–1945) foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país.

Em fevereiro de 1946, após a queda do Estado Novo (29/10/1945) e a reconstitucionalização do país, foi nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946–1951) interventor federal no Ceará em substituição ao interventor Acrísio Moreira da Rocha. Nesse mesmo ano, no mês de outubro, foi substituído pelo interventor José Machado Lopes.

Faleceu a 2 de junho de 1965, no Rio de Janeiro.



José Machado Lopes
Interventor Federal (1946–1947)

MACHADO LOPES

Nasceu em 13 de maio de 1900, no Rio de Janeiro (RJ). Filho do comerciante José Lopes e da professora Elisa Machado Lopes.

Machado Lopes teve o primeiro contato com a vida militar aos 13 anos de idade, no Colégio Militar de Barbacena, Minas Gerais. Aos 19 anos, transferiu-se à Escola Militar de Realengo. Em 1935, cursou a Escola do Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, quando combateu os revoltosos que haviam tomado o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, um dos focos da chamada Intentona Comunista.

Em 1944, foi comandante do 9º Batalhão de Engenharia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial. Na Itália, participou do ataque a Monte Castello, em fevereiro de 1945, e da Batalha de Castelnuovo (1945).

Em 28 de outubro de 1946, foi nomeado Interventor Federal no Ceará pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Em seu governo, Machado Lopes realizou uma ação tendo como beneficiário o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que recebeu do Interventor a quantia de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para que fosse realizada a obra de instalação de uma tipografia nas dependências do Instituto.

Sua função como Interventor se estendeu até 31 de janeiro de 1947, quando o presidente Dutra o exonerou do cargo, nomeando para seu lugar o desembargador José Feliciano de Ataíde. Faleceu em 18 de março de 1990, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.



José Feliciano Augusto de Ataíde
Interventor Federal (1947)

JOSÉ FELICIANO ATAÍDE

Nasceu a 29 de outubro de 1875, em Recife (PE) e faleceu em Fortaleza (CE), no dia 20 de março de 1966.

O desembargador Ataíde tomou posse como interventor do Ceará no dia 3 de fevereiro de 1947, às 10 horas da manhã, no Palácio da Luz, onde recebeu a administração do estado das mãos do presidente do Tribunal de Apelação, o desembargador Leite Albuquerque.

Não permaneceu no cargo por muito tempo, pois assumiu o governo apenas até a efetivação do processo eleitoral, iniciado em 1947, durante a interventoria de Machado Lopes. Foi o próprio Feliciano de Ataíde que fez a seguinte afirmação sobre o seu governo: “É um processo transitório que apenas durará o tempo necessário, que vai da última eleição eleitoral à proclamação do candidato eleito”.

O desembargador Feliciano de Ataíde não realizou nenhum projeto específico, como mencionado anteriormente, seu mandato foi apenas para garantir a realização das eleições de 1947. Permaneceu no governo do estado até o dia 1º de março de 1947.

Governadores do Ceará

1947-1963

INTRODUÇÃO

O período de 1947 a 1963 compreende o processo de redemocratização que ocorreu em todo o país após o fim do Estado Novo (1937–1945), ditadura instaurada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas. Esse momento de exceção caracterizou-se pelo fechamento do Congresso Nacional e intervenção nos governos estaduais.

O processo de redemocratização pós-Estado Novo foi marcado pelo retorno à vida democrática; pela explosão demográfica nas grandes cidades, resultante da migração rural; pelo início do processo efetivo de industrialização do Brasil; pelo surgimento do populismo; e, por fim, pela realização de um pacto de conciliação entre a elite brasileira.

O Ceará refletiu todas essas mudanças, merecendo destaque a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, que se tornou peça-chave no desenvolvimento sócio-político e econômico da região nordestina.

Com o retorno ao regime democrático, a política cearense viveu momentos de efervescência causados pela reestruturação dos partidos políticos, os quais retomaram suas alianças e estratégias.

No contexto dessa efervescência política de consolidação dos partidos, em 1954 três deles se destacaram: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Carlos Jereissati; a União Democrática Nacional (UDN), de Manuel Fernandes Távora, e o Partido Social Democrático (PSD), representando as bases conservadoras rurais. Todos, apesar de suas peculiaridades, desenvolveram

projetos que tiveram em comum a modernização do Ceará, tendo como princípio básico o processo de industrialização do estado, refletindo assim a política desenvolvimentista nacional.

No final desse período, surgiu um projeto que marcou o cenário político cearense, denominado “União Pelo Ceará”. Esse projeto consistiu na coligação partidária entre o Partido Social Democrático (PSD) e a UDN. A “União Pelo Ceará” nasceu para tais partidos disputarem nas eleições de 1962, com candidatos comuns, os cargos de governador do estado, vice-governador e senadores da República.

A “União Pelo Ceará” teve dois objetivos principais: o primeiro foi a preservação das instituições democráticas, o fortalecimento da elite política local e o desenvolvimento econômico; o segundo, a realização de uma administração que pudesse contar com o apoio sólido dos seus representantes na Assembleia Legislativa estadual e no Congresso Nacional, construindo um plano de governo consistente.

Nas páginas seguintes, registram-se os atores políticos desse retorno à vida partidária cearense, pós-Estado Novo, responsáveis por colocar em prática a modernização e industrialização do Ceará, no período de 1947 a 1963 e por consolidar os partidos políticos cearenses.



Faustino de Albuquerque e Sousa
Governador (1947–1951)

FAUSTINO DE ALBUQUERQUE

Nasceu em 15 de dezembro de 1882, em Pacatuba (CE). Filho de José Libâneo de Sousa e de Crispiniana de Albuquerque e Sousa. Faleceu em Fortaleza, no dia 10 de dezembro de 1961.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1910. Inicialmente, dedicou-se ao magistério, lecionando na antiga Escola Normal e no Liceu do Ceará, em 1911. Posteriormente, assumiu a direção do Teatro José de Alencar, permanecendo no cargo até o ano de 1912.

Ingressou na magistratura em 1914 como Juiz Substituto de Maranguape, conservando-se no cargo até 1920, ano em que foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Barbalha. Entre 31 de dezembro de 1921 e 14 de agosto de 1926 passou ainda pelas comarcas de Camocim e Baturité.

De 22 de novembro de 1927 a 7 de fevereiro de 1928, teve assento no Supremo Tribunal Federal. Em 10 de março de 1928, foi nomeado Desembargador, tomando posse em 13 de março de 1928. Nos anos de 1934, 1935 e 1937 esteve na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, órgão por ele instalado em 1934. Por ato de 4 de junho de 1945, foi nomeado Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

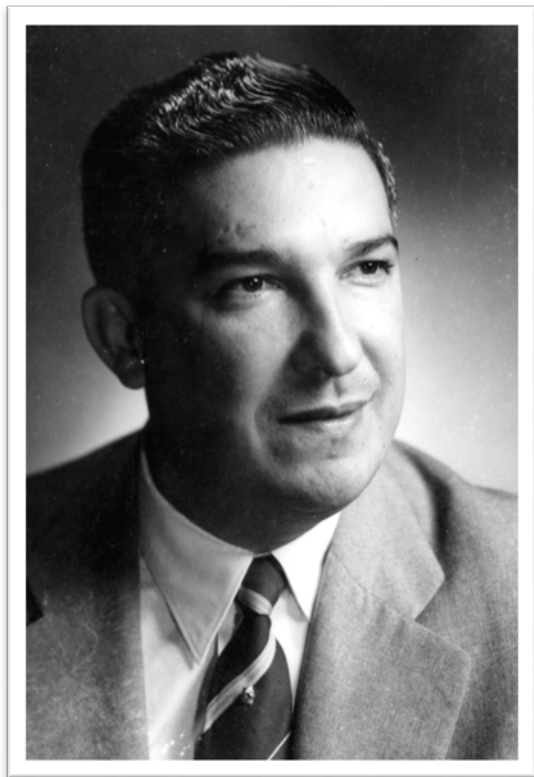
Vencedor das eleições de janeiro de 1947, o desembargador Faustino de Albuquerque, primeiro Governador do Ceará pós-Redemocratização, tomou posse no governo do estado em 1º de março de 1947, às 15 horas, na Assembleia Legislativa. Às 18 horas, realizou-se a cerimônia de transmissão do cargo, quando recebeu

das mãos do desembargador Feliciano de Ataíde o cargo de governador do estado. Permaneceu no governo até 31 de janeiro de 1951.

Durante seu governo foi promulgada a Constituição do Ceará de 1947.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Construção de estradas que interligavam vários pontos do estado, buscando promover o desenvolvimento econômico e o escoamento da produção. Foram elas: estrada Fortaleza–Baturité até Redenção; estrada ligando Tianguá a Viçosa do Ceará; Tianguá–São Benedito até Ubajara; Boqueirão do Cesário–Aracati; Umirim–Itapipoca;
- Construção de dezenas de açudes no interior do Estado e, juntamente com a iniciativa privada, de várias escolas rurais e postos médicos;
- Ajuda efetiva à criação e instalação da Faculdade de Medicina, que recebeu do seu Governo o prédio onde veio a funcionar, na Praça José de Alencar;
- Construção do Porto do Mucuripe;
- Construção de um laboratório na Secretaria de Agricultura com o objetivo de preparar vacinas para combater as endemias em animais;
- Compra de 80 (oitenta) quadras na localidade de Cajazeiras, no Distrito de Messejana, para que fossem loteadas e vendidas a funcionários públicos, possibilitando assim a construção de suas casas. A localidade ficou conhecida posteriormente como Cidade dos Funcionários.



Raul Barbosa
Governador (1951–1954)

RAUL BARBOSA

Nasceu no dia 19 de agosto de 1911, em Fortaleza (CE), filho de Martiniano Barbosa e de Altina de Sousa Barbosa. Faleceu em Washington DC (EUA), em 16 de agosto de 1975, e sepultado em Fortaleza, em 20 de agosto de 1975.

Estudou no Instituto São Luís e no Colégio Cearense, em Fortaleza. Funcionário público estadual desde 1928, tornou-se amanuense da Secretaria da Fazenda, transferindo-se, em seguida, para a Secretaria do Interior e Justiça, chegando a diretor de seção. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1935. Durante o governo de Menezes Pimentel (1935-1945), foi nomeado para os cargos de subprocurador-geral, procurador judicial e Procurador-geral do estado.

Sua trajetória política teve início logo após a queda da ditadura do presidente Getúlio Vargas, nas eleições de 1945, sendo eleito Deputado Federal pelo PSD à Assembleia Nacional Constituinte. Após a conclusão dos trabalhos constituintes, teve seu mandato estendido até janeiro de 1951 com a transformação da Assembleia em Congresso ordinário.

Foi eleito Governador do Estado do Ceará nas eleições de outubro de 1950. Sua posse aconteceu no dia 31 de janeiro de 1951. No início do governo, enfrentou inquietações de natureza política, todavia, sua atuação foi aos poucos harmonizando os ânimos sob uma visão mais democrática. Determinado a disputar uma cadeira no Senado, Raul Barbosa renunciou ao Governo e entregou o cargo ao vice-governador Stênio Gomes da Silva, no dia 30 de junho de 1954.

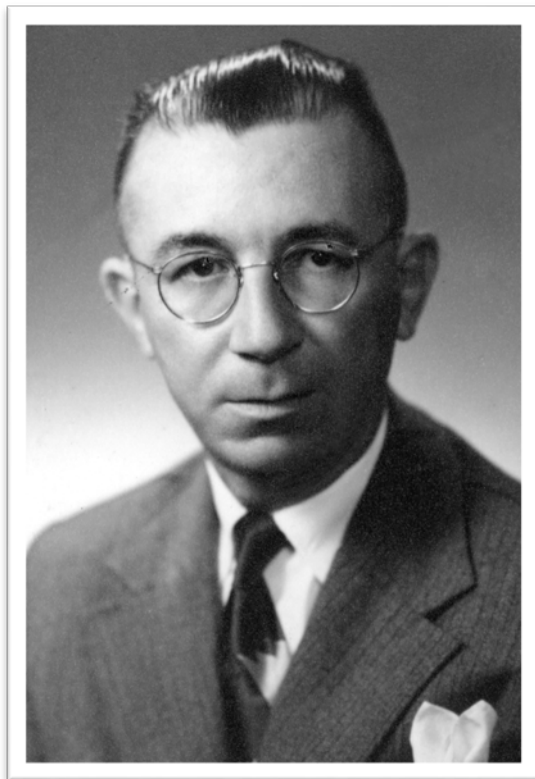
Fundador do jornal *O Estado*, professor da Escola de Comércio Fênix Caixeiral e presidente da Associação dos Promotores Públicos do Estado do Ceará.

Presidiu o Banco do Nordeste do Brasil durante dez anos, tendo estruturado a Carteira de Crédito Industrial desse estabelecimento, e, por último, diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Foi agraciado com a Medalha do Mérito Industrial, em 1974.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Construção de quatro reservatórios de distribuição de água (reservatório da Praça da Bandeira, reservatório da Aldeota e mais dois reservatórios na rua Tibúrcio Cavalcante) e de 180 quilômetros de tubulações, obras realizadas para melhorar o abastecimento de água em Fortaleza;
- Construção de prédios voltados para os setores de Saúde e Educação.



Stênio Gomes da Silva
Governador (1954–1955)

STÊNIO GOMES DA SILVA

Nasceu em 2 de janeiro de 1907, em Baturité (CE), filho do desembargador Luís Gonzaga Gomes da Silva e de Maria do Espírito Santo Barreira Gomes da Silva. Casou-se com Maria Luísa Filomeno Gomes da Silva. Faleceu em Fortaleza, em 29 de julho de 1961.

Sua formação primária ocorreu no Instituto de Humanidades, em Baturité. Concluiu seus estudos no Liceu do Ceará. Ingressou na Faculdade de Direito, em 1926, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1930. Bacharel em Direito, exerceu a advocacia, com escritório em Fortaleza.

Entre os cargos que ocupou na área jurídica, destacam-se o de promotor da Comarca de Lavras da Mangabeira (1931); e de procurador-geral do Estado (1938–1941). Em 1933, foi indicado para o cargo de Juiz Municipal e, em seguida, para o de Juiz de Direito.

Em 1934, foi eleito deputado estadual constituinte pela LEC (Liga Eleitoral Católica), exercendo as posições de líder da maioria e membro das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Com o final do Estado Novo, em 1945, retornou à vida política como deputado pelo Ceará à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Popular Sindicalista (PPS). Assumiu seu mandato em março de 1946 e, após a promulgação da nova Constituição, em setembro do mesmo ano, passou a exercer seu mandato ordinário. Entre março e novembro de 1947, licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de Secretário de Agricultura do Ceará. Ao deixar a referida Secretaria, retor-

nou à Câmara dos Deputados até maio de 1948, quando se afastou das atividades parlamentares.

Um pouco antes, em 1945, participara da fundação do PSP (Partido Social Progressista), cujo líder nacional era Adhemar de Barros. Em seguida, no ano de 1947, concorreu ao cargo de Prefeito de Fortaleza, mas perdeu a eleição para o seu concunhado, Acrísio Moreira da Rocha.

Em 1950, foi eleito vice-governador do estado do Ceará, na chapa de Raul Barbosa. Em 1954, o então governador Raul Barbosa decidiu disputar as eleições ao Senado, passando o governo do estado ao vice-governador, Stênio Gomes da Silva, que assumiu em 1º de julho de 1954, tendo seu mandato concluído em 25 de março de 1955.

Sua administração cuidou da conclusão de obras iniciadas pelo governador Raul Barbosa, empenhando-se, principalmente, nas áreas da agricultura e da pecuária, provavelmente por uma afinidade maior com essas áreas, fazendeiro que era em Quixeramobim.



Paulo Sarasate Ferreira Lopes
Governador (1955–1958)

PAULO SARASATE

Nasceu em 3 de novembro de 1908, em Fortaleza (CE). Filho de Henrique Jorge Ferreira Lopes e de Júlia Jorge Ferreira Lopes. Faleceu em 23 de junho de 1968, no Rio de Janeiro (RJ).

Concluiu o ensino primário no Colégio Castelo Branco e o secundário nos colégios Miguel Borges e Liceu do Ceará. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1930. Atuou como advogado, jornalista e professor.

Exerceu os cargos públicos de inspetor federal de ensino, procurador da Junta de Sanções do Ceará, procurador do Tribunal Regional Eleitoral e secretário da Faculdade de Direito do Ceará.

Membro da Ordem dos Advogados e da Associação Cearense de Imprensa, fundou, em 1928, em parceria com Demócrito Rocha, o jornal *O Povo*.

Em sua trajetória política, exerceu os seguintes cargos: deputado à Assembleia Constituinte Estadual, entre 1935 e 1937; deputado federal, de 1946 (Constituinte) a 1951, de 1951 a 1955, de 1959 a 1963 e de 1963 a 1967; governador, de 1955 a 1958; senador, de 1967 a 1968.

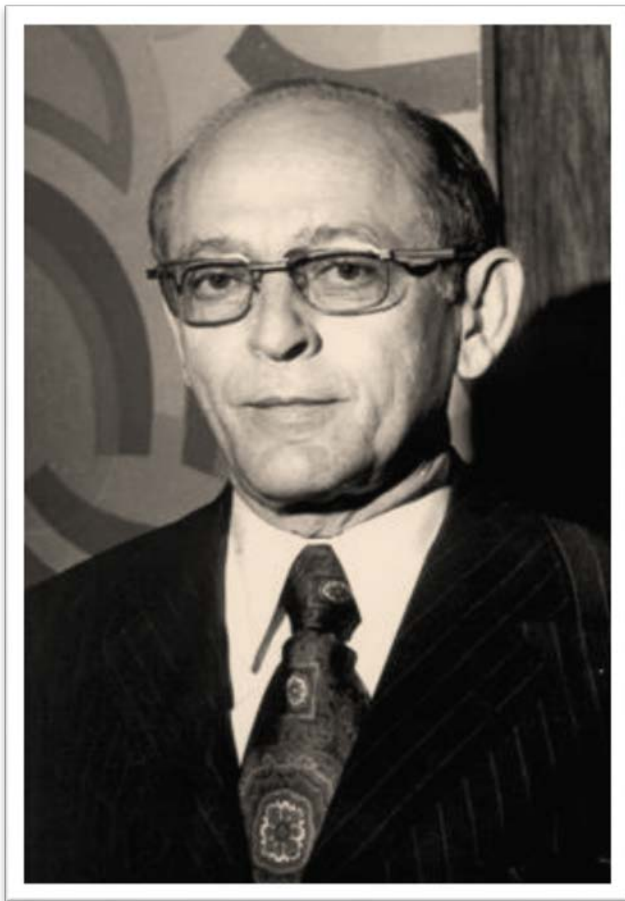
Nas eleições de outubro de 1954, foi eleito governador do estado do Ceará, pela coligação da UDN (União Democrática Nacional) com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PR (Partido Republicano), tomando posse no dia 25 de março de 1955, às 15 horas, na Assembleia Legislativa, no Palacete Senador Alencar, onde hoje funciona o Museu do Ceará.

Renunciou ao cargo de governador no dia 1º de julho de 1958 para candidatar-se à Câmara Federal pela legenda da UDN, da qual foi membro-fundador em 1945.

Recebeu postumamente, em 1986, a comenda de Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Construção de escolas e casas;
- Aparelhamento do Porto do Mucuripe;
- Distribuição de energia da Usina de Paulo Afonso para Fortaleza;
- Auxílio à Universidade do Ceará na compra de móveis, prédios e reformas, construção de quadras esportivas, compra de laboratórios científicos e outros recursos;
- Construção do Ginásio Poliesportivo que leva seu nome, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza;
- Incentivo à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, uma instituição de Ensino Médio do País.



Flávio Portela Marcílio
Governador (1958–1959)

FLÁVIO MARCÍLIO

Nasceu em 12 de agosto de 1917, em Picos (PI). Filho de Francisco Carlos Marcílio e de Celecina Portela Marcílio. Casou-se com Nícia Moraes Correia, filha de Luiz Moraes Correia. Faleceu em Brasília, no dia 26 de janeiro de 1992.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, advogado e professor da Faculdade de Direito. Elegeu-se vice-governador do Ceará em outubro de 1954. Em 1º de julho de 1958, com a renúncia do Governador Paulo Sarasate, assumiu o Governo do Estado.

Sua trajetória política iniciou-se em 1954, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em 1962, elegeu-se Deputado Federal pelo Ceará, exercendo o mandato até junho do mesmo ano, quando foi nomeado Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Permaneceu no cargo até a deposição do Presidente da República, João Goulart, em 1964, quando retornou às suas atividades parlamentares.

Com a extinção dos partidos e a formação do sistema bipartidário (Ato Institucional nº 2), filiou-se ao partido da situação, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), sendo reeleito Deputado Federal em 1966, 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986. Presidente da Câmara dos Deputados nos períodos de 28 de fevereiro de 1973 a 2 de fevereiro de 1975; de 2 de fevereiro de 1979 a 26 de fevereiro de 1981; e de 2 de fevereiro de 1983 a 28 de fevereiro de 1985.

Exerceu os seguintes cargos: livre-docente de Direito Penal e professor Catedrático da Universidade Federal do Ceará; professor de Direito Internacional Pú-

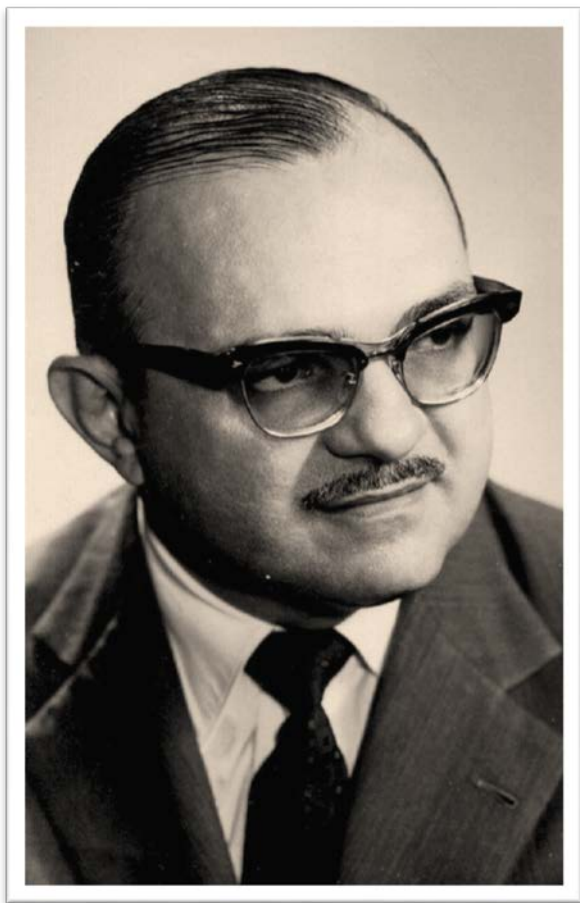
blico, pela Universidade de Brasília; professor de Direito Internacional Privado, no Centro Universitário de Brasília; Ministro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, de 1952 a 1954; Vice-Governador, de 1955 a 1958; Governador do Estado do Ceará, de 1958 a 1959; Presidente do IAPTEC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas), de 1963 a 1964.

Recebeu as seguintes homenagens: Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial do Mérito Naval; Grande Oficial do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grã-Cruz do Mérito de Brasília, Grande Oficial da Legião de Honra Francesa.

Sua estada no governo teve como função principal a conclusão do mandato de Paulo Sarasate. Permaneceu no cargo até 25 de março de 1959, quando o novo governador, Parsifal Barroso, tomou posse.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Construção de prédios, escolas, chafarizes e postos de saúde nos subúrbios de Fortaleza.



José Parsifal Barroso
Governador (1959–1963)

PARSIFAL BARROSO

Nasceu em Fortaleza (CE), em 5 de julho de 1913. Filho de Hermínio Barroso e de Emília Cunha Barroso. Faleceu em Fortaleza, no dia 21 de abril de 1986.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1936, foi eleito Deputado Classista à Assembleia Legislativa do Ceará. Permaneceu na Assembleia até o advento do Estado Novo, e, a partir de então, passou a dedicar-se à advocacia e ao magistério.

Sua trajetória política foi retomada com a deposição do presidente Getúlio Vargas, em 1945, quando se elegeu Deputado Constituinte pelo Ceará, na legenda do PSD (Partido Social Democrático). Em 1949, abandonou o magistério, dedicando-se integralmente à carreira política. No ano seguinte, foi eleito Deputado Federal pelo PSD do Ceará, assumindo a cadeira após deixar a Assembleia Legislativa do Estado. Nessa legislatura, foi membro da Comissão de Finanças, sendo o relator do Plano de Valorização da Amazônia.

Ingressando no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), elegeu-se Senador pelo Ceará, em 1954. No governo de Juscelino Kubitschek, foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, afastando-se do Senado por dois anos e meio.

Em março de 1958, durante uma reunião de Juscelino com os Governadores nordestinos, foi designado membro da comissão instituída para coordenar o auxílio ao Nordeste, que sofria os efeitos de grande seca. Nesse mesmo ano, com o propósito de concorrer ao Governo do Ceará, afastou-se do Ministério. Retornou ao Senado para continuar seu mandato, sendo membro das

comissões de Finanças e de Segurança Nacional. Em outubro de 1958, elegeu-se Governador do Ceará pela legenda das Oposições Coligadas, formada pelo PSD, o PTB e o PRP (Partido de Representação Popular). Assumiu o governo cearense entre 25 de março de 1959 e março de 1963.

Exerceu o governo do Estado sob três presidências da República: a de Juscelino Kubitschek, a de Jânio Quadros e a de João Goulart. Com o regime instaurado pelo movimento político-militar de 1964, retirou-se das funções públicas.

A partir de 1973, foi vice-líder da Arena (Aliança Renovadora Nacional), reeleito Deputado Federal pelo Ceará no pleito de novembro de 1974. Novamente Vice-líder da Arena, a partir de abril de 1975, tornou-se membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e suplente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Nomeado Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, renunciou a seu mandato de Deputado Federal, em 1977. Em 1979, foi nomeado Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, retornando posteriormente à função de Ministro Conselheiro.

Redator do jornal *O Estado*, de Fortaleza, sócio do Sindicato de Jornalistas Profissionais (RJ) e membro da Associação Cearense de Imprensa.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Criação da Companhia de Eletrificação do Estado – Cenort, embrião da Coelce. Foi a primeira empresa de eletricidade do Ceará;
- Conclusão do Hospital Mental de Messejana, inaugurado em 25 de março de 1963;
- Criação da Secretaria de Saúde;

- Instalação da Primeira Escola para Surdos e Mudos;
- Implantação da Fábrica de Asfalto;
- Criação das Escolas de Administração e Veterinária;
- Construção do Palácio da Abolição;
- Construção de uma adutora de 550 milímetros de diâmetro para melhorar o abastecimento de água de Fortaleza, obra situada entre a localidade de Guaiúba e a capital, com uma extensão de 35 quilômetros.

Governadores do Ceará

1963-1983

INTRODUÇÃO

Em 1956, Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República, iniciando uma nova fase populista no país, seguido por Jânio Quadros, em 1961, e João Goulart, de 1961 a 1964.

Juscelino Kubitschek, com sua política desenvolvimentista, atuou fortemente na região Sudeste do Brasil, mas no Nordeste, e principalmente no Ceará, não foram sentidos impactos reais de desenvolvimento. À época, o estado caracterizava-se como uma região predominantemente agrícola e de dificuldades econômicas.

Os presidentes populistas começaram a desenvolver políticas de base, como a reforma agrária e a nacionalização de empresas; isto contra as propostas dos grupos mais abastados que pediam uma “contrarrevolução”. O embate entre essas duas forças políticas culminou como golpe civil-militar, em 1964, e o início de uma ditadura militar no país.

O recorte que compreende os anos de 1963 a 1983 coincide com o período de grandes mudanças econômicas e políticas no Brasil. A implantação do regime militar exerceu uma clara influência nas indicações de militares a cargos de Governador. O desenvolvimento do Estado tornou-se consequência das ações e propostas apresentadas pelos militares junto ao Governo Federal.

Com a ascensão do regime militar, as liberdades civis e políticas foram afetadas. O fechamento político intensificou-se com o decreto do bipartidarismo, tendo como representantes o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), sendo a última a mais expressiva, formada por um con-

glomerado de antigos partidos opositores aos governantes populistas, tornando-se o partido de sustentação do governo militar.

No Ceará, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals compuseram o chamado "triuvirato de coronéis", responsáveis por governar o Estado durante 12 anos, tendo como base a política desenvolvimentista, modelo adotado pelo Governo Federal.

Durante o governo dos "coronéis", o Ceará recebeu investimentos em setores básicos da economia, sobretudo no setor de distribuição de energia elétrica. Tais investimentos, que também incluíram a Indústria, visavam recuperar o Ceará da crise gerada pelos governos populistas, por meio do remanejamento da mão de obra qualificada e incrementos à gestão portuária estadual.

Este é um breve retrato do cenário político local e nacional durante 20 anos do regime de exceção no país. Nas páginas seguintes, postam-se os atores políticos que governaram o Ceará durante esse período.



Virgílio de Moraes Fernandes Távora
Governador (1963–1966 e 1979–1982)

VIRGÍLIO TÁVORA

Nasceu em 29 de setembro de 1919, em Fortaleza (CE). Filho de Manuel do Nascimento Fernandes Távora, médico e político, e de Carlota Augusta de Moraes Fernandes Távora. Casou-se com Luísa Moraes Correia Távora, com quem teve dois filhos. Faleceu em São Paulo, no dia 3 de junho de 1988.

Descende de família influente na política cearense. Seu pai foi deputado entre 1913 e 1914, e novamente entre 1917 e 1919. Interventor Federal do Estado do Ceará entre 1930 e 1931, exerceu a função de Senador entre 1943 e 1963. Teve participação ativa na fundação e desenvolvimento da UDN (União Democrática Nacional), sendo também um de seus presidentes.

Virgílio Távora ingressou na vida militar influenciado pelo seu tio, capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Em 1936, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Continuou seus estudos complementares na Escola de Estado-Maior do Exército e, em seguida, formou-se Engenheiro na Escola Superior do Exército.

Passou pelos postos de Segundo Tenente, em 1939, e 1º Tenente, em 1941. Promovido a Capitão, em 1944, e a Major, em 1950. Em cinco anos, atingiu o posto de tenente-coronel, encerrando sua carreira militar no posto de Coronel, conquistado em 1960.

Iniciou a carreira política em 1950, elegendose Deputado Federal do Ceará pela UDN, reelegendo-se em 1954.

Em 1958, concorreu ao Governo do Ceará, sendo derrotado pelo candidato Parsifal Barroso. Em 1959,

ocupou cargo no Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), cujo objetivo era a construção da futura capital, Brasília. Tornou-se membro do Conselho Nacional do Serviço Social Rural e foi reeleito vice-presidente do diretório nacional de seu partido.

No mesmo período, ainda em 1959, Virgílio Távora foi designado secretário-geral da Comissão Nacional pró-candidatura de Jânio Quadros. Estando o país sob o governo parlamentarista de João Goulart, iniciado em setembro de 1961, Virgílio foi nomeado, por indicação da UDN, ministro da Viação e Obras Públicas. Atuou proporcionando a intensificação do ritmo de trabalho no Polígono das Secas, percorrendo as principais regiões afetadas, em grande parte no Nordeste.

Em 1962, elegeu-se Governador do Ceará, levado ao cargo pela *União pelo Ceará*, uma coligação política envolvendo a UDN e o PSD, principalmente. Aliança que, por sua vez, seria a base da Arena no estado.

A exemplo do que fez Juscelino Kubitschek em nível federal, Virgílio Távora criou um plano de metas para o Estado, o chamado PLAMEG (Plano de Metas Governamentais), a fim de industrializar e estimular a economia do Ceará. Para isso, foi necessário o apoio do corpo técnico do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), UFC (Universidade Federal do Ceará) e Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A instalação da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (Sudec) foi resultado desse esforço.

Durante o primeiro mandato como Governador, de 1963 a 1966, construiu a linha de transmissão de energia da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso, na Bahia, conseguindo ofertar energia elétrica a todo ao estado do

Ceará, incrementando a infraestrutura local e a implantação do Distrito Industrial.

Em 1966, iniciou novo mandato como Deputado Federal, sob a legenda da Arena. Nesse mandato, exerceu grande influência e importância no cenário político estadual, relevância essa que se consolidaria durante todo o período da ditadura militar.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1971, para assumir, em fevereiro, cadeira no Senado Federal. Já sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici, tornou-se vice-líder da Arena, encarregado da defesa da política econômica do governo no Senado. Participou da campanha em prol da política nuclear brasileira, adotada desde 1969, tendo ainda feito parte nas negociações realizadas em 1973 para a concretização dos termos em que se consubstanciou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Durante o governo do general Ernesto Geisel, em 1975, voltou à vice-liderança da Arena e, na qualidade de Vice-Presidente nacional de seu partido, coube-lhe a responsabilidade de sustentar a discussão dos assuntos relacionados à política econômica do governo no Senado. No início de 1977, foi escolhido pelo governo federal para sustentar, no Congresso, os debates em torno do acordo nuclear com a Alemanha, tendo promovido a edição de documentos e pronunciamentos referentes ao contrato.

Indicado Governador do Ceará em eleição indireta, em 1978, pelo presidente Ernesto Geisel. Participou de uma campanha fervorosa contra o seu opositor, e também ex-governador, César Cals. Vitorioso, assumiu o cargo em 15 de março do ano seguinte, tendo sido o último governador eleito indiretamente. Ao assumir nova-

mente o governo do Estado, para o período de 1979 a 1982, deu continuidade ao Plano de Metas Governamentais, o PLAMEG II.

Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao partido governista, o PDS (Partido Democrático Social). Em maio de 1982, desincompatibilizou-se do cargo de governador para candidatar-se a uma cadeira no Senado. Nesse pleito, conseguiu eleger-se senador, assumindo a cadeira no Senado, em fevereiro de 1983.

Em novembro de 1987, votou na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte a favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Em março de 1988, na sessão que decidiu o sistema de governo, votou a favor do presidencialismo.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Construção das linhas de transmissão elétrica Milagres–Banabuiú–Fortaleza e Banabuiú–Russas;
- Construção e pavimentação de grande via de circulação que visava ligar os portos de Fortaleza e Camocim ao Cariri;
- Construção da estrada asfaltada Fortaleza–Baturité;
- Construção da Companhia Docas do Ceará, empresa caracterizada como de economia mista, já que o capital produzido por ela era distribuído entre a União, o Estado e os Municípios de Fortaleza, Mucuripe, Caucaia, Camocim e Aracati;
- Ampliação do cais do porto de Fortaleza em 160 metros;

- Instalação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Ceará;
- Construção do Sistema de poços chamado Cocó;
- Recuperação da Estação Elevadora do Passeio Público;
- Construção do sistema de esgotos de Fortaleza;
- Criação de Delegacias Regionais e da Secretaria de Agricultura;
- Instalação do Centro de Treinamento Odontológico;
- Construção de postos de saúde no interior, e contratação de 125 médicos e 93 dentistas;
- Construção de 131 salas de aula em Fortaleza e 456 no interior;
- Instalação de colégios estaduais nas principais cidades do interior;
- Criação do Conselho Estadual da Cultura;
- Inauguração do Banco do Estado do Ceará, em 28 de junho de 1964, e Criação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), destinada a promover o desenvolvimento da livre iniciativa no setor industrial.
- Ampliação da distribuição de energia elétrica através da Usina de Paulo Afonso.



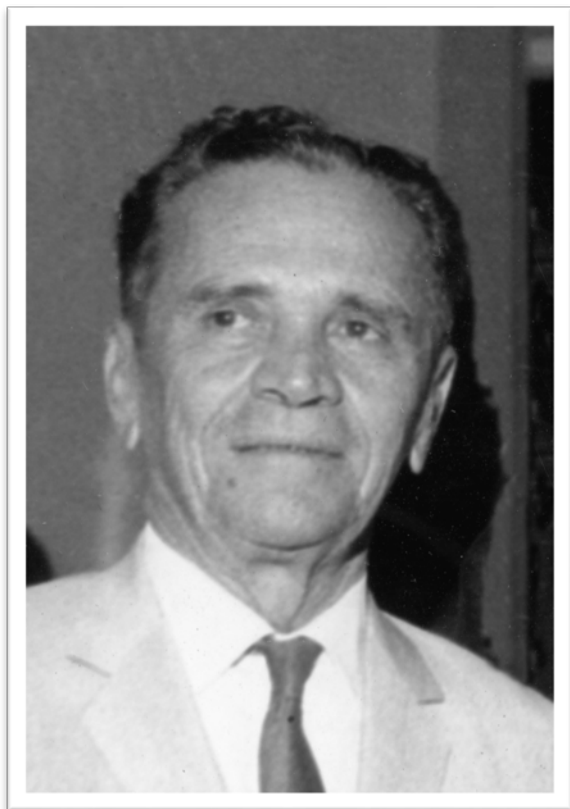
Franklin Gondim Chaves
Governador (1966)

FRANKLIN CHAVES

Nasceu a 10 de fevereiro de 1908, em Fortaleza (CE). Filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e de Dulcinéa Gondim Chaves. Faleceu em Fortaleza, no dia 20 de dezembro de 1992.

Foi vereador à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte (CE), de 1935 a 1937, ocupando a presidência da mesma. Fundou a Escola Rural de Limoeiro do Norte. Idealizador e presidente da Sociedade Pró-Educacional Rural de Limoeiro do Norte. Inspirador e presidente da Sociedade dos Amigos de Limoeiro do Norte. Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo, da Diocese de Limoeiro do Norte e Presidente do Círculo de Operários Católicos.

Terceiro membro da família Chaves a ter assento na Assembleia Legislativa do Ceará, seguiu os passos do seu avô, coronel Serafim Tolentino, e do seu tio, Leonel Serafim Freire Chaves. Como presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o Governo do Ceará, de 12 de agosto a 12 de setembro de 1966.



Plácido Aderaldo Castelo
Governador (1966–1971)

PLÁCIDO CASTELO

Nasceu a 11 de janeiro de 1906, em Mombaça (CE). Filho de João Fernandes Castelo, prefeito de Mombaça (1935), e de Antonina Aderaldo Castelo, sobrinha-neta do Barão de São Leonardo, Leonardo Ferreira Marques. Casou-se com Joana Freire Castelo (Netinha), com quem teve doze filhos. Faleceu em Fortaleza, no dia 17 de junho de 1979.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1930. Atuou como advogado, jornalista, professor e político.

Exerceu carreira jurídica como advogado, Juiz Municipal em Juazeiro do Norte, Conselheiro Vitalício do Tribunal de Contas do Estado, Procurador Judicial do Estado do Ceará e Promotor de Justiça das Comarcas de Quixadá e Fortaleza.

Como jornalista, trabalhou nos jornais “Gazeta de Notícias”, “O Nordeste”, “Correio do Ceará”, e fundou o panfleto “A Farpa”.

Desenvolveu as seguintes atividades docentes: professor do Colégio Cearense; da Escola de Comércio Fênix Caixeiral; do Instituto São Luís; do Colégio Nogueira; da Escola de Aprendizes e Artífices; livre docente da cadeira de Instituições do Direito Público, da Faculdade de Ciências Econômicas, na Universidade Federal do Ceará. Catedrático de História Administrativa do Ceará e do Brasil, na Escola de Administração Pública.

Na política, fundou o IPEC (Instituto de Previdência do Estado do Ceará), e exerceu cargos como o de Prefeito interino de Fortaleza, de 30 de outubro a 17 de novembro de 1945. Como Deputado Estadual Consti-

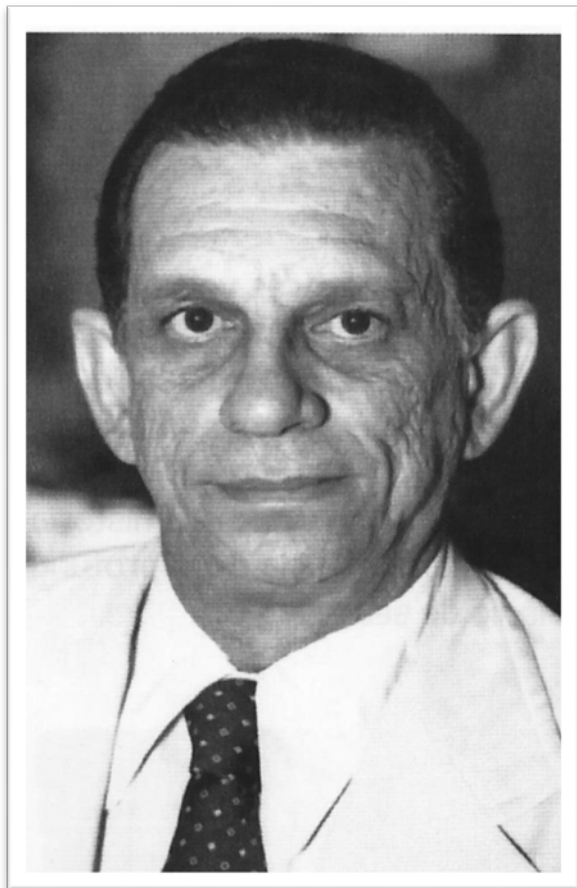
tuinte, em 1935, participou da elaboração da Constituição do Estado. Elegeu-se deputado estadual para os mandatos de 1951 (suplência), 1955, 1959 (suplência) e 1963. Exerceu os cargos de 1º secretário e 2º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Ocupou o cargo de governador do Ceará, de 1966 a 1971.

Como escritor, publicou várias obras: A Constituição Republicana e a Federação (tese, 1929); Metodologia do Ensino da História (1928); Educação do Sertanejo (1931); A Escola Normal Rural (1932); Açudagem, Irrigação e Obras Contra as Secas (1934); O Instituto do Algodão e o Crédito Agrícola (1937); Problemas Agropecuários do Ceará (1957); O Deputado Paula Rodrigues (1963); História Política do Ceará (1963); História do Ensino no Ceará (1970).

Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras. Em sua homenagem, o maior estádio de futebol da capital cearense, popularmente conhecido como Castelão, denomina-se Estádio Governador Plácido Castelo.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Criação do Instituto Penal Paulo Sarasate;
- Construção da “Estrada do Algodão” e da “Estrada Litorânea”;
- Construção do Hospital São José;
- Construção do Instituto de Prevenção ao Câncer;
- Construção do Museu de Aquiraz;
- Construção da Escola Agrícola de Mombaça;
- Construção da Estação Rodoviária de Fortaleza;
- Construção do Estádio Castelão.



César Cals de Oliveira Filho
Governador (1971–1975)

CÉSAR CALS

Nasceu em 30 de dezembro de 1926, em Fortaleza (CE). Filho de César Cals de Oliveira e de Hilza Diogo de Oliveira. Faleceu em Fortaleza, no dia 10 de março de 1991.

Iniciou sua carreira militar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1943. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1954.

Serviu como Oficial de Infantaria no 23º Batalhão de Caçadores/CE e Instrutor da Escola Preparatória de Fortaleza. Desempenhou papel de grande importância no Departamento de Energia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí, Diretor e Conselheiro das Centrais Elétricas Brasileiras e Presidente da Companhia Nordeste de Eletrificação e Centrais Elétricas do Maranhão. Exerceu o magistério como professor de Engenharia, e atuou como Conselheiro de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Iniciou a carreira política em 1970, quando foi escolhido pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, governador do Ceará, para o período de 1971 a 1975. Durante o seu governo, César Cals incentivou o renascimento da cultura do café no estado e o surgimento das indústrias relacionadas ao caju.

Especialmente no ano de 1973, César Cals promoveu o chamado “ano da indústria”, quando conseguiu fortalecer e ampliar o parque industrial existente no Ceará, criando a base para uma diversidade de atividades

industriais, como a dos “cinco perfis industriais”: o “polo têxtil”, o “coureiro-calçadista”, o de “frutas tropicais”, o “pesqueiro” e o “eletroeletrônico”. O foco nesses polos baseou-se numa visão realista da matéria-prima existente no estado, buscando tirar proveito da cultura, histórico de produção e desenvolvimento desses setores no Ceará.

Após deixar o Governo do Ceará, voltou ao cenário político em 1978, como senador pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), tempo em que Almir Pinto assumiu como suplente. Passou a maior parte de seu mandato ocupando o cargo de ministro das Minas e Energia, entre 1979 e 1985, durante o governo do presidente João Figueiredo.

Em sua gestão como ministro, viabilizou o Programa Nacional do Alcool, inclusive com a construção do primeiro carro a álcool no país. Em 1985, um milhão e duzentos mil veículos trafegavam pelo país, movidos por esse combustível. Em 5 de maio de 1984, inaugurou a Usina Hidrelétrica de Itaipu, considerada uma das maiores do mundo, e, em novembro do mesmo ano, inaugurou as usinas de Sobradinho e Paulo Afonso IV.

Disputou sua primeira eleição direta em 1986, quando foi candidato à reeleição ao Senado Federal, mas não foi eleito. Filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático), em 1988.

Ao lado de Virgílio Távora e Adauto Bezerra, formou o “trunvirato de coronéis”, que dominou o cenário político estadual durante o regime militar.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Incentivo ao renascimento da cultura cafeeira no Ceará;

- Ampliação, estabelecimento e diversificação da indústria cearense;
- Implementação de comunicação rodoviária entre importantes regiões produtoras do Estado;
- Implantação do Tele-ensino por meio de FUN-TELC/ TV Educativa.



José Aauto Bezerra
Governador (1975–1978)

ADAUTO BEZERRA

Nasceu em 3 de junho de 1926, em Juazeiro do Norte (CE). Filho de José Bezerra de Menezes e de Maria Amélia Bezerra. Sempre almejou a carreira militar. Após passar pelo Ginásio do Crato, pelo Colégio Cearense, e, posteriormente, pela Escola Preparatória de Fortaleza, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro.

Concluiu o curso na Academia Militar em 1949, sendo declarado aspirante, e, no ano seguinte, foi promovido a segundo-tenente. Em 1952, foi promovido a primeiro-tenente; em 1954, a capitão, e a major, em 1964.

Em 1958, Adauto Bezerra deu início a sua carreira política, concorrendo pela UDN (União Democrática Nacional) a deputado estadual, cargo no qual permaneceu pela mesma legenda, em 1962.

Reeleito por duas vezes, em 1967 e 1971, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). Como deputado estadual, ocupou a presidência da Assembleia Legislativa nos anos de 1962, 1971 e 1972. Na ausência dos então governadores Plácido Castelo e César Cals, foi convocado para assumir o cargo pelo presidente Ernesto Geisel durante uma grave crise, em 1974. Assumiu de fato o governo em 15 de março de 1975, ficando no cargo até 28 de fevereiro de 1978, quando renuncia para disputar o pleito no mesmo ano, no qual foi eleito deputado federal.

Em 1985, transferiu-se para o PFL (Partido da Frente Liberal). Em 1986, concorreu ao Governo do Cear-

rá, não conseguindo a eleição, tendo como concorrente o candidato Tasso Jereissati.

Em maio de 1990, foi nomeado para o comando da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pelo presidente Fernando Collor.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Projetos voltados para o setor agropecuário e rodoviário;
- Investimento no setor de habitação com projetos para moradia popular, saneamento básico e eletrificação das zonas rurais;
- Construção de escolas e postos de saúde em inúmeras comunidades.



José Waldemar de Alcântara e Silva
Governador (1978–1979)

WALDEMAR ALCÂNTARA

Nasceu em 12 de abril de 1912, em São Gonçalo do Amarante (CE). Filho de Raimundo Nonato da Silva e de Luiza de Alcântara e Silva. Faleceu no dia 10 de dezembro de 1990. Chegou a Fortaleza em 1928 para dar continuidade aos estudos, o que fez no Colégio Castelo, no Liceu do Ceará e no Ginásio São João. Visando a carreira de médico, após o término dos estudos em Fortaleza, dirigiu-se a Salvador, formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1938.

Em 1939, fez o curso de Sanitarista, sendo nomeado médico sanitarista do Departamento de Saúde Pública do Estado do Ceará. Em seguida, assumiu a chefia do posto de Saúde em Quixadá, onde efetivamente iniciou sua carreira de médico. Waldemar Alcântara exerceu os cargos de Chefe do Centro de Saúde de Fortaleza, Diretor do Departamento Estadual de Saúde, Secretário de Educação e Saúde e Secretário de Saúde, Diretor do Banco do Nordeste do Brasil.

Esteve à frente de diversas instituições: Presidente da Policlínica Dona Libânia, Presidente do Instituto dos Cegos, Diretor da Faculdade de Medicina, Presidente do Centro Médico Cearense, Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Ceará – CCM, Presidente da Academia Cearense de Medicina, Presidente do Instituto do Câncer do Ceará.

Eleito deputado estadual com a maior votação do Ceará, cumpriu mandato de 1947 a 1951. Em 1954, assumiu a cadeira de deputado federal, em decorrência da morte do deputado Walter de Sá Cavalcante. Em outubro do mesmo ano, foi eleito deputado estadual, pelo PSD, o mais votado do partido. Com a extinção dos partidos po-

líticos, em 1964, integrou-se à Arena (Aliança Renovadora Nacional), da qual foi vice-presidente do Diretório Estadual.

Suplente do senador Paulo Sarasate, com o falecimento deste, assumiu o mandato de 1968 a 1974. Durante o mandato de Senador, Waldemar foi membro da Comissão de Saúde, Presidente da Comissão de Segurança Nacional e de Assuntos Regionais, relator do Projeto de Lei que criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) e Coordenador Geral da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (Cocene).

Eleito vice-governador do estado pela Assembleia Legislativa, tomou posse em 15 de março de 1975. Com a renúncia do governador Aduino Bezerra, assumiu o governo do estado em 28 de fevereiro de 1978, permanecendo até 15 de março de 1979.

O período de Waldemar Alcântara à frente do Governo do Ceará foi marcado por um clima de tranquilidade política e institucional, valorização do servidor público, sobretudo nas áreas de educação e saúde, e compromisso com a continuidade e conclusão de importantes obras e programas de governo já iniciados, sem prejuízo ao início e conclusão de novas obras.

Condecorado com a Medalha da Abolição. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*, por decisão unânime do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Conclusão e inauguração do Interceptor oceânico e emissário submarino, marco para o saneamento da cidade de Fortaleza;

- Conclusão e inauguração do Centro de Hemoterapia do Ceará (Hemoce);
- Construção de vários centros sociais urbanos e praças esportivas na capital e municípios do interior para atividades sócio-recreativas da juventude;
- Vasto programa de eletrificação rural;
- Projetos de incremento à agricultura;
- Construção de novas habitações no Conjunto Ceará;
- Ampliação do sistema de abastecimento do Conjunto José Walter.



Manoel de Castro Filho
Governador (1982–1983)

MANOEL DE CASTRO

Nasceu em 1º de julho de 1912, em Morada Nova (CE). Filho do coronel Manuel Castro Gomes de Andrade e de Maria Cândida Gomes de Andrade. Casou-se com Osmira Aleuda Eduardo de Castro. Faleceu no dia 18 de setembro de 1995, em Fortaleza.

Teve importante passagem pela Assembleia Legislativa do Estado como Deputado Estadual, cargo que exerceu por sete mandatos consecutivos: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1974.

Vice-governador do Ceará, veio a completar o mandato do governador Virgílio Távora, com o qual mantinha sólidos laços de amizade e companheirismo partidário. Indicado ao Governo do Estado quando Virgílio se afastou para concorrer a uma vaga no Senado. Exerceu o cargo entre 1982 e 1983. Durante o seu governo, com duração de 9 meses, criou o Promovale, ambicioso projeto de irrigação para o Vale do Jaguaribe.

Governadores do Ceará

1983-2018

INTRODUÇÃO

O período de 1983 a 2017 marca mudanças profundas na forma de pensar e fazer política no Brasil. O país, recém-saído de um período de exceção, começava a “caminhar” novamente para a democracia, através das primeiras eleições diretas para os governos estaduais, em 1983.

Esse ciclo caracteriza uma nova etapa no processo eleitoral brasileiro. Ao substituir o bipartidarismo imposto pelo governo militar, o pluripartidarismo dificultaria a estrutura clientelista praticada até então, dando margem à ascensão das novas personalidades que comporiam o quadro político.

Em um primeiro momento, a vitória de Gonzaga Mota nas eleições de 1983 poderia ter apenas reforçado o poder exercido pelos coronéis, mesmo durante a abertura política. No entanto, quando Gonzaga Mota rompe com seus antigos aliados e apoia Tancredo Neves e as eleições diretas, e, mais tarde, o jovem empresário Tasso Jereissati surge no cenário político do estado, abre-se caminho a um novo paradigma na política cearense.

Tasso Jereissati entra em evidência no cenário político cearense no final da década de 1970, e, em 1986, foi eleito Governador do Ceará. Obteve uma votação histórica, que deixava claro o seu projeto de governo em relação às denominadas “forças de atraso”, ou seja, as estruturas consideradas ultrapassadas.

Após a Constituição de 1988, aconteceram mudanças no Brasil, principalmente às reformas na legislação eleitoral. As eleições passaram a acontecer em dois turnos, os jovens a partir de 16 anos puderam votar por

meio do voto facultativo, bem como os analfabetos, e o processo eleitoral passou a ser informatizado, quando foi instituída a urna eletrônica. Todos esses fatores ajudam também a compreender a conjuntura nacional que teve início com o fim do regime militar, e permeiam o mundo da política no Ceará até os dias atuais.



Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Governador (1983–1987)

GONZAGA MOTA

Nasceu em 09 de dezembro de 1942, em Fortaleza (CE). Filho de Fernando Cavalcante Mota e de Maria Helena Fonseca Mota. Casou-se, em 3 de setembro de 1966, com Mirian Porto Mota, com quem teve quatro filhos (Antônio José, Luiz Fernando, Mirian e Luiz de Gonzaga).

Cursou o Colégio Cearense dos Maristas; a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); pós-graduou-se em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Participou, no Brasil e no exterior, de cursos intensivos e de seminários, principalmente sobre Desenvolvimento Econômico, Relações Internacionais e Política.

Em 1970, ingressou no corpo docente da Universidade Federal do Ceará, passando a lecionar a disciplina Análise Monetária. Ex-professor, também, do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CA-EN) e de Macroeconomia em cursos de extensão e de atualização promovidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE). Proferiu palestras em diversos estados do Brasil e em países da América Latina (México, Venezuela, Peru, Argentina, Chile e Uruguai), abordando temas relacionados com Políticas Internacionais, sobretudo com Comércio Exterior.

No ano de 1971, foi admitido na carreira de Técnico em Desenvolvimento Econômico do BNB, ocupando dois anos depois a chefia da Coordenadoria de Planejamento Integrado.

Como professor da UFC e Técnico do BNB, participou da elaboração de vários trabalhos importantes para o Estado do Ceará e também para a Região Nordeste.

Por sugestão do então Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen (1978) ao Governador eleito do Ceará, Virgílio Távora, Gonzaga foi convidado e aceitou coordenar o II Plano de Metas Governamentais (1979–1983). Após a conclusão do texto, assumiu a Secretaria de Planejamento do Estado. Assessorando o Governador Virgílio Távora, e por ele orientado, desenvolveu uma ampla ação no encaminhamento de investimentos básicos e sociais, tanto na área urbana quanto na rural, previsto no referido Plano de Metas.

Em eleições diretas no ano de 1982, foi escolhido Governador do Estado do Ceará para o período de 1983 a 1987. Tendo por base o Plano Estadual de Desenvolvimento, realizou um trabalho de largo alcance social, principalmente quando ocorreram secas e enchentes no território cearense. Sua ação foi significativa, até hoje lembrada pelas populações interioranas. Dona Mirian, sua esposa, criou a “Missão Asa Branca”, para ajudar as populações carentes do Ceará.

Apesar das dificuldades financeiras, motivadas, em grande parte, por retaliações do Governo Federal, a administração Gonzaga Mota ampliou a infraestrutura física, os serviços de educação e saúde, defendeu os direitos humanos e deu condições dignas às instituições e pessoas integrantes do Sistema de Segurança Estadual.

Rompeu com o Governo Federal ao negar apoio à candidatura de Paulo Maluf à presidência da República pelo PDS (Partido Democrático Social). Aliou-se ao gru-

po dissidente do PDS, que viria a formar um novo partido, o PFL (Partido da Frente Liberal). Esse grupo, juntamente com a oposição, o PMDB, veio fazer coro à eleição de seu concorrente, Tancredo Neves, na chamada “Aliança Democrática”. Gonzaga Mota, antes, apoiou também a campanha das “Diretas Já”. Pagou alto preço por essa decisão, com o bloqueio das transferências de recursos federais.

Ao lado de Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Marco Maciel, José Richa, Franco Montoro, dentre outros, ajudou a lançar as bases da redemocratização do Brasil. O jornalista Daniel Carneiro Job, em reportagem do jornal “O Povo”, edição de 16 de novembro de 1986, assim escreveu:

“Não creio incorrer em equívocos se disser que sem Gonzaga Mota não teríamos conquistado a abertura democrática em espaço de tempo tão curto. Na verdade, foi a decisão corajosa e patriótica de Gonzaga Mota que desarticulou a frente interna do ‘maior partido do Ocidente’ (PDS), permitindo que de sua dissidência surgissem novos grupos políticos e quadros comprometidos com a nova realidade que passamos a viver”.

Exerceu em três legislaturas o mandato de Deputado Federal (1991, 1995 e 2003). Na Câmara dos Deputados, foi Presidente das Comissões Permanentes de Finanças e Tributação e de Economia e Comércio, bem como presidiu várias comissões especiais e foi relator de projetos importantes para o país, cabendo destacar o da criação do Plano Real.

Foi membro do Parlamento Latino-Americano, sendo Presidente da Comissão de Economias Emergentes (1997–1998) e Secretário da Comissão de Assuntos Econômicos (2003–2004).

No campo das atividades técnicas, acadêmicas e políticas, Mota escreveu vários textos, monografias e livros, tais como: Introdução à Análise Monetária, Exercício de Moedas e Bancos, Noções sobre Taxas de Crescimento, Operações de *Underwriting* (subscrição), Noções sobre Balanço de Pagamentos, Nordeste – Desafio Nacional, A Questão Social Brasileira, Reflexões-Discursos Parlamentares e A Realidade Econômica e Social da América Latina. Participou da elaboração do livro de entrevistas “Lições de Mestres”, da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), juntamente com Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Maria da Conceição Tavares, Jarbas Passarinho, Gert Rosenthal, entre outros.

Voltado às atividades literárias, escreveu: “Ideias” (coletânea de artigos publicados pelo jornal Diário do Nordeste), “Textos para Reflexão” e os quatro livros de poemas “Ao Vento”, “Amor de Dor”, “Sonhos” e “Ondas Agitadas”.

Nas eleições de 1986, já no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), indicou o nome do jovem empresário, Tasso Jereissati, à sucessão governamental do Estado.

A seguir, alguns depoimentos sobre Gonzaga Mota:

- Nilson Holanda, Presidente do BNB (1979)
“Tendo tido o privilégio de trabalhar ao seu lado no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pude aquilatar de perto sua capaci-

dade de trabalho, sua sede de saber e sensibilidade para recolher o que realmente interessa dos ensinamentos que lhe são ministrados”.

- **Deputado Ulysses Guimarães (1992)**
“Tenho tido o privilégio de percorrer com Gonzaga Mota cidades e ruas do Ceará. Seu monumento são manifestações de carinho, respeito e gratidão, principalmente dos mais carenciados de sua terra. Vale a pena a vida pública quando convivemos com a exemplaridade de seu caráter, de sua honradez e de seu consagrado talento político”.
- **Reitor Antônio Martins Filho (1998)**
“Governador Gonzaga Mota, verdadeiro benemérito da implantação do ensino em nível universitário, no interior do Estado do Ceará”.
- **Cid Carvalho (2000)**
“Segundo a avaliação de cientistas políticos, professores, economistas, jornalistas e outros profissionais, realizada numa mesa-redonda de um programa de televisão, os dois fatos mais significativos do último quartel do século XX para o Brasil foram a redemocratização e o programa de estabilização monetária (Plano Real). Só conheci um brasileiro que participou ativamente dos dois processos: o ex-Governador e Deputado Federal Gonzaga Mota”.



Tasso Ribeiro Jereissati

Governador (1987–1990, 1995–1998 e 1999–2002)

TASSO JEREISSATI

Nasceu em 15 de dezembro de 1948, em Fortaleza (CE). Filho do senador Carlos Jereissati e de Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. Casou-se com Renata Queiroz, filha do renomado empresário cearense Edson Queiroz e de Yolanda Vidal Queiroz.

Sua vocação política pode ser explicada pela influência paterna. Seu pai foi um político experiente, presidente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido pelo qual se elegeu Deputado Federal, em 1954, e Senador, em 1962.

Formou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, em 1972. Seguindo as orientações de sua mãe, deu continuidade às atividades empresariais da família, após o falecimento de seu pai, em 1963. Como diretor do grupo Jereissati no Ceará, em 1973, inaugurou o primeiro *shopping center* de Fortaleza, o Shopping Center Um. Em 1982, mais uma vez surpreendeu o meio empresarial com a inauguração do primeiro grande shopping do estado, o Shopping Iguatemi Fortaleza.

Consolidando sua influência no meio empresarial, tornou-se Presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), em 1981. Além de presidente do CIC, foi conselheiro do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), da Fundação IBGE; membro do Conselho de Política Econômica e Social da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

Para além das questões industriais e comerciais desempenhadas pelo Centro Industrial, e de seus repre-

sentantes, cabe ressaltar o caráter político assumido pela entidade durante o final da década de 1970. Em 1978, a entidade foi reativada, pela primeira vez com um presidente próprio, já que até então o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) era quem também assumia o CIC. Nesse mesmo período, entra em cena o grupo dos chamados “jovens empresários”.

O clima de mudanças político-sociais do final do regime militar mobilizou diversos setores da sociedade civil, dentre eles o dos “jovens empresários”. Tasso Jereissati não só participou do grupo em ascensão como mais tarde foi o então representante desse anseio de mudanças. Os fóruns promovidos pelo CIC durante a sua presidência, além dos debates sobre questões econômicas, políticas e sociais, levantaram bandeiras como a das eleições diretas, assumindo a organização do primeiro comitê eleitoral de apoio à candidatura de Tancredo Neves, à Presidência da República.

Em 1986, Tasso Jereissati filiou-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), já como candidato ao Governo do Ceará. Seu principal adversário foi o coronel Aduino Bezerra, pela coligação PFL-PDS (Partido da Frente Liberal-Partido Democrático Social). Venceu as eleições de 1986 com a coligação PMDB, PDC (Partido Democrata Cristão), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil), com mais de um milhão de votos (52,32%). Seu principal concorrente representava uma força política que dominava o estado desde 1960, em um revezamento de poder que perdurou por todo o regime militar, e que mesmo nas primeiras eleições diretas conseguiu eleger seu candidato a Governador do Estado, Gonzaga Mota. Aduino Bezerra recebeu pouco mais de 800 mil votos

(30,01%). O *Grupo das Mudanças* elegeu o governador, dois senadores, doze deputados federais e vinte e quatro estaduais.

Como político, configurou-se como uma alternativa do que qualificava “forças de atraso”, referindo-se à administração da esquerda representada pela então Prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele.

Seu primeiro mandato, de março de 1987 a março de 1991, foi marcado pelo enxugamento da máquina administrativa, impulsionando demissões de funcionários fantasmas ou ilegalmente contratados, tornando nulas através de decretos, as nomeações, contratações e transferências perpetradas nos meses anteriores da antiga gestão do estado. Tal austeridade fiscal se justificava pela grave crise das finanças públicas.

Um dos grandes destaques de seu governo foi a drástica redução da mortalidade infantil no Ceará. Segundo Relatório Mundial sobre a Infância, divulgado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância), a experiência do estado no combate à mortalidade infantil era exemplo mundial, registrando uma redução de 32% sobre os índices anteriores. Tal feito, de grande repercussão na época, colaborou para que o Ceará concorresse ao Prêmio Maurice Pate, em 1994, concedido anualmente pelo Unicef.

Eleito presidente nacional do PSDB em setembro de 1991, participou efetivamente da escolha e da campanha do senador Fernando Henrique Cardoso à presidência da República.

Em 1994, foi eleito para mais um mandato como Governador do Ceará, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Com 55,32 % do eleitorado ven-

ceu Juracy Magalhães, do PMDB, seu principal adversário ao pleito. Na sua segunda gestão (1995–1998), pôs em prática o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, atuando na proteção ao meio ambiente, com o reordenamento do espaço; na geração de emprego e renda; na capacitação da população; e no estímulo à cultura, ciência e tecnologia.

Outras importantes obras de suas gestões foram a construção do Açude Público Padre Cícero, conhecido como açude Castanhão, Complexo Portuário do Pecém, Hospital Waldemar de Alcântara e o Centro Cultural Dragão do Mar.

Ficou marcado por ser um dos dois únicos políticos no Ceará a governar o estado por três mandatos. Em 1998, venceu as eleições com uma boa margem de votos em relação aos seus adversários. Gonzaga Mota, que disputou o pleito, pelo PMDB, foi o segundo colocado, recebendo 548.509 votos, enquanto Jereissati obteve 1.569.110 votos.

No plano federal, foi eleito ao Senado, em 2002, com 1.915.781 votos, para o período de 2003 a 2011. Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), foi apontado como um dos senadores mais influentes do Congresso Nacional.

Membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, propôs a criação da Subcomissão de Segurança Pública, assumindo a presidência do colegiado. De uma das deliberações dessa subcomissão, resultou a lei que permite a realização de audiências de presos por videoconferência. Presidiu as subcomissões de Desenvolvimento Regional e de Reforma Tributária. Titular da Comissão de Assuntos Econômicos, além de

suplente nas comissões de Infraestrutura e de Relações Exteriores.

Em 2011, integrou o Conselho Estratégico, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIEESP) e o Conselho Estratégico, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Em maio desse ano, foi eleito presidente nacional do Instituto Teotônio Vilela.

Concorreu a uma vaga ao Senado Federal nas eleições de 03 de outubro de 2010, não logrando êxito.

Reconduzido ao segundo mandato de senador em outubro de 2014, foi eleito com 2.314.796 votos. Integrou em 2015 e 2016, na condição de titular, as comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores. E, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão Especial de Impeachment.

Em 2017, foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Titular do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina e suplente das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Ciro Ferreira Gomes
Governador (1991–1994)

CIRO GOMES

Nasceu a 06 de novembro de 1957, em Pindamonhangaba (SP). Filho do ex-prefeito de Sobral, José Euclides Ferreira Gomes, e da professora paulista Maria José Santos Ferreira Gomes. Aos cinco anos de idade, a família mudou-se de São Paulo para o Ceará, retornando a Sobral, cidade de origem do seu pai.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é autor das seguintes obras: “No país dos conflitos” (1994); “O próximo passo – Uma alternativa prática ao neoliberalismo” (1995), em parceria com o professor Mangabeira Unger; e “Um desafio chamado Brasil” (2002).

Seu primeiro contato com a vida política foi através do movimento estudantil. Em 1979, concorreu às eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), quando disputou o cargo de Vice-Presidente pela Chapa Maioria. Aos 24 anos, teve assento como deputado estadual pelo PDS (Partido Democrático Social).

Em 1983, um ano após ser eleito, filiou-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Ainda no PMDB, em 1986, reelegeu-se deputado estadual. Em 1988, foi eleito prefeito de Fortaleza pela chapa PMDB-PMB (Partido Municipalista Brasileiro), tendo Juracy Magalhães como vice. Nesse mesmo ano, filiou-se ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Seu mandato na prefeitura não chegou a ser concluído, pois candidatou-se e foi eleito governador do estado.

A eleição, em 1988, foi marcada pela forte proximidade com o governador Tasso Jereissati. Ligação esta que vinha se fortalecendo desde a campanha para

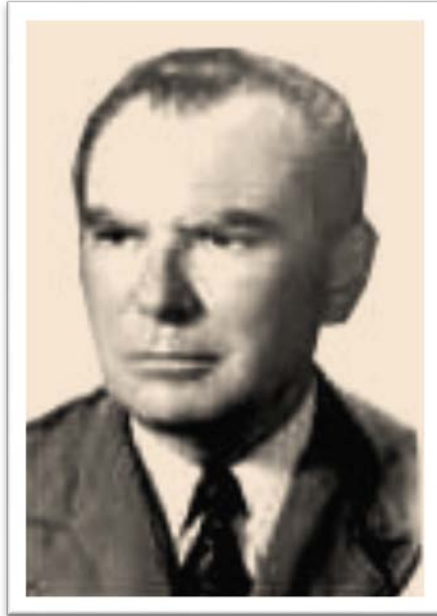
o Governo estadual de 1986, acentuando-se quando Tasso o escolheu como líder do Governo, na Assembleia Legislativa estadual. Naquele momento, o objetivo era mediar a crise com os setores mais exaltados da sociedade, destacando-se aqui a relação com a então prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do PT (Partido dos Trabalhadores).

Em 1990, concorreu ao cargo de Governador do Estado, apoiado por Tasso Jereissati. Aos 32 anos, Ciro Ferreira Gomes foi eleito Governador do Estado do Ceará no primeiro turno das eleições, recebendo 1.279.492 votos, totalizando 44,18% do eleitorado cearense. Apesar da vitória do grupo intitulado *das mudanças*, ainda no primeiro turno, enfrentou uma dupla concorrência ao pleito, tanto pelo grupo de direita, com a coligação PFL (Partido da Frente Liberal), PDS e PMDB que apoiava o candidato do PDS, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, quanto pelo grupo da esquerda, formado pela coligação PT, PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que apoiava João Alfredo Teles Melo, candidato do PT.

Em 1992, o Governo passou a contar com a maioria na Assembleia Legislativa: do total de 46 deputados, 32 apoiavam a situação. Um aspecto a ser enfatizado em seu mandato foi o marketing utilizado para promover o turismo no Ceará.

Ciro Gomes deixou o cargo em 1994, quando aceitou o convite para assumir o Ministério da Fazenda, no governo do Presidente Itamar Franco. Candidatou-se à Presidência da República por duas vezes pelo PPS (Partido Popular Socialista), a primeira em 1998, e a segunda, em 2002. No governo de Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o cargo de Ministro da Integração Nacional,

agora sob a legenda do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 2006, deixou o Ministério para concorrer às eleições da Câmara Federal pelo Ceará, na sigla do PSB, sendo eleito o deputado federal proporcionalmente mais bem votado do Brasil, com mais de 16% do total de votos dos cearenses.



Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal
Governador (1994)

ADALBERTO BARROS LEAL

Nasceu em Baturité (CE) no dia 23 de janeiro de 1925. Filho do médico João Paulino de Barros Leal Filho e de Mariana Oliveira de Barros Leal, ambos de Quixeramobim. Casou-se com Maria Luíza Barros Leal e deixou numerosa descendência. Faleceu em 22 de dezembro de 1995.

Estudou as primeiras letras na sua cidade de origem, o ginásio no Colégio Lourenço Filho e o secundário no Liceu do Ceará. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Ceará, em 1951.

Exerceu a advocacia e desempenhou o ofício de Titular de cartório em Baturité. Em 1958, foi provido, por meio de concurso, no cargo de Juiz da Comarca de Tamboril, da qual foi transferido para a de Pacoti.

Entre as décadas de 1960 e 1970, recebeu várias promoções, assumindo outras Comarcas até chegar à de Fortaleza e à condição de Juiz Substituto de Desembargador.

Após figurar três vezes na lista para o cargo de Desembargador, foi escolhido na quarta vez pelo então governador Gonzaga Mota, em 27 de junho de 1983.

Assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Ceará de fevereiro de 1993 a janeiro de 1995, período durante o qual ocorreu a renúncia, a 7 de setembro de 1994, do governador Ciro Gomes para exercer o cargo de Ministro da Fazenda. Como o vice-governador Lúcio Alcântara não assumiu o Governo porque, caso o fizesse, não poderia concorrer às eleições do mesmo ano, o desembargador Barros Leal esteve, de forma interina, por aproximadamente um mês, à frente do Governo.



Francisco de Paula Rocha Aguiar
Governador (1994)

FRANCISCO AGUIAR

Nasceu a 04 de novembro de 1947, em Fortaleza (CE). Filho do político Murilo Rocha Aguiar e de Maria Stela Rocha Aguiar.

Fez seus estudos no Colégio São João, em Fortaleza. Curso de Administração de Empresas não concluído.

Antes de entrar oficialmente na política, exerceu as seguintes atividades: gerente administrativo-financeiro do Grupo Financeiro Aplitec (1970-1973); gerente administrativo-financeiro do Grupo Sul-América Seguros (1974–1977); membro administrativo da Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará (1983–1984); membro do Conselho Superior Administrativo da Cohab – Companhia de Habitação, Ceará (1985); e Diretor de Operações da Ioc – Imprensa Oficial do Ceará (1986).

Iniciou na vida política não muito cedo, apesar de descender de uma família com uma forte tradição e presença no mundo político. Seu avô materno, Antônio de Carvalho Rocha, foi Deputado classista em 1938 (representava o setor agropecuário) e Deputado Constituinte em 1947, juntamente com Murilo Aguiar (Deputado em outras Legislaturas e eleito Prefeito de Camocim na década de 50), pai de Francisco Aguiar. Outros familiares que assumiram cargo na política foram Francisco Rocha Aguiar, seu tio paterno, deputado e prefeito de Ipu, e Aniceto Rocha, irmão de sua mãe, também deputado e prefeito de Uruoca.

Com a morte de seu pai, Murilo Aguiar, assumiu a tradição da representação política familiar, e elegeu-se deputado para cinco legislaturas, a saber:

- 1º Mandato: de 01.02.1987 a 31.01.1991 (Deputado Constituinte. Exerceu o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora, no período de 1987-1988);
- 2º Mandato: de 01.02.1991 a 31.01.1995;
- 3º Mandato: de 01.02.1995 a 31.01.1999;
- 4º Mandato: de 01.02.1999 a 31.01.2003;
- 5º Mandato: de 01.02.2003 a 31.01.2007.

Ao longo das cinco Legislaturas, ocupou lugar de destaque em diversas Comissões, foi líder de partido e assumiu a Presidência do Poder Legislativo no biênio 1993–1994.

Em 07 de setembro de 1994, o governador Ciro Gomes renunciou ao cargo para assumir o Ministério da Fazenda, no Governo do presidente Itamar Franco. Lúcio Alcântara, vice-governador, era candidato ao Senado para as eleições de outubro e escolheu não assumir o Governo. Assumiu, então, de forma interina, o desembargador Adalberto Barros Leal, por ser presidente do Tribunal de Justiça do Ceará.

Em 30 dias, a Assembleia encaminhou os trâmites legais para a eleição (indireta) ao Governo. Francisco Aguiar, presidente da Assembleia Legislativa, foi eleito pelos seus pares para concluir o mandato e ficou à frente da administração do Ceará de 8 de outubro a 31 de dezembro de 1994.

Francisco Aguiar teve seu nome aprovado pelo Legislativo cearense para o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, onde exerce a função de conselheiro desde 18 de julho de 2006 e, como presidente, de janeiro de 2013 a dezembro de 2016.

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

- Autonomia do Ministério Público e equiparação com a Magistratura;
- Plano de cargos dos servidores do Estado do Ceará;
- Assinatura em Washington D.C., EUA, em companhia do presidente da República Itamar Franco e demais governadores do Nordeste, do financiamento do Prodetur, para a construção de estradas litorâneas e do Aeroporto Internacional Pinto Martins;
- Assinou, também em Washington D.C., junto ao Banco Mundial, o financiamento do Projeto Sanear, voltado para obras de saneamento básico.



Benedito Clayton Veras Alcântara
Governador (2002)

BENI VERAS

Nasceu em Crateús (CE), a 18 de agosto de 1935, filho de Oswaldo Farias de Alcântara e de Raimunda Veras Farias. Faleceu em Fortaleza, na manhã do dia 06 de novembro de 2015.

Foi casado com Vanda de Sousa Alcântara, com quem teve três filhos: José Clayton de Sousa Alcântara, Lise Alcântara Castelo e Sérgio de Sousa Alcântara.

Iniciou os estudos na sua cidade natal, depois cursou o ginásio e o científico no Colégio Liceu do Ceará. Bacharelou-se em Administração de Empresas, na Universidade Estadual do Ceará – Uece. Professor nessa mesma universidade e na Universidade de Fortaleza – Unifor.

Nos anos de 1950, participou como revisor e colaborador do jornal “O Democrata”, periódico do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

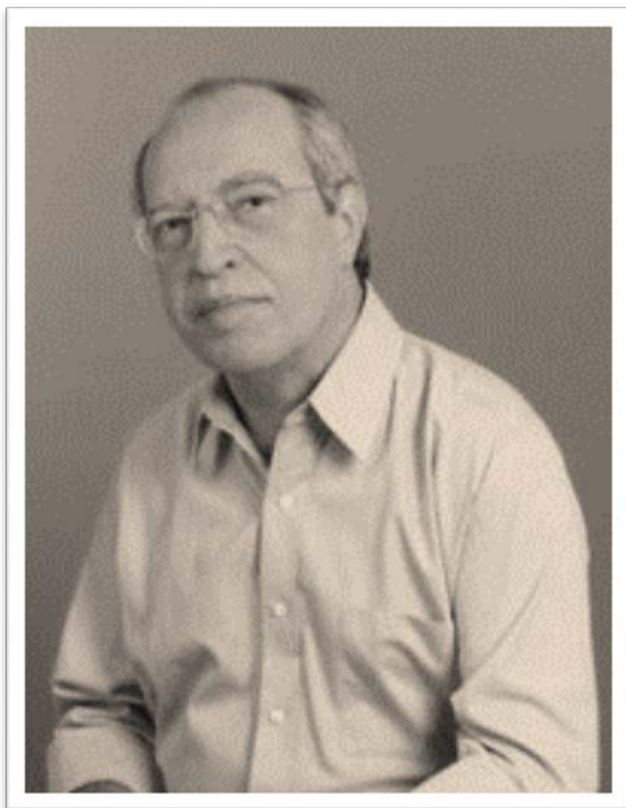
Foi membro do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), sendo um de seus fundadores e, em 1991-1992, ocupou a presidência regional no Ceará.

Sua inserção na vida política oficial iniciou-se quando nomeado assessor especial pelo Governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, no período de 1987 a 1990.

Eleito Senador da República para o mandato de 1991 a 1999, teve participação em diversas Comissões, como a de Assuntos Sociais; a de Economia; a de Constituição, Justiça e Cidadania; entre outras.

No Poder Executivo, foi Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da

Presidência da República (Seplan/PR), de março a dezembro de 1994. Foi eleito, em 1998, Vice-Governador na chapa de Tasso Jereissati. Com a renúncia deste para disputar uma vaga no Senado Federal, Beni Veras assumiu o Governo do Estado do Ceará, no período de 5 de abril de 2002 a 1º de janeiro de 2003.



Lúcio Gonçalo de Alcântara
Governador (2003–2006)

LÚCIO ALCÂNTARA

Nasceu em 16 de maio de 1943, em Fortaleza (CE). Filho do ex-governador Waldemar Alcântara e de Maria Dolores Alcântara e Silva. É casado com a escritora Maria Beatriz Rosário de Alcântara, com quem teve dois filhos.

Em 1966, formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Com mais de quarenta obras publicadas, é titular da Academia Cearense de Letras (patrono da cadeira 26) e da Academia Quixadaense de Letras (titular da cadeira nº 18); Sócio honorário da Academia Cearense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores; Membro da Associação Brasileira de Bibliófilos e seu diretor de publicações; Sócio efetivo e atual Presidente do Instituto do Ceará; Presidente do Instituto do Câncer do Ceará – ICC; Presidente do Partido da República (PR/Ceará).

Sua carreira de homem público começou cedo, aos 27 anos, quando foi pela primeira vez Secretário de Saúde do Estado do Ceará (1971–1973), cargo que exerceria ainda por duas vezes: de 1975 a 1978 e de 1991 a 1992. No período de 1978–1979, exerceu o cargo de Secretário para Assuntos Municipais.

Em 1979, foi nomeado Prefeito de Fortaleza. Sua administração se desenvolveu com base em um modelo de organização espacial para o município que se configurou no Plano de Metas Governamentais para Fortaleza – 1979–83 (PLAMEG/Fortaleza). Foram criados os seguintes organismos: a Superintendência de Planejamento do Município (SUPLAM), o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), Conselho de Desenvolvimento Urbano e Comissão Permanente de

Avaliação do Plano Diretor, o Fórum de Debates Adolfo Herbster, a Coordenadoria de Implantação e o Conselho coordenador de Obras.

A defesa do meio ambiente e a preservação de áreas em vias de ocupação irregular e de destruição ambiental eram preocupações centrais. Foram implantados: Parque Adahil Barreto, às margens do Rio Cocó; Parque Alagadiço, na Av. Sargento Hermínio; Parque da Lagoa do Opaia; Parque da Lagoa de Parangaba; Parque Presidente Geisel; entre outros.

A modernização administrativa, a valorização do servidor público (implantação do primeiro estatuto do magistério municipal no país), a valorização da arte e da cultura na capital eram alvos de atenção.

Em 1982, abdicou do restante de seu mandato para concorrer à Câmara Federal. Foi eleito e reeleito, cumprindo dois mandatos consecutivos, de 1983 a 1991. Na Câmara Federal, participou da elaboração da Constituição Federal de 1988. Foi Vice-Governador do Ceará no mandato de Ciro Gomes, de 1991 a 1994.

Em 1994, elegeu-se Senador, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com mais de um milhão de votos. No Senado, foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Vice-Presidente da Comissão Especial para acompanhar as ações de combate à Seca no Nordeste e membro de outras comissões.

Foi autor e relator de projetos de importantes propostas, como:

- Fundo de Combate à Pobreza;
- Bolsa-Escola;

- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef);
- Lei de Doação de Órgãos;
- Lei da Quebra do Sigilo Bancário e Fiscal;
- Lei de Crimes Ambientais;
- Lei dos Medicamentos Genéricos.

Em outubro de 2002, elegeu-se Governador do Ceará pelo PSDB, após uma disputa acirrada com o seu adversário do PT, José Airton. No primeiro turno das eleições governamentais de 2002, obteve maioria em 172 municípios cearenses, enquanto seu adversário apenas em três (Fortaleza, Maracanaú e Icapuí). Entretanto, a disputa tornou-se equilibrada no segundo turno, e Lúcio foi eleito com pouco mais da metade dos votos, 50,04%.

Na eleição de 2006, foi novamente candidato a Governador do Estado. Não obstante seu governo contar com mais de 60% de aprovação popular, não foi reeleito, o fato não se converteu em votos.

Presidente regional do Partido da República (PR).

PRINCIPAIS AÇÕES DO SEU GOVERNO:

Seu Governo foi marcado, sobretudo, pelo compromisso com a responsabilidade fiscal, o equilíbrio financeiro, a racionalização e modernização da máquina pública e o melhor emprego dos recursos públicos.

Priorizando a melhoria da qualidade de vida dos cearenses, e visando atingir a meta de “Desenvolvimento com Inclusão Social”, foram realizadas as seguintes ações:

- Criação do FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que garantiu recursos exclusi-

vamente para a camada mais necessitada da sociedade;

- Criação de Metas de Inclusão Social;
- Geração de mais de 80 mil empregos com carteira assinada em quatro anos;
- Realização de diversos concursos públicos: Defensores Públicos, Médicos, Dentistas, Professores, Delegados de Polícia Civil, Soldados, Bombeiros, Procuradores, Agentes Penitenciários, Professores Universitários, Médicos, Dentistas, Enfermeiros – totalizando mais de 10 mil vagas no serviço público;
- Criação da Secretaria da Controladoria (SECON) para zelar pelos gastos, aprimorar controles e assegurar maior eficiência à administração pública;
- Programa de alfabetização de jovens e adultos;
- Ampliação do número de Liceus;
- Realização do maior programa do país de expansão de matrículas no ensino médio com recursos exclusivos do estado;
- Fortalecimento do atendimento nas localidades do interior, na área da Saúde, contribuindo para desafogar as emergências em Fortaleza;
- Início das obras do novo HGF;
- Valorização da cultura. Garantiu o registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, apoiando e preservando a memória cultural do povo cearense, transmitindo às gerações futuras o saber e a arte sobre os quais construímos a nossa história;
- Criação do Agente Rural;

- Investimento de R\$123,6 milhões através do Projeto São José, beneficiando cerca de 90 mil famílias;
- Conclusão da primeira etapa do Canal da Integração (255 km), que tem como objetivo fazer a transposição de águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza;
- Programa Ceará Empreendedor, para destinação de recursos a micro e pequenos empresários. Através do Programa, o governo isentou do pagamento de ICMS todas as microempresas sociais do Estado, beneficiando mais de 34 mil microempresários;
- Isenção verde: isenção do ICMS para todos os produtos de pequenos agricultores, como os produtores de queijo, goma, farinha e mandioca;
- Expansão de 12,3% da demanda turística no estado, tornando Fortaleza o principal destino turístico do Brasil;
- Rodovias recuperadas e construídas (660 km), visando dar aos distritos pelo menos um acesso de via asfaltada à sede municipal;
- Implantação de uma indústria a cada seis dias, totalizando 194 indústrias, com uma geração de mais de 50 mil empregos.



Cid Ferreira Gomes

Governador (2007–2010 e 2011–2014)

CID GOMES

Nasceu em 27 de abril de 1963, em Sobral (CE). Filho de José Euclides Ferreira Gomes e de Maria José Santos Ferreira Gomes. Casou-se com Maria Célia Habib Moura Ferreira Gomes, com quem teve dois filhos. Cid Gomes tem mais um filho do primeiro casamento. Desde muito cedo acompanhou a vida política de seu estado, já que, tanto seu pai, José Euclides Ferreira Gomes, ex-prefeito de Sobral na década de 70, quanto seu irmão mais velho, Ciro Gomes, faziam parte do cenário político local.

Seus estudos foram iniciados em sua cidade natal. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. Quando estudante de Engenharia, chegou a presidir o Centro Acadêmico do curso. A política partidária veio um pouco depois, aos 25 anos, quando concorreu pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) à Vice-Prefeitura de Sobral pela chapa do candidato José Linhares.

Em 1990, foi eleito Deputado Estadual, exercendo na Assembleia o cargo de 1º Secretário da Mesa Diretora. No seu segundo mandato, em 1995, foi o mais jovem Presidente da história do Legislativo Cearense, com apenas 32 anos de idade. Em 1996, como Presidente da Assembleia Legislativa, participou da Conferência Nacional de Assembleias Legislativas dos Estados Unidos e do Encontro de Integração de Jovens Políticos da América Latina e da Europa, realizado pela Fundação Konrad Adenauer.

Elegeu-se duas vezes prefeito do município de Sobral. A primeira, em 1996, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), quando recebeu 41.605 vo-

tos, totalizando 64% do eleitorado. Em 2000, reelegeu-se com mais de 60% dos votos, desta vez pelo PPS (Partido Popular Socialista). Em 2005, depois de terminado o mandato de Prefeito, mudou-se para Washington D.C., nos Estados Unidos, a fim de exercer a função de consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criando assim um hiato na sua trajetória política.

Ao retornar, em 2006, concorreu pela primeira vez a um cargo majoritário no estado, o de Governador, tendo sido eleito, ainda no primeiro turno, pela coligação “Ceará Vota para Crescer”, formada pelos seguintes partidos: PSB (Partido Socialista Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PRB (Partido Republicano Brasileiro), PP (Partido Progressista), PHS (Partido Humanista da Solidariedade), PMN (Partido da Mobilização Nacional) e PV (Partido Verde). Foi eleito com mais de 63% dos votos. Em outubro de 2010, reelegeu-se Governador no primeiro turno, com os votos de 62,31% dos eleitores.

Foi Ministro da Educação do Governo de Dilma Rousseff, em 2015; mesmo ano em que trocou o PROS (Partido Republicano da Ordem Social) pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista).



Camilo Sobreira Santana
Governador (2015–2018)

CAMILO SANTANA

O governador Camilo Sobreira de Santana tem suas raízes familiares no Cariri. Nascido no dia 03 de junho de 1968, na cidade do Crato. É filho de Eudoro Walter de Santana e Ermengarda Sobreira de Santana e casado com Onélia Leite de Santana.

Engenheiro Agrônomo, mestre em meio ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Deu os primeiros passos na vida política ao participar do movimento estudantil. Ocupou os cargos de presidente do Centro Acadêmico (CA) de Agronomia e de diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Servidor público federal, concursado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Exerceu a função de analista ambiental e professor do curso de Saneamento Ambiental do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), em Juazeiro do Norte, onde foi coordenador. Foi superintendente adjunto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Estado do Ceará, entre 2003 e 2004.

Camilo Santana disputou pela primeira vez cargo político em 2000, quando candidatou-se à Prefeitura de Barbalha, não obtendo êxito. Na segunda campanha, em 2004, concorreu novamente ao mesmo cargo, recebendo 9.925 votos, mas não obteve a vitória.

Em 2006, participou da campanha de Cid Gomes ao governo do Ceará. No ano seguinte, no início da gestão do novo governador, foi convidado a assumir a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, permanecendo como titular por três anos.

Eleito pela primeira vez deputado estadual em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o mais votado, com 131.171 votos em todo o Estado. Como deputado, participou das seguintes Comissões Técnicas: Direitos Humanos e Cidadania (membro); Fiscalização e Controle (membro); Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano (membro); Meio Ambiente e Desenvolvimento do semiárido (suplente).

No segundo mandato de Cid Gomes como governador, Camilo Santana licenciou-se da Assembleia Legislativa para assumir a Secretaria das Cidades, em 2011.

Em 2014, apoiado pelo governador Cid Gomes, concorreu ao governo do Ceará. Sua candidatura foi oficializada em 29 de junho de 2014, durante convenção coletiva do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e outros partidos aliados à coligação, liderada pelo governador Cid Gomes e sob a denominação: “Para o Ceará Seguir Mudando”.

Camilo Santana foi eleito com 2.417.668 votos (53,35%), em segundo turno, superando o candidato Eunício Oliveira (PMDB) e tomou posse, como governador do Ceará, para o período 2015–2018, no dia 1º de janeiro de 2015.

Entre as realizações como governador estão: implantação do Bilhete Único Intermunicipal; a criação da Lei Camilo, que estabeleceu fluxo regular de carreira e a consequente promoção em 2015 de 8.891 policiais e bombeiros militares. Reforçou o atendimento de saúde, com a implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Policlínicas, além do piso salarial e garantia de equiparação salarial aos agentes de saúde.

São muitos os projetos realizados na gestão Camilo Santana. Tendo em vista a objetividade deste espaço editorial, oferecemos um resumo de sua administração:

Saúde:

Elaboração do Plano Estadual de Contingência de Dengue, Chikungunya e Zica.

Sustentabilidade:

O Ceará Sustentável contempla a implementação de uma política ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais, valorizando a relevância hídrica para o nosso desenvolvimento econômico e social. Os pontos que já foram beneficiados são saneamento, coleta seletiva e reciclagem, meio ambiente, energias, pesca e agricultura.

Educação:

Garantiu o piso do magistério, além de outros benefícios aos professores. Seu governo está investindo mais de 140 milhões de reais na área. Na sua gestão, nomeou 553 professores aprovados em concurso e determinou o pagamento retroativo da Progressão Horizontal e Vertical, no mês de maio de 2016, no valor de R\$ 2,8 milhões, beneficiando 2.278 professores. Concluiu 25 Centros de Educação Infantil – CEIs; implementação do Programa do Ensino Médio Inovador – ProEMI.

Na Educação Básica, até 2017, o Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), iniciou a implantação do tempo integral em 66 escolas estaduais de ensino regular, com a 1ª ano do Ensino Médio.

Na Educação Profissional, ampliou a oferta para 50 mil alunos em 53 cursos, nas 116 Escolas Profissio-

nais, distribuídas em 90 municípios. Durante o terceiro ano, o estudante participa de estágio curricular obrigatório e remunerado, propiciado pelo Governo do Ceará. Atualmente, 4,5 mil empresas são parceiras nos programas de promoção de estágio profissional, com atendimento a cerca de 15 mil estudantes.

No Ensino Superior, Camilo Santana implantou diversas iniciativas importantes na Educação Superior, dentre as quais, destacam-se: a efetivação de quase 40 mil matrículas nos cursos de graduação e de cinco mil nos cursos de pós-graduação nas universidades estaduais; a implantação dos Campi Multi-institucional Humberto Teixeira, em Iguatu, e do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em Itapipoca; a efetivação do curso preparatório ao Instituto Rio Branco pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em Ciência, Tecnologia e Inovação, o Governo do Ceará promove e fortalece ações integradas, voltadas à ciência, tecnologia e inovação, de modo a contribuir para a realização de atividades de pesquisa em áreas estratégicas do Estado.

Investiu em torno de 16 milhões, em contrato firmado entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) e Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), para ofertar cursos técnicos de nível médio e cursos tecnológicos e de formação inicial e continuada, para cerca de 11.600 alunos.

O Cinturão Digital do Ceará (CDC) é um órgão voltado à infraestrutura de comunicação de dados, coordenado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), vinculada à Secretaria de Planejamento e

Gestão (Seplag). Atualmente, cobre 116 municípios cearenses e em expansão para mais 26 municípios.

Sancionou, no dia 5 de novembro de 2016, o Plano Estadual de Cultura, investimento em cultura de 1,5% do orçamento do Poder Executivo. Aumentou de 60 para 80, os Mestres da Cultura oficialmente reconhecidos pelo Estado; o reforço à política para as artes; uma maior presença da política cultural no Interior; implementou um Sistema Estadual de Patrimônio Cultural; o crescimento, até 2024, para 600 o número de Pontos de Cultura em funcionamento em todo o Estado.

O *Projeto Ceará Acolhedor* articula-se em sua expectativa de afirmação do respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas, no respeito aos direitos humanos para assegurar a inclusão das pessoas, priorizando a prevenção e combate à vulnerabilidade social.

Seu governo apresenta destaque em diversas áreas, com a realização de vários projetos tais como: Projeto Maranguapinho, Projeto Rio Cocó, Projeto Dendê, Regularização Fundiária Urbana, Regularização Fundiária Rural, Programa de Apoio às Reformas Sociais, Projovem, Emissão de Documentos dentre outros.

O *Projeto Ceará Pacífico* proporcionou o aumento do policiamento de 2.522 policiais militares, bombeiros, policiais civis e agentes forenses para o reforço do efetivo. O Pacto promoveu ações como as Audiências de Custódia e a criação das Unidades Integradas de Segurança (Unisegs) oferecendo mais serviços nas áreas social e da segurança pública.

Ressalta-se ainda a construção da cadeia pública em Juazeiro do Norte; aquisição de 50 novas viaturas para as ações da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar;

incorporação em mais de vinte municípios e distritos rurais de Unidades Móveis de atendimento à mulher em situação de violência; realização de 1.172 atendimentos no Centro de Referência sobre Drogas – CRD.

O *Programa Ceará de Ponta a Ponta* realizou a entrega de mil e quinhentos quilômetros entre novas estradas, estradas recuperadas e duplicadas, melhorando a economia com a escoação dos produtos produzidos em todos os municípios que foram contemplados com essas melhorias.

Registram-se ainda vários programas implementados pelo Governo, ora em execução:

- Proares - Garante o acesso à educação infantil de qualidade, com equipamentos esportivos, de lazer e de cultura, garantindo capacitação profissional para 18 mil cearenses com 21 polos de convivência social.
- Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) -O ramal Parangaba-Mucuripe, foi realizado através da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), para a implantação do sistema de transporte de passageiros com 10 estações em todo o seu percurso.
- Metrofor - A Linha Sul do Metrô de Fortaleza, responsável por conectar de maneira rápida e ágil, o centro histórico de Fortaleza e os municípios de Pacatuba e Maracanaú, na região metropolitana da capital.
- Segurança Hídrica - Contempla as ações já realizadas de segurança hídrica para amenizar os efeitos do quinto ano consecutivo de chuvas abaixo da média. Lançamento e execução do Plano Estadual de Convivência com a Seca; Implantação de 29.056 cisternas de placa, beneficiando 145.280 pessoas.
- Segurança Alimentar - Para a população economicamente mais vulnerável, o governo realizou a doa-

ção de perto de cinco mil toneladas de alimentos, beneficiando mais de 500 mil pessoas; e mais de 15 milhões de litros de leite, beneficiando diariamente mais de 121 mil cearenses em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional.

Com o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan/CE) em execução e monitorado pelo Estado, conseguiu ampliar em 15 vezes o número de conselhos municipais de Segurança Alimentar (SAN).

- Centro de Formação Olímpica (CFO) - O Nordeste desponta como a principal referência para o esporte na região. Muito dessa qualidade vem da estrutura que o complexo esportivo oferece.
- Projeto mais Infância Ceará - Idealizado pela primeira-dama Onélia Leite de Santana, é responsável por articular ações no Estado para a infância. O programa já realizou diversas ações com foco no desenvolvimento infantil.
- Direitos Humanos - Foram capacitadas 650 pessoas em políticas públicas para a promoção da igualdade racial no Ceará, além da realização de Conferências regionais dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) e de mulheres, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.
- Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Tem como o objetivo articular ações de enfrentamento com as secretarias estaduais que executam políticas sociais, justiça e de segurança pública e o sistema de justiça.
- Atenção ao Aposentado - O Programa de Ação Integrada para o Aposentado tem a missão de integrar e socializar o aposentado do serviço público do Ceará

com a oferta de serviços nas áreas socioeducativas e culturais. É gerenciado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag).

- Políticas Sociais - No biênio 2015 e 2016, o governador Camilo Santana realizou uma significativa diversidade de políticas sociais, contemplando todos os municípios cearenses. Na proteção Social Básica, mais de 2 milhões de pessoas são atendidas pela assistência social e renda ampliada.

Registra-se ainda que a Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social (STDS), por meio do Cadastro Único, coordena e acompanha o Programa Bolsa Família do Ceará, com a transferência de Renda para 1.042.087 famílias, totalizando um volume de recursos repassados da ordem de mais de R\$2.148.374.535,00 por ano. Vale a pena ressaltar a entrega de mais de 3 mil unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Ademar Mendes. **Magistrados cearenses no Império e na República**. Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 1999.
- GUIMARÃES, Hugo Victor. Deputados Estaduais e Provinciais do Ceará: **Assembléias Legislativas 1835-1947**. Fortaleza: Editora Jurídica LTDA, 1948.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará (1618–1832)**. Fortaleza: UFC: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família Tradição e Poder: **o acaso dos coronéis**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.
- MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1947-1966)**. Fortaleza: ABC Editora, 2005.
- _____. **História política do Ceará (1945-1947)**. Fortaleza: ABC Editora: 2001.
- _____. **Governo Raul Barbosa (1950-1954)**. Fortaleza: ABC Editora, 1997.
- _____. **História política do Ceará (1987-1991)**. Fortaleza: Multi-graf Editora, 1992.
- _____. **História política do Ceará (1945-1985)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.
- NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996.
- _____. **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. Fortaleza: Typografia Studart, 1889. v.1.
- _____. **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. Fortaleza: Typografia Studart, 1889. v.2.
- _____. **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. Fortaleza: Typografia Studart, 1889. v.3.
- _____. **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. Fortaleza: Typografia Minerva, 1905. v.4.
- SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará (Coleção)**. Fortaleza: O Povo Editora. 2015.
- SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia A Vapor, 1910. v.I.
- _____. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia A Vapor, 1913. v.II.

- _____ . **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915. v.III.

Sites consultados:

- **Tribunal de Justiça do Ceará**
http://www.tjce.jus.br/institucional/ex-presidente_014.asp
- **Senado Federal**
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2181&li=43&lcab=1967-1970&lf=43
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1965&li=41&lcab=1959-1963&lf=41
- **Câmara dos Deputados**
http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/marcilio.html
- **Fundação Getúlio Vargas (CPDOC)**
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-machado-lobes-1>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barbosa-raul>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-estenio-gomes-da>
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Parsifal_Barroso
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-sarasate-ferreira-lobes>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcilio-flavio>
- **Outros**
http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/rb.asp
- **Virgílio Távora**
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2272&li=48&lcab=1987-1991&lf=48
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/virgilio_tavora
<http://www.historiadeboaviagem.com.br/virgilio-de-morais-fernandes-tavora/>
<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/10/governo-virgilio-tavora-1963-1966.html>
- **Plácido Aderaldo Castelo**
http://www.mariapereiraweb.net/?area=biografia_placido
<http://www.guiace.com.br/guia-de-turismo/cultura/historia/personalidades-historicas/placido-aderaldo-castelo>

http://www.mariapereiraweb.net/?area=historia_bestializados

- César Cals

http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/ccof.asp
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1558&li=46&lcab=1979-1983&lf=46
<https://sites.google.com/site/calsneto/>
<http://www.guiace.com.br/guia-de-turismo/cultura/historia/personalidades-historicas/cesar-cals-de-oliveira-filho>
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2012/01/21/noticiasjornalpolitica,2771576/o-coronelismo-moderno.shtml>

- Aduino Bezerra

http://www.omancarneiro.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=640:adauto-bezerra-uma-historia-de-vida-dedicada-ao-ceara&catid=47:noticias&Itemid=96
http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/jab.asp

- Waldemar Alcântara

<http://www.fwa.org.br/new/waldemar.php>
<http://www.fisfar.ufc.br/wordpress/um-longo-caminho-percorrido/historia/surgedepa/waldemar/>
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1990
<http://www.saude.ce.gov.br/index.php/a-secretaria/galeria-virtual/ex-secretarios-da-saude-do-estado/46631>

- Manoel de Castro Filho

<http://maurilofreitas.blogspot.com.br/2009/03/capitulo-xv-manoel-de-castro-governador.html>
<http://www.al.ce.gov.br/index.php/component/content/article/32-ex-presidentes/143-almir-dos-santos-pinto>

- Gonzaga Mota

<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/governador-do-ce-em-83-fui-o-1-a-levantar-a-bandeira-de-tancredo,83ec21a799a6d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=101418&tipo=0
<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/component/content/article/14/59-ex-governadores-8>

- Tasso Jereissati

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=3396
http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Tasso+Jereissati<r=t&id_perso=6270
<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201986.pdf>

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/ceara/resultados-das-eleicoes-1994-ceara-governador>

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>

- **Ciro Gomes**

<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201988.pdf>

<http://educacao.uol.com.br/biografias/ciro-gomes.jhtm>

http://www.cirogomes.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135&category=TRAJETORIA

<http://hotsite.verdesmares.com.br/sereiadeouro/homenageados-antiores/ex-ministro-e-ex-governador-ciro-ferreira-gomes/>

<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201990.pdf>

- **Lúcio Alcântara**

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=57

<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1251201-6289-274,00.html>

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/ceara/resultados-das-eleicoes-1994-ceara-senador>

<http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/linha-do-tempo-prefeitos-de-fortaleza/#39>

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/interna/0,,OI63656-EI427,00.html>

<https://br.linkedin.com/in/lucio22>

- **Cid Gomes**

<http://www.ceara.gov.br/governador>. Página visitada em 17/11 de 2011 às 17:05

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>

<http://www.egp.ce.gov.br/noticias/cid-gomes-faz-balanco-de-governo-na-abertura-dos>

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1168885-EI6664,00.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/cid-gomes/51fa91bc59e8bbec29000002.html>

- **Camilo Santana**

<http://www.al.ce.gov.br>

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta fâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a dava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e máguas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfaldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foí, na paz, da cor das hóstias brancas!

HINO DA CIDADE DE FORTALEZA

Música de Antônio Gondim

Letra de Gustavo Barroso

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.
No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar cothe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos elemas canções:
Jangadeiros, cabocios valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tomam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.
Nesta terra de luz e de vida
De estíagem por vezes hostil,
Pela mãe de Jesus protegida,
Fortaleza, és a flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu seio o mais breve voltar.
Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

Thiago Campêlo Nogueira

Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni

Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701

Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira 2807,

Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,

Site: www.al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-2500